



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

Gabriella Moura da Silva

**“GRATO MISTER QUE, QUER QUEIRAM QUER NÃO, É O DE SER DONA DE
CASA”: EDUCAÇÃO DAS MULHERES NA ESCOLA DOMÉSTICA DONA JÚLIA –
CUIABÁ-MT (1946-1949)**

CUIABÁ - MT

2021

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

Gabriella Moura da Silva

**“GRATO MISTER QUE, QUER QUEIRAM QUER NÃO, É O DE SER DONA DE
CASA”: EDUCAÇÃO DAS MULHERES NA ESCOLA DOMÉSTICA DONA JÚLIA –
CUIABÁ-MT (1946-1949)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação no Instituto de Educação da Universidade Federal de Mato Grosso como requisito para a obtenção do título de Mestre em Educação na Linha de Pesquisa Cultura, Memória e Teorias em Educação. Grupo de Pesquisa em História da Educação, Instituições e Gênero - GPHEG, sob orientação da Profa. Dra. Nilce Vieira Campos Ferreira.

CUIABÁ - MT

2021

Dados Internacionais de Catalogação na Fonte.

S586g Silva, Gabriella Moura da.
"Grato Mister Que, Quer Queira Quer Não, É o De Ser Dona de Casa": Educação das Mulheres na Escola Doméstica Dona Júlia - Cuiabá-MT (1946-1949) / Gabriella Moura da Silva. -- 2021
116 f. : il. color. ; 30 cm.

Orientadora: Nilce Vieira Campos Ferreira.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Mato Grosso, Instituto de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Cuiabá, 2021.
Inclui bibliografia.

1. Ensino Doméstico. 2. História da Educação das Mulheres. 3. Educação para o lar. I. Título.

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Permitida a reprodução parcial ou total, desde que citada a fonte.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

FOLHA DE APROVAÇÃO

TÍTULO: "Grato mister que, quer queiram quer não, é o ser dona de casa": educação das mulheres na escola doméstica Dona Júlia - Cuiabá-MT"

AUTORA: MESTRANDA Gabriella Moura da Silva

Dissertação defendida e aprovada em 24 de março de 2021.

COMPOSIÇÃO DA BANCA EXAMINADORA

1. Doutora Nilce Vieira Campos Ferreira (Presidente Banca / Orientadora)

INSTITUIÇÃO: UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO

2. Doutora Kátia Morosov Alonso (Examinadora Interna)

INSTITUIÇÃO: UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO

3. Doutora Regiane Cristina Custódio (Examinadora Externa)

INSTITUIÇÃO: UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO/UNEMAT

4. Doutora Tatiane Lebre Dias (Examinadora Suplente)

INSTITUIÇÃO: UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO

CUIABÁ, 24/03/2021.



Documento assinado eletronicamente por **NILCE VIEIRA CAMPOS FERREIRA, Docente da Universidade Federal de Mato Grosso**, em 26/04/2021, às 09:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).

Documento assinado eletronicamente por **KATIA MOROSOV ALONSO, Docente da Universidade Federal**



de Mato Grosso, em 26/04/2021, às 10:18, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Regiane Cristina Custódio, Usuário Externo**, em 26/04/2021, às 11:22, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **TATIANE LEBRE DIAS, Docente da Universidade Federal de Mato Grosso**, em 26/04/2021, às 12:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufmt.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **3363875** e o código CRC **9A7D17CB**.

À Deus, meu amparo e minha fortaleza.
À Elisangela, minha mãe.
À Agostinho, meu pai.
Fonte de um amor puro e verdadeiro.

AGRADECIMENTOS

Desde a infância, aprendi a ser grata. Grata pela vida, grata pelas conquistas, grata pelas pessoas que caminharam comigo, grata até mesmo pelas coisas ruins que aconteceram, grata pelos momentos difíceis que me fortaleceram. Tenho tido ao longo desses anos muitos motivos para agradecer, muitas pessoas que fizeram de mim alguém melhor. Externo minha gratidão àqueles e àquelas que me permitiram chegar até aqui.

Primeiramente a Deus por me mostrar o caminho certo a seguir, por me amparar, proteger e por me tornar forte e corajosa.

Agradeço à Elisângela, minha mãe e ao Agostinho, meu pai pelo amor incondicional, por me ensinarem os caminhos do bem, da verdade e da humildade, por caminharem comigo, por me aconselhar e por nunca desistirem de mim.

Agradeço à Kamilli, minha irmã minha pequena grande menina, que me entendeu, que me amou e que cuidou dos nossos pais enquanto eu não estava perto.

Agradeço ao Marcos, meu amado pelo companheirismo de uma vida, pela parceria, pela compreensão e pelo amor que nos une.

Agradeço a essa família que me ensinou no amor, que suportou minhas dores, que caminhou comigo e que compreendeu minha ausência tão necessária para compor com êxito esta pesquisa.

Agradeço à família acadêmica UFMT, em especial:

À professora Dra. Nilce Vieira Campos Ferreira, pela orientação cautelosa e responsável. Pela acolhida no grupo de pesquisa e estudos em História da Educação, Instituição e Gênero – GPHEG; pela paciência em me ensinar tantas coisas, por compartilhar a vida nesses anos e por me mostrar os melhores caminhos como pesquisadora.

Agradeço à minha querida amiga Cleicinéia Oliveira de Souza pela força, pelo ombro amigo, pela paciência, por me ensinar os caminhos da pesquisa. Gratidão por sempre estar comigo, a vida ficou menos difícil com você ao meu lado. Gratidão pelos almoços, passeios por Cuiabá, pela companhia na academia, por ser parte da minha família. Acredito que em outra vida já nos conhecíamos. Você é minha pessoa!

Agradeço à minha amiga querida Nataly Rojas, pelo companheirismo, pela amizade por me ensinar todos os dias a ser uma pessoa melhor, a ser mais forte, a ser mais corajosa. Jamais esquecerei você. Espero tão logo, em um final de tarde ensolarada de Cuiabá, sentar com você e Cleici, lá na “Dona Chipa”, para comer chipa e tomar garapa.

Agradeço à minha irmã de alma, Francine Suellen Assis Leite, pela parceria sincera, pela amizade verdadeira, por ser meu amparo, por ser meu colo, por me oferecer um ombro amigo para chorar, por ser minha família em Cuiabá, por viver esse sonho comigo desde o início. Gratidão minha amiga, minha pessoa! Espero permanecer com você por vários caminhos que a vida nos permitir.

Gratidão às companheiras e aos companheiros do GPHEG: Carminha Aparecida Visquetti e Joira Aparecida Leite de Oliveira Amorim Martins, que compartilharam comigo suas experiências e vivências na pesquisa. À Karina Aparecida Geraldo, que por vezes se disponibilizou em me ajudar a compor essa pesquisa e ao Junior César. Agradeço ao Rodolfo Ancheschi de Carvalho, amigo que iniciou comigo o mestrado, pessoa incrível com qual compartilhei momentos de angústia e alegrias nessa trajetória. Sou grata por conhecer você e poder partilhar a vida acadêmica.

Agradeço às extensionistas Jayne Silva Pinto e Giovanna Girdelli. A todas e todos membros do Centro de Memória Viva do instituto de Educação (CMVIE), com quem pude partilhar momentos de muita aprendizagem, na sala florida e encantadora do GPHEG – CMVIE.

Agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pelo financiamento para o desenvolvimento desta pesquisa disponibilizados ao longo dos 24 meses do curso de mestrado.

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGE, pelo atendimento atencioso e por sanar minhas dúvidas. Em nome da Luísa Teixeira Santos, externo minha gratidão a todos funcionários e todas funcionárias da secretaria do PPGE.

Agradeço, em nome do servidor Waltemberg de Sousa Santos, a todas e todos os funcionários do Arquivo Público de Mato Grosso, pelo trabalho que desenvolvem no arquivo, pela missão de guardar e zelar dos valiosos registros.

Agradeço à Mara Regina Visnadi, superintendente do Instituto Memória da Assembleia Legislativa, pela disponibilidade em atender às pesquisadoras e aos pesquisadores que vão até o instituto fazer pesquisa e por vezes disponibilizou documentos online para minha pesquisa, nesses tempos pandêmicos.

Agradeço ao Márcio Antônio Alves da Rocha, servidor e responsável pela organização documental do Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional – NDHIR, por auxiliar na pesquisa em microfilmagem, pela disponibilidade de encaminhar em meu e-mail os documentos pesquisados na sala de pesquisa.

Agradeço às pessoas que guardam em seus arquivos pessoais fontes documentais tão importantes para nossa pesquisa e por partilhar tais documentos com pesquisadores e pesquisadoras.

Agradeço ao Francisco das Chagas Rocha, por compartilhar seus documentos digitalizados e fotografados via aplicativo de mensagem.

Agradeço à professora Eliete Hugueney de Figueiredo Costa, que com toda gentileza me atendeu em sua casa e permitiu que eu fizesse pesquisa em seu acervo pessoal da revista A Violeta.

Agradeço à professora Yasmin Jamil Nadaf, por disponibilizar as cópias de inúmeras edições da revista A Violeta. Por permitir que eu ficasse com parte de seu acervo em minha casa até que terminasse esta pesquisa.

Gratidão às professoras que aceitaram fazer parte da banca examinadora, à professora Dra. Regiane Cristina Custódio (UNEMAT), à professora Dra. Kátia Morosov Alonso (UFMT). Meus agradecimentos pelo tempo disponibilizado para leitura desta dissertação, pelas sugestões, explicações e orientações para concluir com êxito nosso estudo. Valiosas contribuições que foram atendidas sempre que possível.

Gratidão à Cuiabá, à Universidade Federal do Mato Estado de Mato Grosso – UFMT, por me acolher como filha dessa terra. Jamais esquecerei momentos vividos nesses lugares.

Agradecimento a todas as pessoas que vão ler esta dissertação, realizada com muito esforço, suor, estudo, mas construída a todo momento com amor.

Minha eterna Gratidão às pessoas que foram essenciais para que pudesse compor meus caminhos, a todas “Elisangelas”, “Angelitas”, “Antônias”, “Nilces”, “Cleicinéias”, “Francines”, “Natalys”, “MARIAS”, mulheres que carregam “a estranha mania de ter fé na vida”.

Maria, Maria
É um dom, uma certa magia
Uma força que nos alerta
Uma mulher que merece viver e amar
Como outra qualquer do planeta

Maria, Maria
É o som, é a cor, é o suor
É uma dose mais forte e lenta

De uma gente que ri quando deve chorar
E não vive, apenas aguenta

De uma gente que ri quando deve chorar
E não vive, apenas aguenta

De uma gente que ri quando deve chorar
E não vive, apenas aguenta

Mas é preciso ter força
É preciso ter raça
É preciso ter gana sempre
Quem traz no corpo a marca

Maria, Maria
Mistura a dor e a alegria
Mas é preciso ter manha
É preciso ter graça

É preciso ter sonho sempre
Quem traz na pele essa marca
Possui a estranha mania
De ter fé na vida.

*Composição de Miton Nascimento.
Interpretação de Elis Regina.*

Seja Forte e Corajosa!

RESUMO

Esta investigação aborda a educação feminina ofertada na Escola Doméstica Dona Júlia - EDDJ, em Cuiabá, entre os anos de 1946 a 1949, quando a instituição buscou formar mulheres que pudessem, mais tarde, atuar como mão de obra doméstica, no ofício de serviços assalariadas, conforme os próprios dizeres noticiados por uma das gestoras da EDDJ. O recorte temporal para estudo tem início em 1946, quando a EDDJ foi fundada e se encerra em 1949, quando o curso, com duração de três anos, formou a primeira turma. O objetivo geral desta pesquisa foi investigar a origem da instituição escolar, analisando o processo de criação e fundação da instituição bem como a formação doméstica ofertada para mulheres. As fontes da pesquisa incluem Programa de ensino, Estatuto escolar, ata de inauguração, informações de matrículas, ofícios, jornais, revistas e normas, que foram recolhidos em diversos acervos físicos e *on-line*, tais como: Arquivo Público do Estado de Mato Grosso (APMT), Instituto Memória da Assembleia Legislativa de Mato Grosso (IMAL), Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional da Universidade Federal de Mato Grosso (NDIHR); Hemeroteca Digital Brasileira (BNDigital). Acervos particulares de duas pesquisadoras e de um colecionador que guarda partes da história cuiabana como relíquias de um tempo constituem outras fontes da investigação. A partir de pesquisas realizadas por Jacques Le Goff (1990), Peter Burke (1997), Marc Bloch (1997), estabelecemos nossa metodologia no movimento preconizado pela Escola dos Annales, a qual trouxe outras possibilidades de pesquisa com fontes documentais e bibliográficas. Quanto aos procedimentos de análise, Michel de Certeau (1982) e Paul Ricouer (2007) nos ajudaram a compreender o cotidiano e as relações estabelecidas no contexto escolar, em especial, a memória da instituição analisada nos documentos. Autores como Paolo Nosella, Ester Buffa (2009) e Justino Pereira Magalhães (2005) proveram subsídios para a pesquisa sobre instituições escolares. Para pensar a história da educação feminina, autoras como Michelle Perrot (2005; 2007) e Guacira Lopes Louro (1997; 1993; 1987) forneceram reflexões necessárias sobre a história da educação das mulheres, além de outros autores e autoras que compuseram o percurso do estudo. Procurando responder aos nossos questionamentos sobre como se deu a criação e fundação dessa escola, bem como qual era a formação ofertada para as mulheres na EDDJ, compreendemos que a fundação e criação da EDDJ partiu dos ideários advindos de mulheres das famílias tradicionais cuiabanas, para as quais o conhecimento doméstico era a base do aprendizado na instituição, sistematizado e influenciado por modelos de educação de mulheres para os afazeres domésticos, segundo princípios religiosos e conservadores, com o principal intuito de formar mão de obra feminina barata e especializada para o trabalho nas residências de famílias. Outro ponto a destacar é que as alunas do curso doméstico, ao concluírem o curso em 1949, não receberam a certificação, pois a instituição, que não era reconhecida pelo Ministério da Educação e Saúde, não atendia à legislação nem às normativas em vigor no período em estudo.

Palavras-chave: Ensino Doméstico. História da Educação das Mulheres. Educação para o lar.

ABSTRACT

This study addresses education for women offered at the Dona Júlia Domestic School - EDDJ, in Cuiabá, Mato Grosso, Brazil, between 1946 and 1949, when the institution sought to train women who could later work as wage-earning domestic workers, as stated by the school principals. The study covers the period from 1946 to 1949, when the school was active and offered its first three-year course. The general objective of this study was to investigate the origin of the school, analyzing its process of foundation, and the creation of the course domestic training for women. The sources included course syllabus, the school's regulations, minutes, registration files, official documents, newspapers, magazines, and laws, which were collected from several physical and online archives, such as: *Arquivo Público do Estado de Mato Grosso* (APMT); *Instituto Memória da Assembleia Legislativa de Mato Grosso* (IMAL); *Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional da Universidade Federal de Mato Grosso* (NDIHR), and *Hemeroteca Digital Brasileira* (BNDigital). Private collections of two researchers and of a collector who keep data about the history of Cuiabá as relics constitute other sources of research. Our methodology was based on studies conducted by Jacques Le Goff (1990), Peter Burke (1997), Marc Bloch (1997), following the principles recommended by the Annales School, which helped with other possibilities of research with documentary and bibliographic sources. The analysis procedures drew on the ideas of Michel de Certeau (1982) and Paul Ricoeur (2007), helping us to understand the daily life and relationships established in the school context, especially the memory of the institution analyzed in the documents. Authors such as Paolo Nosella, Ester Buffa (2009), and Justino Pereira Magalhães (2005) provided support for information on school institutions. Michelle Perrot (2005; 2007) and Guacira Lopes Louro (1997; 1993; 1987) provided the necessary reflections on the history of education for women. Trying to answer our questions about how the school was created, and what kind training for women was offered at EDDJ, we discovered that the philosophy of the school was based on the ideas of women belonging to traditional families from Cuiabá. These women, following religious and conservative principles, systematized and influenced the school's teaching model, giving priority to the knowledge of household chores as a way to educate low-earning and skilled females to work as maids in houses of better-off families. We also found out that, after completing the three-year course, the students received no certificate since the school did not operate under government regulations, and as such, was not recognized by the Ministry of Education and Health.

Keywords: Teaching Domestic Care. History of Education for Women. Educating for Domestic Care.

LISTA DE ABREVIATURAS

APMT	Arquivo Público de Mato Grosso
BDTD	Biblioteca de Teses e Dissertações
CPDOC	Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil
EDDJ	Escola Doméstica Dona Júlia
EDN	Escola Doméstica de Natal
EPF	Escola Profissional Feminina
GPHEG	Grupo de Pesquisa e Estudos em História da Educação, Instituição e Gênero
GLJLA	Grêmio Literário Júlia Lopes de Almeida
IMAL	Instituto Memória da Assembleia Legislativa de Mato Grosso
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
LERN	Liga de ensino do Rio Grande do Norte
LBA	Legião Brasileira de Assistência
NDIHR	Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional
NCoV	Novo Coronavírus
OPAS	Organização Pan-Americana da saúde
OMS	Organização Mundial da Saúde
PPGE	Programa de Pós-Graduação em Educação
PROBIC	Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica
UFMT	Universidade Federal de Mato Grosso
UNEMAT	Universidade do Estado de Mato Grosso

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Localização de Cuiabá no Mato Grosso e Brasil de 1945	47
Figura 2 - Maria Dimpina Lobo Duarte	54
Figura 3 - Planta Baixa do Prédio que foi sede da EDDJ	66
Figura 4 – Localização do prédio onde funcionou a EDDJ	67
Figura 5 – Divulgação da EDDJ.....	96
Figura 6 - Aula de Corte e Costura	97
Figura 7 - Aula de Arte Culinária	98

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Teses sobre Escola Doméstica - BDTD	29
Quadro 2 - Dissertações sobre Escola Doméstica - BDTD.....	30
Quadro 3 - Dissertações produzidas no GPHEG.....	31
Quadro 4 - Programa de ensino da EDDJ	79
Quadro 5 - Estudantes na EDDJ	87
Quadro 6 - Professoras e disciplinas ministradas	90
Quadro 7 - Diretoras da EDDJ	91
Quadro 8 - Alunas que formaram na EDDJ (1949).....	99

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	18
1.1 Nas trilhas da pesquisa: coleta de dados e processos metodológicos.....	20
1.2 Contextualizando o estado do conhecimento	29
2 FORMAÇÃO DAS MULHERES NO ENSINO DOMÉSTICO: ENTRE NORMAS E LEGISLAÇÕES.....	34
2.1 Ensino Doméstico no Brasil	38
2.2 Ensino Doméstico em Cuiabá (Mato Grosso).....	45
3 ORIGEM DA EDDJ EM CUIABÁ/MT: GRÊMIO LITERÁRIO JÚLIA LOPES DE ALMEIDA.....	51
3.1 Inauguração e Instalação da EDDJ.....	58
3.2 Escola Doméstica: Uma Casa de Família.....	64
3.3 Educação para as Mulheres na EDDJ: “Formar não só donas de casa, mas também domésticas”	68
4 ORGANIZAÇÃO ESCOLAR: SABERES E PROGRAMA DE ENSINO	73
4.1 Programa de ensino	76
4.2 A Matrícula na EDDJ	84
4.3 Corpo Docente	88
4.4 Cotidiano escolar.....	92
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	102
REFERÊNCIAS.....	107

1 INTRODUÇÃO

Refazendo os caminhos percorridos na vida acadêmica, o encontro com a pesquisa ocorreu há aproximadamente seis anos, na graduação em Pedagogia, na Universidade do Estado de Mato Grosso - UNEMAT, localizada em Juara, interior de Mato Grosso. No interior do estado, nasceu uma aprendiz da arte de pesquisar.

Na UNEMAT, ingressei no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica – PROBIC como bolsista e, posteriormente no PIBIC/CNPq, ambos vinculados ao grupo de pesquisa “Fronteira, Territorialidade e Cultura: O vale do Arinos na Memória de seus Habitantes”, coordenado pelo professor Dr. Jairo Luis Fleck Falcão. Como membro do grupo, foi possível desenvolver estudos relacionados à História da Educação, constituindo alicerce para a construção do Trabalho de Conclusão de Curso intitulado “Narrativas de memória de professores/as negros/as sobre o processo de colonização e História da Educação de Novo Horizonte do Norte-MT”, apresentado em dezembro de 2018, o que despertou a vontade de pesquisar a História da Educação em Mato Grosso.

Desse modo, no final de 2018, participei da seleção para o ingresso no curso de Mestrado em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT, Cuiabá-MT. Após a aprovação e iniciadas as aulas, o projeto inicial sobre a educação no Vale do Arinos sofreu alterações.

A partir dos estudos realizados no Grupo de Pesquisa em História da Educação, Instituições e Gênero - GPHEG, realizamos pesquisa no Arquivo Público de Mato Grosso- APMT em busca de fontes documentais para a investigação. No dia 31 de maio de 2019, em uma de nossas pesquisas diárias, encontrei um documento de 1948, o qual descrevia que, em Cuiabá, capital de Mato Grosso, funcionara a Escola Doméstica Dona Júlia - EDDJ. O documento informava os nomes das professoras e as respectivas disciplinas ministradas por elas. A partir daí, enveredamos pelos caminhos da pesquisa para conhecer e saber mais sobre a EDDJ.

Assim, esta dissertação encontra-se vinculada à linha de pesquisa “Cultura, Memória e Teorias em Educação” e foi desenvolvida no Grupo de Pesquisa e Estudos em História da Educação, Instituição e Gênero - GPHEG¹, coordenado pela Professora Dra. Nilce Vieira Campos Ferreira.

¹ O GPHEG pode ser consultado aqui <https://www.ufmt.br/unidade/gp heg/pagina/apresentacao/2095>

As primeiras pistas encontradas nos levaram ao questionamento que nos move: como se deu a criação e fundação dessa escola doméstica em Cuiabá, Mato Grosso, na região Centro-Oeste Brasileira? Qual era a formação ofertada para as mulheres na EDDJ?

O olhar atento que tivemos nesta investigação parte dos princípios da História Nova. Portanto, apoiamo-nos nas ideias de Fernand Braudel (1969, p. 92), o qual afirmou que os estudos históricos não devem se limitar a rotas, a determinados pontos de vista, pois “[...] não há uma história, um ofício de historiador, mas ofícios, histórias, uma soma de curiosidades, de pontos de vista, de possibilidades”. Para ele, a história não se dá por encerrada, pois “[...] outros pontos de vista, outras possibilidades se acrescentarão ainda [...]”. Ou seja, a história ocorre no seu tempo a partir de ações humanas e por meio de mudanças políticas, sociais, culturais, econômicas, entre outras.

Tivemos como objetivo geral investigar as origens da Escola Doméstica Dona Júlia, a partir do contexto histórico, para compreender como foi seu processo de criação e fundação, bem como a formação ali ofertada para mulheres. Em atenção ao objetivo geral, delineamos os seguintes objetivos específicos: I) analisar leis, decretos e resoluções que instituíram a EDDJ; II) identificar e analisar o cotidiano escolar e as práticas de ensino que foram desenvolvidas nessa instituição.

A hipótese para a pesquisa tinha como pressuposto que a criação de uma escola doméstica na capital de Mato Grosso obedecia aos interesses de uma determinada parcela da sociedade, em particular, famílias tradicionais cuiabanas, que tinham a intenção de profissionalizar as mulheres para os afazeres domésticos, uma vez que as classes economicamente privilegiadas alegavam falta de mão de obra feminina para trabalharem em suas casas como empregadas domésticas. “[...] A grita é geral: clamam as de alta sociedade a falta de doméstica para seus serviços [...]”. (DIMPINA, 1945, p. 2). Uma parcela da sociedade cuiabana de mulheres pertencentes às famílias mais tradicionais “necessitava” de pessoas capazes para o trabalho em suas casas, visto que boa parte dessas mulheres ocupavam cargos públicos, como professoras, o que as fazia ficar boa parte do tempo longe de seus lares.

Considerando que a divisão de papéis entre homens e mulheres é muito desigual, no que diz respeito aos trabalhos do lar, em que os afazeres domésticos quase sempre são relegados às mulheres, identificamos que estas, gradativamente, saíram para trabalhar em busca de autonomia financeira, pois, conforme Simone de Beauvoir (1980, p. 476), “[...] é natural que a mulher tente fugir deste mundo, em que amiúde se sente menosprezada e incompreendida; o lamentável é que não ouse então vôos audaciosos [...]”, contudo, embora

algumas mulheres saíssem dos espaços do lar para trabalhar, não ousavam ir muito além daquilo que lhes permitia a sociedade.

Segundo Michelle Perrot (2007, p. 119), o processo de industrialização fez com que as mulheres procurassem os trabalhos nas fábricas como operárias. “Foi a industrialização que colocou a questão do trabalho das mulheres. A manufatura, a fábrica, eram uma mudança perturbadora, mais aguda para elas do que para seus companheiros. [...]”. Aguda porque as mulheres que escolheram ir trabalhar para o seu sustento, muitas vezes, teriam que conciliar o trabalho doméstico com o trabalho nas fábricas ou em outros ambientes.

Como categorias de análises, apoiamo-nos no que Paolo Nosella e Ester Buffa (2009, p. 18) elencaram como mais utilizadas nas investigações sobre a história das instituições escolares: I) contexto histórico e circunstâncias específicas da criação e da instalação da escola; II) processo evolutivo: origens, vida escolar; III) professores e administradores: origem, formação, atuação e organização; IV) saberes: currículo, disciplinas, livros didáticos, métodos e instrumentos de ensino. Considerando essas categorias de análises, procuramos estabelecê-las de acordo com as fontes documentais que encontramos ao longo de nossas buscas.

O recorte desta pesquisa foi de 1946, ano de inauguração da EDDJ, até 1949, quando a primeira turma de moças do Curso de Ensino Doméstico com duração de três anos ali se formou. Desse modo, pensamos que a história de uma escola que ofertou ensino doméstico para mulheres seja relevante, pois pesquisas sobre instituições escolares de formação feminina ainda são pouco investigadas.

1.1 Nas trilhas da pesquisa: coleta de dados e processos metodológicos

Carlo Ginzburg (1989, p. 152) afirmou que o homem foi caçador de histórias e que “[...] teria sido o primeiro a ‘narrar uma história’ porque era o único capaz de ler, nas pistas mudas (se não imperceptíveis) deixadas pela presa [...]”. Assim, ao tentarmos analisar as fontes, o autor nos ensina a procurar nos documentos ‘pistas mudas’, isto é, buscar detalhes que não são vistos em uma primeira leitura.

Assim, iniciamos a pesquisa em busca de pistas e de pequenos vestígios. Esse encontro com as fontes, como apontado por Ginzburg (1989), entretanto, não aconteceu de maneira fácil ou repentina. Pelo contrário, quando nos propusemos a ir ao encontro das fontes e a buscar pelos documentos, embarcamos em um universo desconhecido, por vezes discutido em outras pesquisas, porém, pouco explorado.

Nesse contexto no qual o caçador cria estratégias para alcançar a presa, buscamos meios de pesquisa que pudessem nos indicar os caminhos para o encontro com as fontes. As inquietações foram constantes em relação à história dessa instituição, desse modo, munidas dos aportes teóricos e metodológicos, avançamos em busca das fontes documentais.

As dificuldades se apresentaram desde o início de nossas pesquisas. Investigar a história de uma instituição escolar requer cautela, ainda mais quando tratamos da história de uma instituição que ofertava ensino doméstico para mulheres. A história das mulheres, por vezes esquecida, não contada e restrita ao lar, constituiu-se como um desafio para encontrarmos fontes e vestígios sobre ela.

Perrot (2007, p. 20) já nos alertava que a pesquisa por fontes documentais sobre as mulheres perpassava por caminhos sinuosos, pois, para que possamos escrever a história, são necessárias fontes, documentos, vestígios. “[...] E isso é uma dificuldade quando se trata da história das mulheres. Sua presença é frequentemente apagada, seus vestígios, desfeitos, seus arquivos, destruídos. Há um déficit, uma falta de vestígios [...]”. Longe dos relatos, os poucos documentos sobre as mulheres, por vezes, foram queimados, jogados fora ou mesmo considerados como história sem importância. Contudo, fomos em busca deles, na tentativa de encontrar as “preciosas” fontes.

Após as primeiras buscas na Hemeroteca Digital Brasileira - BNDigital², dirigimo-nos novamente aos arquivos Públicos de Cuiabá: Arquivo Público de Mato Grosso - APMT; Instituto Memória da Assembleia Legislativa de Mato Grosso – IMAL e Núcleo de Documentação e Informação Histórica regional da UFMT- NDIHR, onde encontramos documentos pertinentes ao nosso objeto de pesquisa.

Nos arquivos públicos, a localização dos documentos se deu com base na organização disponibilizada por cada arquivo, fosse em caixas, pastas ou microfilmagem. Dito isso, iniciamos a coleta de dados do material correspondente à educação, separamos e fotografamos todos os documentos que elencamos necessários à nossa pesquisa e também às pesquisas desenvolvidas no âmbito do GPHEG.

Carlos Bacellar (2008) salientou que, ao pesquisarmos, muitas vezes, deparamo-nos com uma organização documental nos arquivos bastante diversificada e, por vezes, os acervos se encontram em condições precárias. Em nossas pesquisas, contudo, tivemos o privilégio de encontrar arquivos em bom estado de conservação, a exemplo o Arquivo Público de Mato Grosso, como nos lembrou Bacellar (2008, p. 50), “[...] no Brasil, os arquivos públicos mais

² <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>

bem organizados pertencem aos poderes Executivo e Legislativo, sobretudo em âmbito nacional e estadual, com grandes carências nos municípios [...]”. A maneira como estão distribuídos os documentos no arquivo facilita as buscas realizadas pelo pesquisador.

O Arquivo Público de Mato Grosso - APMT contém um rico acervo, no qual localizamos a maior parte da documentação referente à EDDJ. Os documentos são armazenados em caixas e há uma sala destinada à pesquisa, na qual pudemos manusear as fontes. Uma vez solicitados, os documentos foram entregues por funcionários que prontamente localizaram a documentação. Acompanhada pela doutoranda Cleicinéia Souza de Oliveira, pesquisadora do GPHEG, investigamos as caixas de Documentos Avulsos³; a Caixa da Instrução Pública; a Caixa do Diário Oficial; a Caixa da Diretoria de expediente do Governo e o Livro de Registro de mensagens, totalizando aproximadamente 200 caixas, nas quais encontramos documentos como: programa de ensino da EDDJ, informações sobre matrícula, ofícios, ata de inauguração da instituição, recursos financeiros e regulamentos do ensino de Mato Grosso.

No Instituto Memória da Assembleia Legislativa de Mato Grosso – IMAL, os documentos encontram-se guardados em pastas, dentro de armários modernos, há também uma sala para manusear as fontes e funcionários que atendem aos pesquisadores. Os documentos que localizamos estavam em pastas azuis, contendo atas de reunião da Assembleia Legislativa referentes ao período de 1947 a 1950. Mas, somente em 1947, encontramos informações relacionadas à EDDJ, em que constava a destinação de recurso financeiro à instituição.

No Arquivo do Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional da Universidade Federal de Mato Grosso- NDIHR UFMT, ao ter acesso a um guia de pesquisa, localizamos as mensagens emitidas pelo então governador do estado, Arnaldo Estevão de Figueiredo. A documentação resguardada nesse arquivo é em microfilmagem. Analisamos informações das mensagens de 1947, 1948 e 1949 que dão indícios da organização da EDDJ e ações desenvolvidas na instituição.

Para coletar fontes documentais que retratassem a instituição escolar, objeto desta pesquisa, após encontrarmos os primeiros indícios da EDDJ, buscamos jornais e revistas nos quais pudessem constar informações e dados relevantes. A pesquisa ocorreu, a princípio, por

³ Nomeadas como caixas de Documentos Avulsos, elas contêm documentos diversificados em quantidade significativa.

meio eletrônico, na Hemeroteca Digital Brasileira⁴. Nesse portal *on-line*, pesquisamos pela palavra-chave “Escola Doméstica Dona Júlia”.

Encontramos periódicos que traziam algumas notícias sobre a escola, entre eles, os jornais A Cruz, O estado de Mato Grosso e a revista A Violeta, na qual constavam, em suas publicações, registros sobre a EDDJ. Essa revista, em especial, a partir de 1946, ano de inauguração da EDDJ, publicou informações específicas da instituição. Mais tarde, tivemos acesso a um DVD contendo as edições de 1917 a 1950 digitalizadas⁵ dessa revista.

Nesses periódicos, foi possível localizar informações sobre: inauguração da escola, matrículas, atividades que ocorriam na instituição, programa de ensino, professoras e diretoras. A busca por fontes nas plataformas digitais estendeu-se durante todo o percurso deste trabalho e, simultaneamente, aconteceram as pesquisas físicas nos arquivos públicos.

Outros locais que agregaram fontes documentais são os acervos particulares, nos quais fizemos pesquisas em busca especificamente de edições da revista A Violeta, pois supúnhamos que poderiam conter informações que permitissem análises mais aprofundadas da EDDJ. Os acervos particulares pertencentes a pessoas, famílias, grupos políticos e empresas podem constituir importantes repositórios, conforme Bacellar (2008, p. 43), pois, para o autor, “[...] cabe ao historiador investigar e localizar onde estão preservados, sob a guarda de quem, e buscar contatos para tentar ter acesso a esses acervos tão preciosos [...]”. Os acervos particulares que visitamos e aos quais tivemos acesso são de pesquisadoras que investigaram as edições de A Violeta e, também, de um colecionador que guarda esses achados como relíquias de um tempo.

Um acervo pessoal ao qual tivemos acesso foi de uma pesquisadora, que trabalhou com as edições da revista A Violeta, para a confecção de sua tese de doutorado. O acervo da pesquisadora encontra-se digitalizado. Entramos em contato com ela que prontamente nos atendeu e disponibilizou parte dele. Em 9 de fevereiro de 2020, fomos até sua casa e gravamos os arquivos digitalizados em um *pendrive* para análise desse acervo.

O ano de 2019 foi marcado por árduas pesquisas, idas e vindas aos arquivos. Havia meses em que o encontro com os documentos não ocorria; outras vezes, em apenas um dia, encontrávamos documentos importantes para compor a pesquisa. Contudo, no terceiro mês de 2020, as dificuldades tornaram-se ainda maiores.

⁴ A Fundação Biblioteca Nacional oferece aos seus usuários a Hemeroteca Digital Brasileira - BNDigital, portal de periódicos nacionais que proporciona ampla consulta, pela internet, ao seu acervo de periódicos – jornais, revistas, anuários, boletins etc. – e de publicações seriadas. A hemeroteca pode ser acessada em <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>.

⁵ Revista A Violeta, Cuiabá-MT: UFMT, n. 1, 2016. DVD.

O mundo foi surpreendido por uma pandemia. Como pesquisadoras da educação, tivemos que nos reinventar diante do novo cenário. De acordo com a Organização Pan-Americana da Saúde – OPAS⁶, o vírus causador da pandemia foi chamado de novo coronavírus (nCoV) e “[...] conhecido como 2019-nCoV ou COVID-19, ele só foi detectado após a notificação de um surto em Wuhan, China, em dezembro de 2019”. (OPAS, 2020).

Nesse contexto devastador que ceifou a vida de milhares de pessoas pelo mundo, seguimos as recomendações de distanciamento social, orientados pela Organização Mundial da Saúde – OMS. Para Guilherme Loureiro Werneck e Marília Sá Carvalho (2020, p. 3), a determinação da OMS orientava para o “[...] distanciamento social, de toda a população. O objetivo é adiar ao máximo a explosão do número de casos, por tempo suficiente até que a situação se estabilize no campo da assistência à saúde [...]”.

Devido às medidas de restrição, muitos locais foram fechados, tais como escolas, universidades, comércios, setores públicos, restringindo o acesso de pessoas por tempo indeterminado. Desse modo, as idas ao arquivo não foram mais possíveis e seguimos rumos diferentes. Muitos documentos foram solicitados, porém vários arquivos do Brasil encontravam-se fechados, assim, nem por e-mail foram disponibilizados documentos, algo que dificultou ainda mais nossas buscas.

A partir daí, dedicamo-nos a leituras e estudos que pudessem ser suporte para a busca e análise das documentações que se encontravam *on-line*. Recorremos às redes sociais, entre elas, a rede social Facebook⁷. Encontramos um grupo chamado “Cuiabá-MT de Antigamente”. Lá, foi possível conversar com o administrador do grupo, que tem um acervo pessoal e que o disponibilizou para nosso acesso. Contudo, como não podíamos ir presencialmente, ele nos enviou a edição nº 342 da revista A Violeta, digitalizada, a qual continha informações sobre a EDDJ.

Além disso, nossa coleta de dados contou com outros tipos de fontes, em especial, leis, decretos, mensagens, relatórios e regimentos da educação brasileira que mantiveram a organização do país no período da pesquisa. As buscas por esses documentos ocorreram em plataformas e páginas disponíveis *on-line*, entre elas, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP e, também, o Centro de Pesquisa e

⁶ Organização Pan-Americana da Saúde e Organização Mundial da Saúde – OMS. Acesso pelo site da organização <https://www.paho.org/pt/topicos/coronavirus>

⁷ Facebook – Chegou no Brasil em 2007. Seus criadores são Mark Zuckerberg, Dustin Moskovitz e Chris Hughes. Facebook é a maior rede social do mundo, com mais de 2 bilhões de usuários ativos. Na plataforma, os usuários podem criar um perfil ou uma *fanpage*, interagindo entre si através de “likes”, grupos privados e público, mensagens e compartilhamentos de imagens e textos. Disponível em <https://canaltech.com.br/empresa/facebook/> Acesso em 15 de novembro de 2020.

Documentação de História Contemporânea do Brasil – CPDOC. Em meio às dificuldades, aprendemos a historiar e a fazer pesquisa por outros meios, nesse caso, por meio de plataformas digitais.

Marc Bloch (1997, p. 15) chamou a atenção para o fato de que o “[...] historiador não pode ser um sedentário, um burocrata da história, deve ser um andarilho fiel a seu dever de exploração e de aventura [...]”, salientou, ainda, que, em seu ofício, o “[...] historiador deve ter apetite[...]” por documentos históricos, criando estratégias e maneiras mais eficientes de conseguir encontrar o maior número possível de fontes importantes para a pesquisa.

Igualmente, Michel de Certeau (1982) já havia nos alertado sobre a ideia de que “[...] fazer história é uma prática [...]”, ou seja, a história que propomos narrar acontece pela busca por fontes, pela pesquisa incessante de documentos que nos permitem somar histórias e memórias de uma determinada instituição escolar. Nessa perspectiva, a pesquisa histórica está relacionada à busca pelas fontes. Certeau (1982, p. 81) também nos orientou sobre os locais de busca, ou seja, os estabelecimentos das fontes, pois a história se faz por meio do “[...] gesto de separar, de reunir de transformar em documentos certos objetos distribuídos de outra maneira [...]”. O historiador que se move aos arquivos, não somente recolhe fontes, mas faz delas a história que escreve.

Por sua vez, Paul Ricoeur (2007), discutiu o lugar ocupado pelo arquivo que é, ao mesmo tempo, um espaço físico e social. Físico, pois indica uma “pista” de onde localizar documentos, e social, pois abriga uma dimensão histórica. Os locais e os arquivos aos quais nos dedicamos a investigar guardam riquíssimas fontes, não apenas como espaços que preservam a memória, mas como locais onde encontramos “rastros” e “pistas” do passado inseridos nos documentos arquivados.

Desse modo, “[...] para o historiador, o documento não está simplesmente dado, como a ideia de rastro deixado poderia sugerir. Ele é procurado e encontrado. Bem mais que isso, ele é circunscrito e nesse sentido constituído, instituído documento, pelo questionamento [...]”. (RICOEUR, 2007, p. 188). O historiador deve, portanto, considerar o documento como importante fonte para a pesquisa, mas deve fazê-lo por meio da seleção, da análise e do questionamento, ou seja, as fontes que podem ser interrogadas com a ideia de se descobrir o passado tornam-se documentos.

Em termos metodológicos, fundamentamo-nos nas teorias da História Nova, que surgiu a partir de um movimento historiográfico do século XX, fruto da inquietação e do descontentamento de seus percursores com relação aos estudos historiográficos realizados a partir da história política, que se ocupava em estudar a narrativa dos grandes feitos, dos

vencedores, daqueles que eram considerados renomados. A História Nova, trazida pela Escola dos Annales (1929-1989), fundada por Lucien Febvre e Marc Bloch, em 1929, permitiu a ampliação das análises históricas a partir de uma “[...] multiplicidade de documentos: escritos de todos os tipos, documentos figurados, produtos de escavações arqueológicas, documentos orais [...]” (LE GOFF, 1990a, p. 28).

No enredo das discussões da História Nova, buscamos pesquisar a história da educação das mulheres, a qual, no âmbito da Escola dos Annales, foi desencadeada por Michelle Perrot (2005, p. 33), para quem, por muito tempo, as mulheres foram excluídas da história. Segundo a autora, “[...] a narrativa histórica tradicional lhes dá pouco espaço, justamente na medida em que privilegia a cena pública – a política, a guerra - onde elas aparecem pouco [...]”. Perrot (2005) ressaltou ainda que a falta de atenção dada à narrativa feminina compõe um problema para a constituição da história das mulheres.

É “[...] o olhar que faz a história [...]”, nos lembrou Perrot (2005, p. 15), portanto, dentre as histórias silenciadas, esquecidas e excluídas, o silêncio imposto às mulheres se torna ainda mais intenso. Por isso, “[...] escrever a história das mulheres supõe que elas sejam levadas a sério que se dê à relação entre os sexos um peso, ainda que relativo, nos acontecimentos ou na evolução das sociedades [...]” (PERROT, 2005, p. 14). As mulheres também têm história, contudo, sua inclusão foi ignorada e por muito tempo invisibilizada. Desse modo, considerar a história da educação feminina é também uma forma de visibilizar a história das mulheres.

À medida em que recolhemos e escolhemos as fontes para a construção da pesquisa, já procedemos a uma análise prévia, que merece cautela e paciência para se enxergar aquilo que está nas entrelinhas dos testemunhos escritos. As fontes revelam um tempo, um período e trazem marcas daqueles e daquelas que as escreveram. A compreensão que o historiador tem, suas indagações e análise sobre as fontes, movem a construção da história a qual nos propomos narrar, afinal, a “[...] história não começaria sem a nobre palavra interpretação [...]” (CERTEAU, 1982, p. 78).

Esta pesquisa é qualitativa com análise de diferentes fontes, buscando “[...] um cruzamento de múltiplos pontos de vista [...]” (MINAYO, 2010, p. 27). Procuramos, portanto, realizar uma análise sistemática no que diz respeito ao contexto, às relações, às interpretações da história, ponderamos, assim, que é possível “[...] ao pesquisador olhares múltiplos e diferentes do mesmo lugar de fala. O todo e as partes são focos determinantes [...]” (TUZZO; BRAGA, 2016, p. 156).

Abrangendo diferentes modos de interpretação e análise das fontes, triangulando nossos dados, ancoramo-nos em autoras e autores que conduziram as discussões e nos permitiram uma análise sistemática das fontes, para, assim, constituirmos a história da instituição.

Para narrar o percurso histórico da EDDJ, recorreremos a estudiosos e estudiosas que se debruçaram sobre a temática das instituições escolares. Nosella e Buffa (2009) salientaram que houve um avanço significativo dos estudos sobre as instituições escolares no final do século XX, em especial, nos programas de pós-graduação, “[...] os estudos de instituições escolares apresentam um tema de pesquisa significativo entre os educadores, principalmente no âmbito da história da educação [...]” (NOSELLA; BUFFA, 2009, p. 27).

Décio Gatti Junior e Eunize Caldas Pessanha (2005, p. 81) ressaltaram que muitos historiadores e educadores têm se dedicado a narrar a história da educação brasileira, ainda que “[...] mediante dificuldades, em virtudes da inexistência de repertórios de fontes organizados [...]”. Assim, atribuímo-nos a tarefa de narrar parte da história da educação buscando alcançar “[...] melhor compreensão em educação brasileira e, assim talvez, contribuir para sua transformação [...]”. (NOSELLA; BUFFA, 2009, p. 23).

Estudos sobre instituições escolares permitem evidenciar a educação como construção histórica, ou seja, há um universo de possibilidades que envolvem esses estudos, constituindo “[...] uma história, ou melhor, são histórias que se constroem numa convergência interdisciplinar [...]”. (MAGALHÃES, 2005, p. 98). Portanto, estudar a história de uma instituição de ensino permite compreender como ela se constituiu em determinado período histórico.

O trabalho com a história das instituições escolares não é singular, os historiadores pretendem alcançar o máximo possível de informações, dos sujeitos, da comunidade que envolvem ou envolveram a instituição pesquisada, “[...] investigando aquilo que se passa no interior das escolas, gerando um conhecimento mais profundo desses espaços sociais destinados aos processos de ensino aprendizagem [...]”. (GATTI JÚNIOR, 2005, p. 80).

Sabemos, contudo, que as instituições escolares não podem ser consideradas como algo isolado, pois o pesquisador que produzir um trabalho historiográfico sobre elas deve, necessariamente, “[...] interpretar o sentido daquilo que elas formaram, educaram, instruíram, criaram e fundaram, enfim, o sentido da sua identidade e da sua singularidade [...]”. (SANFELICE, 2006, p. 25).

Para compor a memória da EDDJ, as concepções de Le Goff (1990b, p. 437) nos guiaram, cientes de que é por meio da memória que a história cresce e “[...] por sua vez a

alimenta, procura salvar o passado para servir o presente e o futuro”. Desse modo, compreendemos que a memória, por meio dos documentos, apresenta-se como um testemunho escrito, possível de reconstruir um determinado período, lugar e instituição.

Os documentos trazem a comprovação histórica, mas é preciso que se retire deles “[...] tudo o que eles contêm e em não lhes acrescentar nada do que eles não contêm. O melhor historiador é aquele que se mantém o mais próximo possível dos textos [...]”. (LE GOFF, 1990b, p. 487). Narrar a história de uma instituição prevê, portanto, a busca pela memória exposta nos textos escritos, nos documentos que comprovam ou indicam os indícios de organização da instituição, além de possibilitar a construção histórica de todo o percurso da instituição e o que a compõe.

Ao pensar a história da educação feminina na EDDJ, foi preciso considerar que aquela instituição escolar pôde, de alguma forma, ter ajudado a consagrar os tradicionais papéis femininos, pois sabemos que a escolarização diferenciada reforçou as disparidades dos sexos e apontou quais os lugares ocupados por homens e mulheres na sociedade naquele período. De acordo com Guacira Lopes Louro, “[...] a escola no Brasil parece ter sido local de formação diversificada para homens e mulheres, tendo proposto ao longo da história objetivos diferenciados para cada um dos sexos [...]” (LOURO, 1987, p. 13).

Nessa distinção estabelecida na oferta de educação diferenciada para homens e mulheres, era perceptível que “[...] instrução seria algo mais adequado aos homens, ou melhor, algo perigoso para as mulheres, porque poderia colocá-las em posição semelhante a eles [...]” (LOURO, 1987, p. 26). Conjecturamos ainda que o modelo feminino de escolarização foi uma proposta de restrição das mulheres ao acesso a outros espaços públicos e à profissionalização, principalmente, para o exercício de ofícios mais bem remunerados. Essa restrição reforçou a dominação do sexo masculino.

Compreendemos que a educação feminina ocorreu tardiamente e a escolarização das mulheres esteve quase sempre relacionada aos aprendizados dos afazeres domésticos. A escolarização partia do pressuposto de que a formação feminina deveria estar de acordo com a capacidade de primeira ordem feminina: cuidados com o lar e com a família, isto é, as mulheres “[...] poderiam ser educadas e instruídas, era importante que exercessem uma profissão, no caso, o magistério, e colaborassem na formação das gerações futuras. Porém não poderiam exercer profissões nas quais concorressem com os homens [...]”. (ALMEIDA, 2007, p. 110).

Investigamos, portanto, a Escola Doméstica Dona Júlia de Cuiabá, Mato Grosso, uma escola específica, com uma história singular e própria, mas que nos permitiu analisar a

educação ofertada às mulheres para além dela, para além de um prédio que agrupou e formou moças de várias localidades de Cuiabá.

1.2 Contextualizando o estado do conhecimento

Procurando contextualizar o objeto de estudo, buscamos por teses e dissertações cuja temática se voltasse para as escolas domésticas no Brasil. Fizemos buscas *on-line* na Biblioteca de teses e dissertações - BDTD; Banco de teses e dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES e, também, nas publicações do Programa de Pós-Graduação em Educação- PPGE- da Universidade Federal de Mato Grosso - UFMT.

Primeiramente, fizemos buscas a partir da palavra-chave: **Escola Doméstica** no banco de teses e dissertações BDTD. Como resultado, foram encontrados oitocentos trabalhos. O filtro de busca captou todas as informações relacionadas à “Escola” e ao “Doméstica”. Desse modo, muitos trabalhos foram encontrados, mas não se relacionavam diretamente ao objeto de nossa pesquisa. Foi necessário, então, uma busca mais detalhada e localizamos trabalhos que mais se aproximaram do objeto proposto como exposto no quadro 1.

Quadro 1 - Teses sobre Escola Doméstica - BDTD

Ano	Autora	Título	Temática
2007	Andréa Gabriel Francelino Rodrigues (UFRN)	Educar para o Lar, Educar para a Vida: Cultura escolar e Modernidade Educacional na Escola Doméstica de Natal (1914-1945)	Embasada com os conceitos da memória e história. A autora ressalta a Escola Doméstica de Natal. Apresenta concepções sobre o currículo da escola, finalidades, modos de ensino ofertado, conduta e normas. A autora retrata também a história do criador da escola, Henrique Castriciano de Souza. A formação de um modelo de mulher em seus aspectos morais, físico, cultural e intelectual moldado nos ideais da ordem e do progresso.
2014	Nilce Vieira Campos Ferreira (UFU)	Escola de Economia Rural Doméstica: Ensino Secundário Profissionalizante no Triângulo Mineiro (1953-1997).	A pesquisadora propôs uma pesquisa que objetivou analisar o percurso e a trajetória do Centro de Treinamento de Economia Rural Doméstica, desde sua inauguração, em 1953, até 1997, ano em que a instituição escolar deixou de ofertar o curso de economia doméstica. Registrou a trajetória da educação secundária profissionalizante para mulheres, chegando à conclusão de que a instituição buscou preparar jovens mulheres para as funções femininas tradicionalmente prescritas: mãe, esposa e educadora.

Fonte: Elaborado pela pesquisadora.

A tese referente à Escola Doméstica de Natal, de Andrea Gabriel Francelino Rodrigues (2007), colaborou com informações sobre a primeira escola doméstica do país e estabeleceu importante ligação com nosso objeto de pesquisa. Outro aspecto que esclarece a escolha da tese é que nos documentos coletados sobre a EDDJ, averiguamos que a instituição pretendeu seguir o modelo da Escola Doméstica de Natal. Essas informações nos levaram a pesquisar como era concebida a proposta pedagógica dessa escola.

Na base de pesquisa da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações, não encontramos somente teses, mas também dissertações relacionadas ao ensino doméstico, à escola doméstica e à formação feminina, enfim, estudos que, de certa forma, faziam referência ao objeto de nossa pesquisa.

Quadro 2 - Dissertações sobre Escola Doméstica - BDTD

Ano	Autora	Título	Temática
2016	Tatiana Pantoja Oliveira (UNIFAP)	Público/Confessional, Cultura Escolar e Formação de Habitus: a Escola Doméstica De Macapá/AP (1951-1964)	A pesquisadora refletiu sobre a educação feminina do ex-território do Amapá e a relação entre o público, a política de estado e o confessional, considerando a atuação da igreja católica na formação de <i>habitus</i> . Ao analisar a interpenetração entre o público/confessional na formação de uma cultura escolar geradora de <i>habitus</i> , Oliveira (2016) constatou que havia interesses em comum para a colaboração da igreja e o estado na educação feminina na consolidação de uma cultura escolar que possibilitou a internalização de <i>habitus</i> por parte das alunas.
2016	Faneide Pinto França Bittencourt (UEPA)	Escola Doméstica Nossa Senhora Da Anunciação: A Formação de Meninas para servir a Deus, à família e ao lar - Ananindeua/PA (1949-1971)	Buscou analisar como eram formadas as meninas órfãs, desvalidas e pensionistas no estado do Pará, entre o período de 1949 e 1971. A autora reflete sobre a história da instituição escolar, identificando o modelo de ensino ofertado a essas meninas, compreendendo que, além do ensino regular, a instituição ofertava diversas atividades ligadas ao cuidado e à organização do lar. Relata também a relação da religião católica na formação das meninas em período em que essa doutrina “dominava” a escolarização feminina. Desse modo, tem-se a ideia de que os conteúdos desenvolvidos pela instituição estavam direcionados à formação de mulheres educadas dentro de valores católicos, ou seja, aprendendo a se dedicar à igreja bem como ao cuidado do lar e da futura família.

Fonte: Elaborado pela pesquisadora.

Analizamos também as dissertações defendidas no Grupo de Pesquisa e Estudos sobre a História da Educação Instituição e Gênero - GPHEG. Desde o ano de 2015, o GPHEG, vem desenvolvendo pesquisas sobre a história das instituições, história das mulheres, educação feminina, ensino doméstico, entre outros. Cabe lembrar que o “[...] grupo de extensionistas,

pesquisadores e pesquisadoras integrantes do Grupo de Estudos e Pesquisas em História da Educação, Instituições e Gênero – GPHEG conhecem a importância da catalogação, arquivamento e cuidado que se deve ter com essa documentação [...]” (FERREIRA; SOUZA; LUNA; 2020, p. 23).

No âmbito do GPHEG, foram defendidas sete dissertações, expostas no quadro abaixo. Entre as pesquisas desenvolvidas no GPHEG, a dissertação de Jane Cássia Barbosa foi a que mais se assemelhou ao nosso objeto de pesquisa, pois analisou uma Escola Doméstica, em Cuiabá, que se dedicava à formação de moças.

Quadro 3 - Dissertações produzidas no GPHEG

Ano	Autora	Título	Temática
2017	Cleicinéia Oliveira de Souza (UFMT)	Entre o Evangelho e o Ensino Rural: Educação Feminina no Instituto Nossa Senhora do Calvário (Vale do Guaporé/Guajará-Mirim MT/RO 1933 - 1976).	A pesquisadora investigou a educação feminina ofertada a moças no instituto Nossa Senhora do Calvário, analisou também a história da Congregação Nossa Senhora do Calvário e a missão a que se propuseram em Guajará-Mirim.
2017	Fernanda Batista do Prado	Entre o Oratório e a Profissão: Formação De Professoras na Escola Normal Rural Nossa Senhora Auxiliadora em Porto Velho/RO (1930-1946).	A autora analisou o processo de criação e implantação da Escola Normal Rural Nossa Senhora Auxiliadora – ENRA. Como objetivo principal, investigou como a instituição educou as moças porto-velhenses.
2017	Yésica Paola Montes Geles	Luta pela Formação de Professoras Normalistas: Escola Normal de Institutoras de Bolívar (1874-1930).	Com foco na educação feminina colombiana, a pesquisadora investigou como ocorreu a formação de professoras no início do Século XX, em Bolívar, mais especificamente na localidade de Cartagena.
2018	Rosemary da Luz	Treinamento em Serviço: Formação de Professoras e Professores não Titulados no Projeto Logos II em Alta Floresta, Mato Grosso (1980-1993).	A pesquisadora apresentou uma análise sistemática do Logos II, um projeto de formação para professoras e professores leigos que trabalhavam em instituições urbanas e rurais sem habilitação específica para atuação no magistério, mais especificamente no município de Alta Floresta.
2018	Sandra Jung de Matos	Trabalhos de Agulha e Prendas Domésticas: Educação Feminina Mato-Grossense (1889 - 1910).	Inserida no período republicano, a autora discutiu o processo histórico da organização da Educação Feminina em Mato Grosso, no início do período republicano, de 1889 a 1910. No campo da História da Educação, promoveu o mapeamento das escolas femininas destinadas ao ensino primário no estado de Mato Grosso.

2019	Marilu Marqueto Rodrigues	Professoras e Professores Rurais em Mato Grosso: entre Várzea Grande e Ponta-Porã na fronteira do estado (1940 -1974).	Com base nas instituições escolares e formação docente, a pesquisadora investigou a organização da Escola Normal Rural em Mato Grosso e como se deram a criação e a instalação da escola normal rural, também chamada de regional.
2019	Jane Cassia Barbosa	Escola Doméstica Maria Auxiliadora de Cuiabá: Escolarizar as Mulheres para Costurar, Bordar e Cozer (1951-1965).	A pesquisadora analisou a educação feminina ofertada pela Escola Doméstica Maria Auxiliadora, localizada no município de Cuiabá, Mato Grosso, entre os anos de 1951 e 1965. Por meio de documentos escolares, investigou a formação das mulheres na EDMA e, também, como se estabeleceu a educação feminina na referida escola confessional católica, desse modo, foi possível analisar como se deu o ensino doméstico para as moças. Barbosa (2019) constata que a escola doméstica foi uma instituição confessional católica, embasada por princípios conservadores e religiosos, que ofertou uma formação para moças voltadas às atividades do lar.

Fonte: Elaborado pela pesquisadora.

As dissertações expostas no quadro 3 foram relevantes, pois abordaram a história da educação feminina e das instituições escolares, o que trouxe subsídios para a elaboração deste trabalho. Dessa maneira, reforçamos a necessidade e importância da temática de nossos estudos para essa investigação. Reiteramos, ainda, que o reconhecimento da história de uma instituição escolar nos ajuda a compreender como se constituiu o ensino ofertado a homens e mulheres e, no caso desta dissertação, como as escolas domésticas moldaram a formação das mulheres que as frequentaram.

Com essa compreensão, organizamos a pesquisa em quatro seções. A primeira, Introdução, na qual insere-se este texto e a metodologia, apresentando os caminhos percorridos e os percalços com os quais nos deparamos ao longo da investigação.

Na segunda seção, descrevemos o percurso do ensino doméstico no Brasil, analisamos as legislações que regulamentaram o ensino doméstico e a formação feminina no país e no estado de Mato Grosso, em especial, na capital Cuiabá. Buscamos analisar algumas leis municipais referentes ao ensino doméstico nas escolas cuiabanas.

Na terceira seção, analisamos a escola de ensino doméstico Dona Júlia, desde suas origens, em 1946, até o ano de 1949, abordando os motivos da inauguração e da criação da instituição em Cuiabá, bem como seus idealizadores e precursores. Enfatizamos também como os objetivos da educação voltada às mulheres foram concebidos nessa instituição. Dentre as discussões, analisamos o modelo de ensino doméstico instituído na escola.

Na quarta seção, abordamos especificamente a organização da EDDJ, ou seja, o cotidiano escolar, apresentamos as divulgações frequentes sobre as ações realizadas na instituição e publicadas pela revista A Violeta, discussões sobre o ingresso e total de alunas que frequentaram a EDDJ ao longo dos três anos do ensino doméstico, o programa de ensino adotado, enfim, descrevemos o percurso da instituição nos anos nos quais esteve em atividade.

Por último, apresentamos nossas considerações finais, discutindo as respostas aos questionamentos que nos nortearam, bem como, novos problemas que foram surgindo, os quais permanecem sem solução, também apresentamos os percalços e as dificuldades com que nos deparamos ao longo de nossos estudos. Além disso, algumas discussões estão longe de um “ponto final”, sinalizando possibilidades de pesquisas futuras.

2 FORMAÇÃO DAS MULHERES NO ENSINO DOMÉSTICO: ENTRE NORMAS E LEGISLAÇÕES

Entre os anos de 1940 e 1950, no Brasil, era perceptível a busca pela valorização da família e do lar, em que deveria prevalecer a harmonia e a felicidade. O lar deveria ser cotidianamente bem cuidado e cabia à mulher administrá-lo. Uma reportagem publicada no jornal O estado de Mato Grosso, delineia nossa afirmativa de que, nesse período, vários países, assim como o Brasil, “[...] passaram a dar mais consideração à mulher, a tratá-la com benevolência e respeito no lar e com maiores atenções na sociedade. Ainda assim a esfera da influência da mulher reduzia-se ao lar [...]”. (JORNAL O ESTADO DE MATO GROSSO, 1941, p. 2).

Maria Dimpina, na revista A Violeta (1944), descreveu que a “[...] constituição da família, a vida do lar, a elevada e nobre aspiração da mulher. [...] O amor pelo lar, pelo esposo, seu santo Amor pelos filhos, levam-na então a reeducar-se [...]” (DIMPINA, 1944, p. 2). Podemos confirmar, assim, que era pregada uma “reeducação”, ou seja, uma instrução feminina em prol da organização do lar, mas estabelecendo que as mulheres eram responsáveis por esses cuidados.

É preciso ainda lembrar que, de acordo com os estudos de Nilce Vieira Campos Ferreira (2014, p. 186) “[...] no esteio da modernização dos costumes, o que era ministrado no seio da família, alcançou a clara estimação de formar as futuras esposas educadas, conhecedoras das necessidades do marido e dos filhos, alicerces do lar cristão e patriótico”. As mulheres, além de serem responsáveis pela família, eram também as organizadoras e administradoras do lar.

No período em estudo, a mulher era formada para atuar no espaço privado de seus lares. Contudo, com o avanço da industrialização, essa ordem foi sendo alterada, pois elas também começaram a ingressar nas fábricas e nos comércios, o que as levava a abandonar a função de esposa e a não conseguirem cumprir aqueles cuidados considerados como seus deveres junto a seus pais, maridos ou familiares.

Afinal, além dos trabalhos fora de casa, era preciso atribuir a elas também as responsabilidades pelos seus lares, uma vez que os afazeres domésticos eram “femininos” e indispensáveis. Assim, tanto a sociedade quanto os governantes passaram a divulgar ainda mais que dessas atribuições femininas dependiam a felicidade e o bem-estar dentro do lar.

A perfeita organização de um lar depende de orientação firme e esclarecida. Não terá competência de ordenar a execução de um determinado serviço, quem não souber fazê-lo. Na contingência da vida moderna, mesmo com tarefas externas, pode a mulher aproveitar inteiramente as horas que passa em seu lar. O desequilíbrio social, que já se começa a sentir, acentua-se com a atitude da mulher abandonando os serviços caseiros (GRECHI; PENNA, 1954, p. 11).

Esse desequilíbrio social, citado no excerto acima, devia-se ao fato de que, com o avanço das indústrias e fábricas, mais moças e mulheres eram recrutadas e passaram a trabalhar nesses ofícios, pois o trabalho feminino tinha uma remuneração inferior ao masculino, o que trazia mais lucros aos proprietários. Com as mulheres adentrando esse espaço de trabalho, era necessário “convencer” uma nova geração de mulheres para o trabalho doméstico. Assim, escolas de educação doméstica foram consideradas como locais nos quais seria possível treinar as mulheres para os afazeres do lar. (FERREIRA, 2014).

Pregando a necessidade de que as mulheres tivessem um bom desempenho nas prendas domésticas, tais como: dominar a governança da casa, agradar ao marido e aos filhos, cuidar da aparência, ser boa cozinheira, controlar e economizar, entre outros atributos e obrigações, a mulher ideal era definida e divulgada na imprensa. Mulheres deveriam ser um modelo ideal de virtuosidade, isto é, “[...] mães virtuosas, anjos do lar, esposas cristãs modelares, criaturas no tipo ideal da mulher forte da escritura”. (A CRUZ, 1951, p. 1).

Como podemos ver, o excerto acima enfatizava que a mulher deveria esforçar-se para ser perfeita e possuir virtudes, ou seja, ser uma mulher “mãe” da família, da sociedade, pois, naquele período, tanto o governo quanto as igrejas, frequentadas principalmente por mulheres, creditavam a manutenção da ordem e do equilíbrio social à ação das mulheres.

Era divulgado, principalmente na imprensa e no jornal católico *A Cruz*⁸ e em revistas femininas como *A Violeta*, que os lares estavam sob ameaça, pois a imprudência de muitas mulheres, ao trabalharem fora de seus lares, gerava lares desestruturados. Com isso, era enfatizada a necessidade de que as mulheres aprendessem as funções do casamento: cuidar de seus lares e maridos, de forma que “[...] a mulher precisa se preparar bem para a vida do lar, com uma intensa instrução sobre higiene, sobre economia doméstica, sobre puericultura”. (A CRUZ, 1947b, p. 1).

⁸ O jornal *A Cruz* não era uma publicação voltada às mulheres, mas era uma das estratégias de reação de católicos às transformações da sociedade brasileira, pois circulava em todas as regiões e era utilizado para divulgar e defender princípios como hierarquia, a fé e os costumes e para formar, informar e evangelizar. Como vemos nos excertos, identificamos muitas publicações usadas para influenciar a formação de um determinado jeito de ser mulher.

Assim, surgiram as escolas específicas para meninas, com a finalidade de instruir as moças para que pudessem compreender desde os conhecimentos básicos de bordar e cozer até a economia do lar. Maria Helena Camara Bastos e Tania Elisa Morales Garcia (1999) salientaram que esse ensino de conteúdos voltados ao âmbito do lar “[...] deveria contribuir para uma reforma moral, propagando o gosto pela ordem, pela higiene, considerada uma manifestação do sentimento de dignidade.” (BASTOS; GARCIA, 1999, p. 83). Ou seja, para além de mães e esposas, as mulheres deveriam se tornar administradoras do lar.

Nessa linha de raciocínio, era preciso “[...] formá-las para seus papéis futuros de mulher, de dona-de-casa, de esposa e mãe. Inculcar-lhes bons hábitos de economia e de higiene, os valores morais de pudor, obediência, polidez, renúncia, sacrifício [...]” (PERROT, 2007, p. 93). As escolas de educação feminina seguiram essas premissas para difundir um ensino que estivesse de acordo com as “virtudes femininas”.

A ideia de formar mulheres “virtuosas” tem ligação com as concepções estabelecidas pela influência religiosa que ditou regras para a escolarização das moças, confirmando a distinção sexual do ensino, como afirmado por Perrot (2007, p. 94), para quem a “[...] família e religião são os pilares dessa educação quase que exclusivamente privada [...]”. Por vezes, a educação feminina destinada à religião e à família ocorria na esfera doméstica, na vida privada dos lares. Perrot (2007) descreveu ainda que, na França, a igreja foi responsável por muito tempo pela formação feminina, com a intenção de educá-las nos caminhos da bondade e da doçura, isto é, “[...] o Estado, na França, instrui os meninos, seus futuros chefes e trabalhadores. Não as meninas, o que deixa para as mães e para a Igreja [...]” (PERROT, 2007, p. 94).

Podemos perceber, portanto, que, para os governantes, mesmo em países como a França, cujas ideias de igualdade prevalecem, a formação das moças foi considerada como algo sem importância, uma vez que elas deveriam receber ensinamentos apenas o suficiente para cuidar de seus lares e maridos e aprimorar os ensinamentos domésticos, antes passados de geração a geração pelas famílias, normalmente pelas mães e avós. Já aos homens era garantida a formação pelo estado, uma vez que representariam o futuro da nação e exerceriam funções públicas.

Desde a primeira infância, no Brasil, as meninas entravam na escola e aprendiam as noções básicas de leitura, escrita e as operações básicas da matemática. Mas a maior carga horária das disciplinas eram para: ordem doméstica, bordado, costura, trabalhos com agulhas, enfim, aquelas voltadas aos cuidados com o lar. É possível compreender que o ensino nas escolas femininas teve princípios básicos e bem definidos, desse modo, para os meninos

também tem existiam características próprias para o ensino, e fica evidente que nada do que é voltado para o doméstico se torna responsabilidade masculina. Historicamente, portanto, essa divisão de ensino para homens e mulheres esteve presente e a escola reforçou a desigualdade de ensino ofertado, oferecendo às mulheres uma formação baseada num perfil submisso e obediente.

Desse modo, no Brasil, seguindo modelos europeus, trazidos principalmente por religiosas e religiosos católicos, o ensino de mulheres devia se limitar ao núcleo doméstico. Assim, a educação para mulheres não visava a uma formação integral, para seu sustento ou autonomia, mas para que se tornassem formadoras das futuras gerações. Louro (2018, p. 446) destacou que “[...] não havia porque mobiliar a cabeça da mulher com informações ou conhecimentos, já que seu destino primordial como esposa e mãe exigiria, acima de tudo, uma moral sólida e bons princípios [...]”. Aprenderiam tudo aquilo que foi considerado nato e suficiente para elas.

Lembramos que homens e mulheres são capazes de aprender igualmente, porém, no período em estudo, às mulheres era negado o direito de aprender determinados conhecimentos que um “[...] homem de média cultura não deve ignorar, as principais leis gerais da ciência, nem os grandes fatos de que delas decorrem, os acontecimentos fundamentais da evolução humana ou os fenômenos capitais das ciências do homem e da terra [...]”. (VERÍSSIMO, 1985, p. 123). Às mulheres, bastaria aprender o mínimo, o suficiente para que pudessem desenvolver a contento suas atividades no lar, cuidar da educação de filhas e filhos e de seu marido e familiares. Veríssimo, ao descrever a educação da mulher, indicou que os conhecimentos a serem ensinados às mulheres deveriam ser mínimos, afinal, ela precisaria ser apenas,

[...] mãe, esposa, amiga e companheira do homem, sua aliada na luta da vida, criadora e primeira mestra de seus filhos, confidente e conselheira natural do seu marido, guia de sua prole, dona e reguladora da economia da sua casa, com todos os mais deveres correlativos a cada uma destas funções [...]”. (VERÍSSIMO, 1985, p. 122).

Como podemos ver, Veríssimo (1985) considerava as mulheres como seres desprovidos de inteligência, capazes de aprender aquilo que fosse de ordem feminina. Estipulado por ele, biologicamente, a mulher era desprovida das faculdades mentais dos homens, desse modo, sem capacidade de aprender conhecimentos de ordem científica que requeriam muito da inteligência. Era necessário que ela compreendesse outros conhecimentos, mas não profundamente, pois as capacidades de aprender eram inferiores às do homem. Assim, a educação deveria vir com doses pequenas de aprendizagem.

Na escola, elas aprenderiam as disciplinas de acordo com sua compreensão e capacidade intelectual. Segundo Veríssimo (1985, p. 128), a educação estética era de eficácia para a educação da mulher “[...] nenhuma outra espécie de educação poderia talvez ser mais útil à mulher. Por ventura, nenhuma lhe poderia fornecer tantos e tão estimáveis recursos para lhe embelezar e alegrar a vida e o lar [...]”. Veríssimo esperava que a mulher fosse instruída para aquilo que suas faculdades mentais suportavam, porém, o que nos parece é que essa ideia parte de um pressuposto da mulher frágil, comparada a um objeto e que, inserida no lar, seria a presença de uma beleza, pureza e paz no interior doméstico. O autor salientou, ainda, que seria viável se fosse criada uma disciplina de simpatia humana, pois seria um “[...] estímulo para uma vida espiritual e moralmente superior, que ainda é a mais forte garantia e a melhor defesa da mulher [...]” (VERÍSSIMO, 1985, p. 129). Compreendemos, portanto, que considerada como seres frágeis e de pouca inteligência, a vida da mulher estava voltada para o núcleo familiar.

Desse modo, no lar ou fora dele, como, por exemplo, nas escolas, as mulheres deveriam compreender que o lar era responsabilidade própria do sexo feminino. O discurso de que a mulher era inferior ao homem também influenciou na organização da educação feminina no Brasil: a elas, escolas domésticas, disciplinas de corte e costura, economia doméstica, puericultura, trabalhos manuais, ou seja, atividades práticas que envolviam trabalhos manuais com o uso de agulhas e que eram associados somente ao universo particular da mulher, no âmbito doméstico.

2.1 Ensino Doméstico no Brasil

O ensino doméstico era objeto de consideração nas propostas governamentais desde os anos de 1930, quando o governo brasileiro, de acordo com Susan Kent Besse (1999, p. 156), “[...] deu passos firmes, em prol do suposto bem da família, da prole futura e da sociedade em geral para proibir as mulheres de trabalhar em funções que pudessem pôr em perigo sua saúde física, prejudicar sua maternidade ou comprometer sua moralidade”. Tratava-se de, na verdade, estabelecer o ensino doméstico como uma forma de restringir as mulheres de atuações para além daqueles trabalhos considerados condizentes ao sexo feminino.

O ensino doméstico para as mulheres recebeu atenção especial na gestão de Gustavo Capanema, Ministro da Educação e Saúde (1934-1945). Em 1936, iniciaram-se inúmeras propostas para o ensino doméstico, além de um processo de intervenção direta do Estado na organização e na delimitação de espaços e atividades atribuídas às mulheres. Nesse período,

foi distribuído, em todo o país, um questionário para que estudantes, professores e sacerdotes pudessem colaborar com a construção de um Plano Nacional de Educação - PNE. (SCHWARTZMAN; BOMENY; COSTA, 2000).

Para a construção do projeto de um Plano Nacional de Educação - PNE, foi formulado um questionário com perguntas relacionadas aos fundamentos educacionais. O documento que tinha 213 perguntas e ficou conhecido como “questionário para um inquérito”. De acordo com o exposto no documento, o inquérito teve como “[...] objetivo primordial recolher informações e estudos que sirvam à elaboração do plano nacional de educação, código daquelas diretrizes” (BRASIL, 1936, p. 1). O inquérito percorreu todo país e formulou um projeto de PNE, cujo objetivo era organizar a educação nacional, ademais, muitos aspectos educacionais seriam contemplados, conforme sugerido pela Carta Magna de 1934, uma delas a educação para mulher, que recebe “atenção primordial”.

O PNE do ano de 1937 delimitou a estrutura educacional como ensino primário, secundário e superior e previa um modelo de ensino “dito doméstico” destinado às mulheres, que foi incluído em um novo ramo, o ensino especializado dividido em “doméstico, serviço social, profissional agrícola, ensino de pesca, o ensino industrial e o ensino comercial”. (SCHWARTZMAN; BOMENY; COSTA 2000, p. 202). No que diz respeito ao ensino doméstico, Capanema reservou às mulheres um ensino considerado “ensino médio feminino” que visava prepará-las para o trabalho na indústria dentro ou fora do lar. O plano previa como o ensino doméstico deveria ser ministrado às mulheres.

[...] ensino doméstico geral, para meninas a partir dos 12 anos, e com três anos de duração (dois de formação, um de aperfeiçoamento) e que dava, ao final, o ‘certificado de dona-de-casa;’ o ensino doméstico industrial, que visava preparar a mulher para a indústria ‘dentro e fora do lar,’ prevendo, assim, o trabalho por encomenda; e o ensino doméstico agrícola. Em todos os casos, as diferenças destes cursos profissionalizantes femininos com os demais, destinados aos homens, era principalmente de sexo e função, e não tanto de saber. O ‘doméstico’ é claramente usado em substituição a ‘profissional.’ (SCHWARTZMAN; BOMENY; COSTA, 2000, p. 202).

A proposta do PNE, exposta por Schwartzman, Bomeny e Costa (2000), indica que houve, portanto, uma tentativa de restringir a atuação feminina na sociedade, inclusive, suprimindo do ensino profissionalizante a palavra “profissional” como era usado no ensino agrícola masculino e incluindo “doméstico” para as mulheres. A ideia estabelecida nesse período era a mulher como alicerce da família. Havia também a preocupação com a formação de mão de obra, com a profissionalização, mas que, de certa forma, a mulher permanecesse com suas funções dentro do lar, ou seja “[...] tratava-se de torná-las profissionais polivalentes, além de capacitá-las para administrar racionalmente o lar [...]” (SCHWARTZMAN;

BOMENY; COSTA, 2000, p. 202). Por meio do ensino doméstico, buscaram inculcar nas mentes das moças o gosto pelo trabalho doméstico, ensinando quais as funções femininas no lar, formando moças de família, boas donas de casa e boas domésticas.

A sequência de propostas para implantação do PNE não chegou a ser aprovada pela comissão, pois foi interrompida pelo golpe de 1937. As ideias apresentadas pelo projeto de PNE, ainda que não fossem aprovadas, continuaram presentes em outros projetos idealizados por Gustavo Capanema. Em um discurso proferido em razão do centenário da fundação do colégio Pedro II, no Rio de Janeiro, em 2 de dezembro de 1937, o político proferiu sobre a educação nacional e sobre as propostas sugeridas para a educação brasileira. Capanema, nesse discurso, ressalta, em especial, a preocupação com a proteção da família e a responsabilidade das mulheres perante o lar.

A família, constituída pelo casamento indissolúvel, é a base de nossa organização social e está, por isto, colocada sob a proteção especial do estado. Ora, é a mulher que funda e conserva a família, como é também por suas mãos que a família se destrói. Ao estado, pois, compete, pela educação que lhe ministra. Prepará-la convenientemente para a sua grave missão. E é assim que a educação feminina, pela importância de que se reveste, passa a exigir dos poderes públicos cuidados e medidas especiais. (CAPANEMA, 1937, p. 2).

Pela ótica de Capanema, com a educação feminina restrita aos trabalhos domésticos, era possível manter o controle da família. Por meio desse tipo de ensino, as mulheres compreenderiam a organização, administração da casa e, conseqüentemente, a organização e higienização da sociedade também. Guacira Lopes Louro e Dagmar Mayer (1993, p. 48) ressaltaram que “[...] o lar se tornou, crucial para o sucesso da nação, e as mulheres cuja educação começou a ser levada mais a sério, ganharam papel de mães da república [...]”. há uma valorização da família, como um espaço destinado ao privado, propício para a construção de valores éticos, morais, religiosos, bons modos e costumes.

No contexto conservador inserido nas propostas governamentais, à mulher caberia “[...] a nobre missão de cuidar de todos os afazeres domésticos de modo a propiciar o conforto e o equilíbrio psicológico familiar. À mulher, esposa e mãe, ficaria a responsabilidade de educar os filhos e lhes transmitir as normas morais de comportamento social [...]”. (AMARAL, 2002, p. 20). Desse modo, foram impostas disciplinas nas escolas femininas e ocorreu a estabelecimento de cursos e escolas domésticas, visando à formação moral, social e, mais especificamente, a educação doméstica das moças brasileiras.

Da mesma forma “[...] procurar-se-ia propiciar, através da educação feminina, harmonia familiar, sendo esta agente de transmissão das normas morais e de comportamento

social”. As mulheres se tornaram aliadas na organização do lar, por isso, era preciso que elas, enquanto agentes de transformação em consonância com a modernização da sociedade, atuassem “[...] primeiramente no universo familiar para depois plantar frutos, tendo em vista a harmonia social” (RODRIGUES, 2007, p. 97). O lar, portanto, receberia a organização necessária pela mulher, que seria instruída de acordo com o previsto nas escolas de modelo doméstico.

Em consonância com o excerto acima, o técnico do Ministério da Educação, Antônio Figueira de Almeida (1938, p. 8), salientou que “[...] a educação doméstica visa à preocupação prática e consciente para a vida do lar e para a vida de família”. Em seus escritos sobre a educação doméstica, Almeida (1938) faz sugestões para o departamento nacional de educação, visando à formação integral da mulher como responsável pelo lar e a formação de domésticas.

Prevalecia naqueles anos no Brasil “[...] a ideia dominante a respeito da educação doméstica é a de que ela só se destina à mulher. Não resta dúvida que toda mulher deve receber uma educação doméstica tão perfeita quanto possível porque lhe cabe o governo da casa”. (ALMEIDA, 1938, p. 2).

A educação doméstica previa o ensino integral dos conceitos do lar, trazendo em si vestígios das ideias conservadoras estipuladas por Capanema ao longo de sua atuação no ministério e que continuaram presentes, em especial, nos anos de 1940. Nesse período, a história do Brasil foi caracterizada por acontecimentos políticos, econômicos e sociais que trouxeram mudanças nas diretrizes para a educação, especialmente no que diz respeito à oferta de um ensino específico para as mulheres.

Aqueles anos foram marcados “[...] por um intenso processo de industrialização e urbanização, pelas ideias de incentivo à modernização e ao desenvolvimento [...]”. (PADILHA, 2019, p. 75). Para a autora, a essa ideia de modernização, inserem-se as discussões em relação à educação, ao ensino doméstico para as mulheres e à valorização da família no Brasil.

As mulheres passaram a ocupar outros espaços e assumiram outras atribuições nesse período e mesmo em meio às transformações, os valores femininos continuavam relacionados a um ideário conservador. Segundo esse “ideal de mulher”, as mulheres eram conhecidas “[...] a partir da dedicação às ocupações domésticas, do cuidado do marido e dos filhos [...]”. (PADILHA, SANTOS, 2017, p. 113). Ou seja, ainda que as mulheres alcançassem outros espaços, a finalidade feminina ainda era, sem dúvida, “[...] a maternidade e o lar; a esfera de

atuação feminina é a doméstica [...]” (LOURO, 1987, p. 15), cujas características consideradas inerentes às mulheres eram a pureza, a doçura e o instinto materno.

No Brasil, nesse período, considerava-se que a formação das mulheres era importante para o processo de industrialização, “evolução”, progresso do país, desse modo, houve uma preocupação com o “[...] Ensino doméstico. [...] onde cadeiras de ensino privilegiavam as atividades práticas que envolviam trabalhos manuais com o uso de agulhas, e eram associados somente ao universo particular da mulher, no âmbito doméstico”. (RODRIGUES, 2007, p. 106). As mulheres eram consideradas como formadoras de futuros cidadãos e só poderiam fazer o seu papel se recebesse uma educação condizente com essa finalidade e voltada para as necessidades da família.

Os governantes brasileiros, no período em estudo, pregavam que era preciso buscar maneiras para estimular a formação moral, intelectual, dos bons modos e ideias condizentes com o modelo de urbanização. Logo, “[...] as escolas procuravam dar às meninas uma educação ‘prática’ que visava, primeiro e acima de tudo, formá-las para a vida doméstica e familiar e, segundo, para ganhar a vida (em ocupação apropriada) se e quando isso se tornasse necessário [...]”. (BESSE, 1999, p. 131). O ensino doméstico, desse modo, foi considerado como uma formação para as mulheres que traria “benefícios” para o lar e, também, como uma forma de profissionalização doméstica das moças que precisavam trabalhar.

A imprensa brasileira também propagava as ideias comuns para a educação feminina no Brasil. O jornal Correio Paulistano, de São Paulo, que circulava em todo território nacional, publicou um artigo sobre o ensino no Brasil e ressaltou que, na escolarização das mulheres, deveria ser inserido o ensino doméstico em “[...] todos os cursos de ensino comum de artes domésticas, nos graus elementar ou médio e nos semiespecializados ou especializado, pois tem um desenvolvimento notabilíssimo”. (CORREIO PAULISTANO, 1941, p. 16). Desse modo, uma série de Leis Orgânicas foram sendo instituídas nos anos de 1940.

As Leis Orgânicas que marcaram a gestão de Gustavo Capanema, gestão esta que ficou conhecida também como Reforma Capanema, abrangeu “Ensinos industrial e secundário (1942), comercial (1943), normal, primário e agrícola (1946).” (SAVIANI, 2004, p. 37).

Embora os decretos-lei instituídos por Capanema não fossem conservadores como os projetos idealizados nos anos anteriores, é possível perceber que alguns aspectos continuaram presentes, em especial, para a formação das mulheres. Os textos das Leis Orgânicas do Ensino Secundário, Industrial, Normal, primário e Agrícola, apresentaram considerações específicas para a formação das mulheres.

O Decreto-Lei nº 4.244 da Lei Orgânica do Ensino Secundário⁹ foi promulgado em 9 de abril de 1942. No que diz respeito à educação feminina, no Artigo 25 do capítulo III, o Decreto Lei nº 4.244 instituiu “prescrições especiais” para a educação das mulheres nos estabelecimentos de ensino específico para o sexo feminino, e, também como ponderado no inciso 4º, “[...] a orientação metodológica dos programas terá em mira a natureza da personalidade feminina e bem assim a missão da mulher dentro do lar”. (BRASIL, 1942, p. 1). O Decreto-Lei orientava para um modelo de ensino doméstico nas escolas.

Schwartzman, Bomeny e Costa (2000) salientaram que a Lei Orgânica do Ensino Secundário objetivava configurar um ensino único; contudo, percebem-se recomendações específicas para homens e mulheres. De fato, seria estabelecida uma diferenciação no ensino secundário feminino, o qual deveria considerar “[...] a natureza da personalidade feminina e a missão da mulher dentro do lar [...]”. (CAPANEMA, 1942, p. 9). As normativas reforçaram os lugares estipulados para atuação feminina, ou seja, continuou inculcido nos projetos dos governantes que a mulher deveria permanecer em serviços relacionados ao âmbito doméstico e até mesmo dentro dos lares.

Em 1942, a Lei Orgânica do Ensino Industrial¹⁰ de nº 4.073, de janeiro de 1942, também estabeleceu uma organização sobre a formação das mulheres. De acordo com o instituído no capítulo VI, “das práticas Educativas”, recebeu a seguinte orientação pelo Art. 26, “§ 2º, “[...] às mulheres se dará também a educação doméstica, que consistirá essencialmente no ensino dos misteres próprios da administração do lar [...]” (BRASIL, 1942). Em 1947, essa orientação recebeu um novo texto pela Lei nº 28, no Art. 26, Parágrafo único: “[...] às mulheres será também lecionada educação doméstica, essencialmente sobre o ensino dos misteres de administração do lar [...]”. (BRASIL, 1947).

Houve, portanto, apenas ligeira mudança no que foi redigido no primeiro texto e a letra da lei continuava prescrevendo prescrevia orientações especiais para o ensino, quando tratava da formação das mulheres.

Em 1946, outras Leis Orgânicas do Ensino também apresentaram descrições especiais no ensino das mulheres. A Lei Orgânica do Ensino Normal¹¹, instituída pela Lei nº 8530,

⁹ Lei Orgânica do Ensino Secundário, decreto lei 4.244, 9 de abril de 1942.
<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-4244-9-abril-1942-414155-133712-pe.html>

¹⁰ Lei Orgânica do Ensino Industrial, decreto lei 4.073, 30 de janeiro de 1942
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/del4073.htm

¹¹ Lei Orgânica do Ensino Normal, decreto lei 8.530, 2 de janeiro de 1946
<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-8530-2-janeiro-1946-458443-publicacaooriginal-1-pe.html>

visava à formação do pessoal docente para o ensino primário. “o curso de regente para o ensino primário” estava dividido em quatro séries, na primeira, deveria aprender, entre as disciplinas, a economia doméstica. (BRASIL, 1946). A disciplina de Economia Doméstica era específica para as mulheres, e trazia noções básicas de economia, administração e organização do lar.

A Lei do Ensino primário¹², também promulgada em 1946 e instituída pelo Decreto-Lei nº. 8.529, visava às normas para a organização dos cursos primário, e tinha como uma de suas finalidades instituída pelo artigo 1º “[...] elevar o nível dos conhecimentos úteis à vida da família, à defesa da saúde e a a iniciação ao trabalho [...]” (BRASIL, 1946). No que se refere à formação das mulheres nos cursos primários supletivo e primário complementar, haveria disciplinas e atividades educativas diferente para as mulheres. “[...] Parágrafo único. Os alunos do sexo feminino, aprenderão, ainda, noções de economia doméstica e de puericultura [...]”. (BRASIL, 1946). Portanto, a formação no ensino primário previa para as mulheres um ensino específico limitado à puericultura e à economia doméstica. Compreendemos, assim, a distinção sexual do trabalho, já que haveria descrições específicas para as mulheres. O lar por sua vez continua restrito à atuação feminina.

Por fim, sobre as Leis Orgânicas, em 1946, pelo Decreto-lei nº 9.613 de 20 de agosto, foi promulgada a Lei Orgânica do Ensino Agrícola¹³. As atribuições para a educação nela previstas estavam de acordo com o meio rural, visando à preparação profissional dos trabalhadores e trabalhadoras do campo. No título V do Decreto-lei, o Art. 51 salientava que “[...] o direito do ingresso nos cursos de ensino Agrícola é igual para homens e mulheres [...]” (BRASIL, 1946). Contudo, o título V, do “Ensino Agrícola Feminino”, prescrevia, no Art. 52, o seguinte, “[...] na execução dos programas, em todos os cursos, ter-se-á em mira a natureza da personalidade feminina e o papel da mulher na vida do lar [...]”. (BRASIL, 1946). Desse modo, é perceptível que as distinções para o que era ensino para homens e mulheres continuaram presentes.

A Reforma Capanema vigorou ao longo da década de 1940. Alguns Decretos-lei instituídos pela Reforma Capanema mantiveram ideais conservadores e restritivos para a educação feminina. Para Capanema, de acordo com Nair Fortes Abu-Merhy, o que ficou

¹² Lei Orgânica do Ensino Primário, decreto lei 8.529, 2 de janeiro de 1946 <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-8529-2-janeiro-1946-458442-publicacaooriginal-1-pe.html>.

¹³ Lei Orgânica do Ensino Agrícola, decreto lei 9.613 de 20 de agosto 1946 http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/de19613.htm#:~:text=DEL9613%2D46&text=DECRETO%2DLEI%20N%C2%BA%209.613%2C%20DE%2020%20DE%20AGOSTO%20DE%201946.&text=Art.,profissional%20dos%20trabalhadores%20da%20agricultura.

instituído nesses Decretos-lei para as mulheres era uma forma de “[...] valorizar o trabalho feminino no lar, trabalho esse até agora obscuro, ignorado e mal compreendido e que, no entanto, muito influi sobre a prosperidade da pátria, o bem-estar social e a felicidade humana [...]”. (ABU-MERHY, 1943, p. 75). Os objetivos e prescrições especiais às mulheres eram relegados os ensinamentos do lar.

2.2 Ensino Doméstico em Cuiabá (Mato Grosso)

A organização educacional de Mato Grosso teve como base os Decretos-lei instituídos pelo Governo Federal. De acordo com a Diretoria Geral da Instrução Pública de Mato Grosso (1942, p. 1), “[...] o advento do estado nacional, descortinou novos horizontes e traçou novas perspectivas para a grande árvore administrativa do ensino [...]” O que nos parece é que os decretos-lei instituídos pelo Governo Federal abriram possibilidades para que os estados do país, bem como Mato Grosso, pudessem formular seus próprios regulamentos para serem seguidos pelas instituições de ensino de cada estado. Assim como no contexto nacional, a formação feminina recebeu “atenção especial” no estado de Mato Grosso. O Mato Grosso instituiu regulamentos para o ensino no estado. No que diz respeito ao Ensino Feminino, notamos que em alguns desses regulamentos, havia disciplinas específicas para as mulheres, como é o caso do Regulamento do Ensino Normal.

Em 31 de dezembro de 1948, foi instituído o Decreto nº 590, que regulamentava o Ensino Normal no estado de Mato Grosso. Essa modalidade de ensino tinha como objetivo formar professores e professoras para o ensino primário, que compreendia a escola normal e o curso normal regional, este recebeu prescrições específicas para a formação feminina e estava de acordo com a Lei Federal.

O art. 3º. previa que “[...] o curso normal regional será ministrado de acordo com a lei federal em vigor, compreendendo as seguintes disciplinas: 1ª série [...] Trabalhos Manuais e Economia Doméstica”. (MATO GROSSO, 1949, p. 1). Essas disciplinas eram obrigatórias e essenciais para a formação das professoras primárias em Mato Grosso.

Compreendemos, assim, que os regulamentos instituídos tinham em mira a formação feminina voltadas para o aperfeiçoamento das atividades domésticas desde os anos iniciais de ensino. De acordo com o que foi publicado pelo Jornal o estado de Mato Grosso, “[...] o sentido verdadeiro da atuação feminina, da função da mulher é na sociedade e no lar.” (JORNAL O ESTADO DE MATO GROSSO, 1941, p. 3). Ou seja, a mulher deveria receber

uma instrução condizente com o que foi estipulado como “função feminina”, nesse caso, o ensino doméstico recebe atenção especial no período.

O Ensino Doméstico em Mato Grosso, por vezes, apareceu como essencial nos regulamentos de ensino e se tornou base para inúmeras escolas como a Escola Doméstica Dona Júlia, que tinha objetivos para a formação doméstica das mulheres cuiabanas. Em Cuiabá, houve uma preocupação com a formação feminina, principalmente pelas famílias mais abastadas, que viam na formação feminina uma maneira de formar a mão de obra doméstica.

Para melhor compreensão da pesquisa, apontamos a localização de Mato Grosso, situada na região Centro-Oeste do Brasil, com ênfase à sua capital, Cuiabá, onde nossa pesquisa está inserida.

Na figura abaixo visualizamos Cuiabá, cidade na qual a EDDJ estava localizada. À época, o estado do Mato Grosso do Sul fazia parte do estado de Mato Grosso, somente desmembrado em 1977. Como vimos, em Cuiabá a formação feminina tinha em mira a educação doméstica das mulheres.

Figura 1 - Localização de Cuiabá em Mato Grosso e Brasil de 1945



Fonte: IBGE (1945)¹⁴.

No período, Mato Grosso e Cuiabá encontravam-se em processo acelerado de mudanças, “[...] a economia mato-grossense tinha como um de seus destaques a extração da borracha. Várias empresas começaram a investir no estado [...]” (ALVES, 1998, p. 135). Com o avanço de empresas e do comércio em Mato Grosso e com o crescimento da capital Cuiabá, a educação recebeu atenção por conta da necessidade de formação da mão de obra.

Em 1946, a Escola Doméstica Dona Júlia - EDDJ começou a ofertar ensino doméstico para as mulheres cuiabananas, uma formação doméstica completa, segundo suas idealizadoras, isto é, tudo aquilo que a mulher precisava compreender para atuação eficiente no lar, seja como donas de casa ou como domésticas.

A instituição escolar, inaugurada em 1946, foi citada pelo governador do estado de Mato Grosso Arnaldo Estevão de Figueiredo, em uma mensagem emitida em 1949, na qual salientou que a “[...] Escola Doméstica Dona Júlia é o único estabelecimento desse tipo

¹⁴ Adaptado pela autora, com a inserção de Cuiabá no mapa, realizada com o auxílio do aplicativo Paint 3D.

existente em Cuiabá”. (FIGUEIREDO, 1949, p. 26). Compreendemos, portanto, que a EDDJ se configurava como um modelo de ensino doméstico até então inexistente na capital de Mato Grosso.

Levantamos, contudo, alguns questionamentos, entre eles, qual era a necessidade de implementar na capital de Mato Grosso uma escola de Ensino Doméstico, que visava à formação doméstica das mulheres, em um período no qual elas começavam, ainda que restritamente, a ocupar outros espaços de trabalho. Uma possível resposta para esse questionamento parece ser que, com a saída das mulheres de seus lares, houve um possível “despreparo” para as funções domésticas. Desse modo, a EDDJ voltou-se para a formação de domésticas que pudessem tomar conta das casas das mulheres que saíam de seus lares para atuarem no comércio, na indústria, na saúde, em repartições públicas ou em escolas.

Na mesma linha de raciocínio, como foi descrito em *A Violeta*, por Maria Dimpina, a formação doméstica deveria instruir a mulher para uma “[...] grande reforma social. É este o seu campo de ação tornar-se heroína contribuindo para a grandeza de uma pátria grande e invicta.” (DIMPINA, 1943, p. 2). No excerto acima, comprovamos a concepção de que a educação feminina deveria voltar-se para um determinado papel que se esperava das mulheres na construção da sociedade.

Dimpina foi uma das idealizadoras da EDDJ e considerava que havia um certo despreparo das mulheres cuiabanas nos afazeres relacionados ao lar, desse modo, era preciso uma escola que ensinasse a formação de boas domésticas para os serviços na casa das mulheres economicamente privilegiadas.

Para Dimpina (1945, p. 1), a partir da saída das mulheres para o trabalho fora do lar, “[...] que destino lhe está reservado? A dependência de empregada para seu serviço doméstico, é claro, dirão todos. Uma empregada para lhe tomar conta de filhos; um serviçal [...]”. Nesse excerto, percebemos que as idealizadoras da EDDJ alegavam que haveria necessidade de formar mulheres para trabalhar nos serviços domésticos, a partir do momento que essas donas de casa saíssem para trabalhar fora do lar.

Preparar boas donas de casa e principalmente formar boas domésticas, dotadas de princípios, boa moral e conduta, esses os princípios comuns à formação que deveria ser ministrada em uma escola doméstica, em Cuiabá, afinal “[...] a sociedade se regenera ou decaí, se salva ou se perde pelo lar. E o lar pela mãe. Nos regaços das mães está indubitavelmente o futuro do mundo [...]”. (A CRUZ, 1951, p. 1). A “missão” em sociedade era ressaltada comumente nas salas de aulas femininas, nas escolas de ensino doméstico.

Evidenciamos ainda que a saída gradativa das mulheres para trabalhar fora de casa era uma preocupação para a sociedade, haja vista que as atividades do lar eram relegadas às mulheres, ou seja, se agora a mulher também trabalhava fora, quem administraria e se encarregaria das atividades do lar? É preciso lembrar, que independentes e trabalhando fora dos espaços domésticos, as mulheres poderiam deixar de lado os cuidados com o lar. Houve, portanto, uma necessidade de inserir nos currículos escolares ideais de formação para as mulheres relacionadas ao lar, com intuito de reforçar os espaços que deveriam ser de atuação feminina, ou seja, o doméstico.

Certamente o lar era o destino das mulheres. Desse modo, torna-se importante salientar que embora as mulheres ocupassem outros espaços, o lar era responsabilidade feminina. O casamento, a família e a vida doméstica, ainda, eram consideradas como essenciais para a elevação feminina, eram vistos como importantes para a mulher e, nesse contexto, a igreja católica assume posição primordial na formação das moças.

Nos anos em estudo, observamos que a educação das mulheres brasileiras estava a cargo de instituições escolares católicas, como apresentado pelo jornal A Cruz (1947b) “[...] no Brasil, a maior parte dos colégios femininos foram abertos e sustentados pelos católicos. Uma grande parte das mulheres instruídas no Brasil, passou na sua mocidade pelas mãos de religiosas [...]”. (A CRUZ, 1947b, p. 1).

Uma reflexão que apontamos é sobre a influência do jornal A Cruz na sociedade cuiabana, na qual o periódico era um meio de comunicação importante na cidade. O jornal “[...] era editado pelo Seminário Episcopal da capital, Cuiabá, e os artigos/matérias nele veiculados eram escritos por padres, bispos, tinha também na equipe uma correspondente internacional e pessoas do meio religioso católico [...]”. (CUSTÓDIO, 2018, p. 59).

O jornal A Cruz divulgava periodicamente as atividades realizadas na EDDJ e isso nos leva a pensar que havia um vínculo estreito entre o periódico e a instituição, sejam pelas ideias compactuadas, seja pelos preceitos cristãos para educação feminina estabelecidos por elas.

Claro nos parece, a partir de nossas pesquisas, que havia um jogo de interesses da religião católica na formação feminina, uma vez que as mulheres, em seus lares, ao serem articuladoras de suas famílias, influenciariam seus familiares para seguirem os dogmas cristãos. A Cruz, em 1945, publicou que a educação feminina doméstica era capaz de “[...] reconduzir as mentes e os corações ao antigo e puro ideal da mulher, propagando-lhe a imaculada virgem e Mãe de Deus, Maria, cuja terna e confiante veneração é em todo tempo

conservação e salvação da honra feminina! [...]” (A CRUZ, 1945, p. 1). A publicação chama atenção para o fato de que a educação feminina devia ser conduzida “no caminho da igreja”

Compreendemos que o Ensino Doméstico esteve presente nos regulamentos do ensino em Mato Grosso, isso serviu como base legal para a construção de uma escola doméstica. A EDDJ nos apresentou uma organização escolar doméstica, porém não se assemelhou aos regulamentos de ensino, por isso, a instituição não conseguiu manter suas atividades por muitos anos. A EDDJ, foi construída a partir de ideias de formação feminina pautadas na vida doméstica, bem como, idealizada por uma parcela da sociedade que estipulava normas de ensino no estado, como, por exemplo, a criação de uma escola doméstica para formar mulheres domésticas em Cuiabá.

3 ORIGEM DA EDDJ EM CUIABÁ/MT: GRÊMIO LITERÁRIO JÚLIA LOPES DE ALMEIDA

A criação de uma instituição escolar está atrelada a um percurso histórico. Buscando conhecer a história da Escola Doméstica Dona Júlia- EDDJ, descobrimos que as discussões para implementação dessa instituição em Cuiabá-MT ocorreram entre as sócias do Grêmio Literário Júlia Lopes de Almeida - GLJLA, direcionadas, principalmente, por Maria Dimpina Lobo Duarte, defensora da fundação de uma escola doméstica na capital mato-grossense.

Lembramos que estudar uma instituição escolar requer compreender seu percurso histórico. As instituições têm história e existência que vão além de um prédio. Em seus espaços estão também inseridas as tramas da sociedade, as relações sociais que envolvem os indivíduos do passado ao presente. Desse modo, são os elementos históricos que motivam a “[...] analisar a trajetória da instituição, das pessoas, das idas, das celebrações, dos enfrentamentos, da cultura que se desenvolveram nessas entidades ao longo do tempo, bem como suas interações com o universo que as cerca [...]”. (GONÇALVES NETO; CARVALHO, 2020, p. 55).

Nos caminhos da história da instituição, a EDDJ teve início com o GLJLA. Esse Grêmio Literário foi criado em 26 de novembro de 1916, em Cuiabá, Mato Grosso, formado por jovens normalistas e teve por finalidade “[...] o cultivo das letras patricias, na grande obra do progresso moral da nossa terra [...]”. (A VIOLETA, 1917, p. 7). O Grêmio Literário recebeu esse nome em homenagem à romancista carioca Júlia Lopes de Almeida, escritora admirada pelas mulheres que o compunham.

A primeira diretoria do GLJLA foi composta por jovens e mulheres cuiabanas e seu corpo dirigente era composto pela Presidente Leonor Borrvalho; Vice-presidente Maria Luiza Pimenta; Primeira Secretária Maria Ponce de Arruda; Segunda Secretária Maria da Gloria Figueiredo; Tesoureira Maria Dimpina de Arruda Lobo. Outras integrantes eram Thereza de Arruda Lobo, Regina da Silva Prado, Marianna Póvoas e Bartira de Mendonça (MENDONÇA, 1919).

O Estatuto do GLJLA continha uma série de artigos que estipulavam os objetivos da agremiação e tinham como principal intuito “[...] promover o desenvolvimento intelectual das suas associadas, por meio de conferências, discussões de teses, sobre assuntos cívicos, morais e instrutivos [...] Manter uma revista de publicação bimensal [...]”. (A VIOLETA, 1918a, p. 9).

De fato, um mês após a criação da agremiação, em 16 de dezembro, o GLJLA fundou a revista *A Violeta*. A inauguração da revista foi publicada pela imprensa local e considerada pelo jornal *A Cruz* (1916), como uma importante iniciativa para Cuiabá, destacando que *A Violeta* uma “[...] linda revista do 'Grêmio Literário' que um grupo de senhoras e senhoritas desta cidade acaba de fundar para o cultivo das letras femininas e patricias, abrindo as suas colunas a todas que quiserem colaborar para o engrandecimento moral da nossa estremeçada terra [...]”. (*A CRUZ*, 1916, p. 1).

Além dessas ações, as mulheres que comandavam o GLJLA realizavam ações filantrópicas, campanhas femininas que estavam voltadas a uma ideia de “[...] progresso, civilização e regeneração do homem e da sociedade pelas mãos da mulher [...]” (NADAF, 1993, p. 26). Lembramos que, no período em estudo, era comum o desenvolvimento de ações femininas voltadas à filantropia, ao cuidado, ao zelo com a família e à comunidade, ações fortemente estimuladas por questões religiosas.

As jovens que integravam o GLJLA faziam parte das famílias tradicionais de Cuiabá, muitas tiveram a influência do catolicismo em sua formação, estudaram em escolas de princípios católicos e participavam de ações e ritos na igreja católica da capital. Essa influência esteve presente na constituição do grêmio, pois, muitas ideias partiam dos princípios idealizados pela igreja católica, em especial, os relacionados à formação feminina.

No Brasil, no final do século XIX, era comum que mulheres de classe média fundassem associações, jornais e revistas como forma de se inteirarem dos assuntos da sociedade, de se manterem ativas, de saírem dos espaços privados e de manter contato com outras mulheres (até mesmo suas leitoras), bem como de publicar determinadas ações e informações que julgassem necessárias. Tais ações tornavam-se, muitas vezes, campanhas pela educação feminina, isto é “[...] esses periódicos, como outros da época, fizeram campanhas pela educação da mulher. Frequentemente, apareceram ligadas ao reforço do papel de mãe, de boa esposa, de dona de casa.” (TELLES, 2018, p. 427). A revista *A Violeta* seguiu um modelo semelhante ao proposto por outros periódicos brasileiros que circulavam no período, entretanto, se limitava a uma parcela de mulheres abastadas de Cuiabá.

As revistas femininas do Brasil disseminavam para as moças o comportamento considerado “adequado”, como *A Violeta*. Tais publicações serviam como formas de propagação de valores, ideias e interesses. Eram revistas de variedades, sempre editadas e lidas pelas classes médias e altas da sociedade, que buscavam orientar os rumos e as relações entre homens e mulheres.

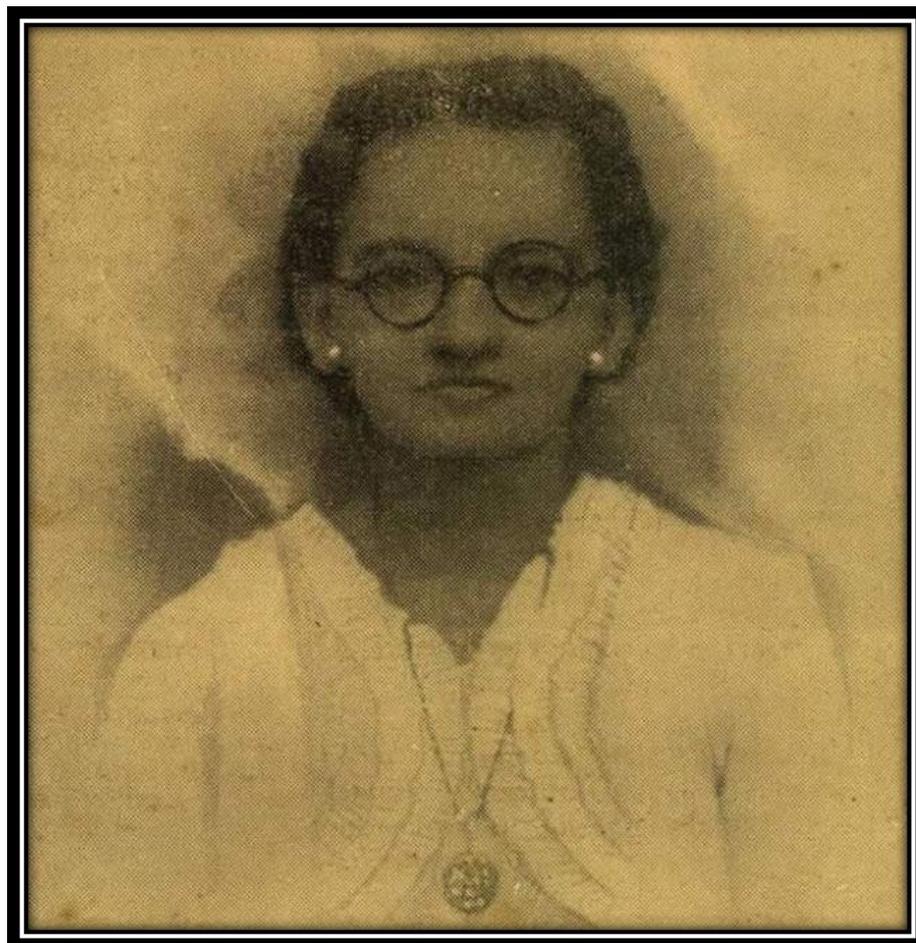
De fato, vários jornais e revistas circulavam nesse período, ratificando a ideia acima. As classes altas da sociedade promoviam tais jornais que se responsabilizam pela “[...] divulgação de modelos de comportamento, especialmente para as mulheres. Os jornais pareciam veicular um projeto civilizador com pretensão de construir novos homens e mulheres, divulgando imagens idealizadas para ambos os sexos”. (PEDRO, 2018, p. 281). Circulando ideias conservadoras de uma classe mais favorecida, assim como ocorrera na construção de *A Violeta*, essas publicações iam ao encontro dos interesses das famílias tradicionais da capital mato-grossense.

A revista *A Violeta* circulou por, aproximadamente, 34 anos e reveste-se de importância nesta pesquisa, pois nela foram publicadas várias informações sobre a Escola Doméstica Dona Júlia, nosso objeto de estudo. Além de publicar textos em defesa da educação da mulher, algumas publicações defendiam a criação de escolas femininas e a “[...] necessidade de se implantarem Escolas Domésticas em Mato Grosso e outros estados, a exemplo das que existiam na Suíça e em Natal. Essa escola não se limitaria aos ensinamentos domésticos, mas sim à formação integral da mulher”. (NADAF, 1993, p. 48).

Uma das sócias do GLJLA foi protagonista na construção da EDDJ, a professora Maria Dimpina Lobo Duarte. Em seus escritos para a revista *A Violeta*, Dimpina reivindicou do poder público uma escola de formação feminina em Cuiabá. A professora, de acordo com Nadaf (1993, p. 60), “[...] assinou sua produção na revista com pseudônimos Arinapi e Marta, com as iniciais do seu nome, M.D., e com seu nome completo”.

Cabe ressaltar que, ainda que as sócias do GLJLA tivessem interesse em criar a EDDJ, foi uma delas, Maria Dimpina, que efetivamente lutou pela criação da instituição e pela formação feminina. Periodicamente, publicou em “*A Crônica*”, que era publicada na primeira página de *A Violeta* e que esteve presente na revista em praticamente todas as edições ao longo de 34 anos. Sobre a necessidade dessa instituição, portanto, grande parte dos textos apresentados em *A Violeta* eram de autoria de Maria Dimpina, vez ou outra, de outras redatoras.

Figura 2 - Maria Dimpina Lobo Duarte



Fonte: A Violeta, 1941.

A imagem acima foi retirada da revista *A Violeta* de 1941. A figura retrata Maria Dimpina Lobo, que era seu nome de solteira e, posteriormente, ao casar-se com Firmo Pinto Duarte, passou a ser Maria Dimpina Lobo Duarte. Nasceu na cidade de Cuiabá, Mato Grosso, em 15 de maio de 1891, e faleceu em 1966. De acordo com Nilza Queiroz Freire (1999), Maria Dimpina era professora, conhecedora das letras e participava ativamente de questões sociais, culturais e filantrópicas de Cuiabá. Era formada em Ciências e Letras pelo Liceu Cuiabano. Talvez pelo fato de ser formada em Letras, ela tenha se voltado para a criação de um Grêmio Literário que, mais tarde, daria origem à EDDJ.

Freire (1999, p. 160), salientou ainda que a professora Maria Dimpina “[...] Ingressou no funcionalismo federal, através de concurso para postalista dos correios e telégrafos, obtendo o primeiro lugar entre os participantes de todo o Brasil”. Isso ocorreu em 1924, ano em que Maria Dimpina tornou-se destaque, pois não era esperado que as mulheres ocupassem cargos públicos, visto que que não eram aceitas nesses espaços.

A EDDJ foi idealizada pelas sócias e não surgiu de maneira repentina, mas por meio de planejamentos e discussões, contando, por fim, com a ajuda de Júlia Lopes de Almeida, que se tornou madrinha do GLJLA. A presença no Grêmio de Júlia Lopes de Almeida ou Dona Júlia, como era carinhosamente chamada pelas sócias do GLJLA, ocorreu por meio de trocas de cartas e, por vezes, ela incentivou as mulheres do grêmio a instalarem na capital “[...] um estabelecimento adequado para o preparo da dona-de-casa [...]” (ARINAPI, 1918, p. 5). Instigadas pelos conselhos de Dona Júlia, Maria Dimpina e as demais sócias buscaram concretizar uma escola doméstica em Cuiabá, ideias que, por vezes, foram publicadas em *A Violeta*.

A Escola Doméstica não foi inaugurada pela falta de “recursos materiais”. Porém, nesse mesmo período, foi fundada uma escola profissional feminina com princípios básicos voltados à formação das mulheres. Essa escola era uma instituição pública municipal, a qual recebia recursos da prefeitura de Cuiabá. Cogitamos que essas discussões sobre a formação doméstica feminina, no âmbito do GLJLA, possam ter influenciado a criação da EDDJ em Cuiabá, ainda mais porque foi “[...] nomeada para dirigir a escola profissional, [...] Sta. Maria Dimpina, alma de elite, coração bem formado e altruísta a nossa colaboradora corresponderá aos bons méritos que o governo lhe faz [...]”. (*A VIOLETA*, 1918b, p. 14).

O excerto acima já nos aponta uma forma de ser dessas mulheres que estavam à frente da revista *A Violeta*. Quando encontramos as palavras “de elite” e “coração bem formado”, notamos que Dimpina pertencia a uma classe economicamente favorecida em Cuiabá e que teve acesso aos estudos, o que nos leva a apontar que esse provavelmente tenha sido um fator que a levou a ser indicada e nomeada como diretora da Escola Profissional Feminina - EPF. Também pensamos que tenha contribuído para isso o fato de ela defender a fundação da escola doméstica, o que nos leva a pensar que as sócias do GLJLA possam ter feito algum movimento para a fundação da EPF. Contudo, a EPF funcionou por um curto período, de aproximadamente dois anos, encerrando suas atividades em 1921.

Maria Dimpina considerou que o fechamento da instituição era um prejuízo para o município e descreveu que a “[...] base da felicidade nacional está na instrução da mulher [...]”. (ARINAPI, 1921, p. 1). Para ela, a mulher era considerada o alicerce da família e da sociedade, assim, a escola deveria instruí-las nessa “missão” de salvaguardar a nação, o que pode ter sido um embrião para a fundação posterior da EDDJ, uma vez que Maria Dimpina já havia trabalhado em uma escola municipal feminina.

Ao analisar, contudo, a procedência de Dimpina, uma mulher de elite e bem formada, parece-nos que poderia haver, nas entrelinhas de seus dizeres, um desejo de formar mulheres

para os trabalhos domésticos de sua própria casa e de outras mulheres que eram escritoras, professoras, funcionárias públicas e/ou mesmo de donas de casa, esposas de políticos e fazendeiros da região, enfim, mulheres com situação financeira privilegiada, que teriam condições de pagar por esse tipo de trabalho.

Levantamos aqui mais uma inquietante contradição: apesar de Dimpina ocupar cargos de prestígio na época, como servidora pública, professora, diretora, por que insistia em fundar uma escola doméstica? Por que intentava formar mulheres para atuar no contexto restrito ao trabalho do lar, presa às concepções tradicionais de educação feminina? Se havia por parte de Dimpina ideais emancipatórios para as mulheres, por que não fundar uma escola que ofertasse outras formações para as mulheres?

Uma possível resposta para esses questionamentos volta-se para a já confirmada dualidade na educação brasileira: uma escola para a elite, para aqueles que estarão à frente da sociedade e outra escola para aqueles e aquelas que irão trabalhar para essa elite, como já mencionado por Ferreira (2014, p. 32), que defende a concepção de que a “[...] educação brasileira assim organizada gerou uma dualidade estrutural entre ensino acadêmico de caráter propedêutico destinado a uma elite intelectual do país e o ensino profissionalizante para os trabalhadores, cuja influência perdura até os dias atuais [...]”.

Compreendemos, portanto, que as “lutas e reivindicações” para a formação das mulheres eram diferenciadas também no âmbito do GLJLA e havia um interesse em formar mulheres para os afazeres domésticos, para que pudessem aprender sobre os cuidados com o lar, isso era reforçado nas páginas da revista *A Violeta*, em que havia uma insistência para a construção de uma escola doméstica em Cuiabá.

Instalada na capital, a Legião Brasileira de Assistência em Mato Grosso – LBA, sob a direção de Maria de Arruda Müller¹⁵, esposa do então interventor federal de Mato Grosso, Julio Strinberg Müller, representava uma possível parceria para os assuntos assistencialistas e filantrópicos na cidade. Maria Dimpina articulou, então, a questão da Escola Doméstica com a atuação da LBA.

A LBA foi um programa assistencialista, instituído em 1942 por Darcy Vargas, primeira-dama do Brasil, no governo de Getúlio Vargas. Maria de Arruda Müller (1994, p.

¹⁵ Em 1915, Maria de Arruda Müller concluiu os estudos na escola Normal Pedro Celestino. “[...] Passou a exercer o magistério em vários estabelecimentos de ensino da capital mato-grossense e do município de Poconé. [...] fundou o Abrigo dos velhos e o abrigo das crianças em Cuiabá e a comissão Estadual da Legião Brasileira de Assistência em Mato Grosso. Uma das fundadoras do Grêmio literário “Júlia Lopes” e da Federação Mato-grossense pelo progresso feminino. [...] Em *A Violeta*, usou pseudônimos de Mary, Chloé, Vampira, Consuelo, Sara, Lucrécia, Ofélia e Vampira. (NADAF, 1993, p. 61). Arruda e Dimpina eram as principais cronistas da revista *1w*.

164) salientou que a LBA contou com a atuação voluntária de mulheres em todo o país, o projeto se espalhou pelo território brasileiro e, por telegrama, a primeira-dama do país convocou “[...] todas as senhoras dos interventores e Governos Estaduais para organizarem nos seus estados, os núcleos estaduais e municipais de uma sociedade civil, de intuítos não econômicos [...]”. Ou seja, as ações desenvolvidas por essa instituição eram filantrópicas.

A LBA em Mato Grosso, presidida pela primeira-dama do estado Maria de Arruda Müller, significou um feito importante para as sócias do GLJLA, pois sua presidente era uma das criadoras e sócias do GLJLA. A amizade entre Dimpina e Müller, bem como sua ligação com o GLJLA, possibilitou-lhes a fundação da EDDJ. Isso se deu pelo fato de a LBA ter disponibilizado recursos financeiros para a criação da escola, graças ao intermédio de Müller, esposa do influente interventor. O excerto abaixo confirma nossa assertiva a respeito da proximidade de Dimpina e Müller.

Essa útil agremiação vem prestando ótimos serviços numa demonstração cabal de que a atuação da mulher e a sua educação continuam sendo a base primordial, o alicerce em que se assentam as sociedades dignas. Aos influxos da mulher inteligente e sensata quantas e quão boníssimas obras surgem e prosperam engrandecendo os povos e elevando as nações! Tal a Legião nesta Capital! (DIMPINA, 1943, p. 1).

Com isso, podemos perceber o posicionamento conservador de Maria Dimpina, que destacava as características femininas, “mulher inteligente e sensata”, as quais nos remetem ao “ideal de mulher” do período, ou seja, um modelo de atuação feminina muito restrito e tradicional. Analisamos, ainda, que essas características se aplicavam às mulheres para que, de fato, compreendessem o perfil tradicional feminino: uma mulher do lar.

Com o intuito de formar mulheres com esse perfil “doméstico”, o GLJLA, por meio de Dimpina e Müller, articulou-se à LBA, uma vez que a “[...] Legião tende a melhorar os nossos costumes, a preparar-nos um ambiente melhor, a auxiliar a obra governamental naquilo que se refere à educação do povo [...]”. (DIMPINA, 1943, p. 2).

A LBA possivelmente era descrita com essas características de tal modo que se vinculasse aos princípios defendidos pelas mulheres do GLJLA. A fala de Dimpina permite percebermos que, desde 1943, as sócias do Grêmio se articulavam para obter recursos para as futuras instalações da EDDJ, isso explica o motivo pelo qual, por vezes, foram expostas as necessidades da EDDJ, referendando Müller e sua gestão frente à LBA.

Possivelmente, foi a partir da instalação da LBA em Cuiabá, na qual Müller assumiu a função de diretora, juntamente com Dimpina, que elas começaram a fomentar a instituição que idealizaram. Dimpina, segundo suas palavras, iria tão logo “[...] assistir, satisfeita, a

germinação da planta cuja semente venho lançando sobre pedregulhos, em terrenos áridos, no meio de espinhos, mas que, agora, graças à Legião poderá contar com um terreno propício para seu desenvolvimento, e por fim a educação doméstica da mulher”. (DIMPINA, 1943, p. 2). Compreendemos, portanto, que se firmou uma parceria entre a LBA e as sócias do GLJLA para a fundação e administração da EDDJ.

3.1 Inauguração e Instalação da EDDJ

Na primeira edição de *A Violeta* em 1946, Dimpina mencionou que “[...] graças a Deus, podemos afirmar, vão marchando regularmente os preparativos para a instalação da Escola Doméstica que nos interessa fundar nesta Capital” (DIMPINA, 1946a, p. 8). Como podemos comprovar, ela havia finalmente conseguido seu intento desde quando fundara o Grêmio com outras mulheres cuiabanas.

Em 7 de janeiro de 1946, o Ministério da Educação e Saúde expediu a Portaria nº 14, que estabeleceu diretrizes para um modelo de ensino doméstico. Essa portaria ressaltava que o “[...] desenvolvimento da vida doméstica resultará principalmente do ambiente que nela venha a ser criado e mantido pela influência da mulher”. (BRASIL, 1946, p. 659).

A portaria refletia o que era discutido na sociedade, nesse período, devido ao processo acelerado de modernização e industrialização, medidas foram tomadas para que mulheres e homens, sobretudo do segmento popular, pudessem se adequar a essas mudanças. Nessa perspectiva, era necessária uma reorganização da família e “[...] de uma classe dirigente sólida respeitosa das leis, costumes regras e convenções [...]”. (SOIHET, 2018, p. 362).

Desse modo, como articuladoras do núcleo familiar, as mulheres foram indicadas como responsáveis por essa organização familiar, a elas foi imposta uma “[...] forte carga de pressões acerca do comportamento pessoal e familiar desejado, que lhes garantissem apropriada inserção na nova ordem, considerando que delas dependeria, em grande escala, a consecução dos novos propósitos[...]” (SOIHET, 2018, p. 362).

Mais à frente, na mesma (Portaria nº 14, de 1946), encontramos que “[...] mesmo aquela que trabalhe fora do lar tem a este propósito papel indeclinável, não só pelas relações de respeito e afeto que saiba inspirar, como também pelos deveres que dessa posição naturalmente decorrem [...]” (BRASIL, 1946, p. 659). Nesse período, houve um avanço das mulheres nos trabalhos fora do lar, como funcionárias públicas, como professoras, por exemplo; contudo, ainda que ocupassem esses outros espaços, a casa e a vida doméstica ainda

ficavam sob sua responsabilidade, pois o espaço privado era considerado naturalmente feminino.

Há de se considerar, ainda, que essa portaria estipulava claramente responsabilidades atribuídas à mulher, a quem cabia manter “[...] a casa ordenada, limpa e alegre, embora modesta, onde cada membro da família encontre ambiente de calma e simpatia, mesmo tempo que alimentação bem orientada e repouso confortador, concorre decisivamente para a normalidade da vida e expansão da personalidade de todos [...]” (BRASIL, 1946, p. 659). A mulher era considerada como uma administradora e articuladora das questões do lar.

Às mulheres também era imposta a responsabilidade por manterem seus casamentos estáveis e a resolução dos conflitos no lar, pois caso falhassem nas suas "obrigações" seus “[...] maridos filhos desertam do lar, procurando fora dele compensação para os inevitáveis conflitos que se estabelecem. Saber tornar assim agradável uma casa não é, no entanto, coisa que se improvise. [...]” (BRASIL, 1946, p. 659). É possível compreender que a família era considerada como uma instituição que não admitia imprevisto.

Analisamos também que, naquele período, as mulheres brasileiras tentavam seu processo de emancipação pela entrada no mercado de trabalho, contudo, essa saída de seus lares para trabalhar era vista como ameaça ou falência do casamento, cuja culpa era sempre atribuída às mulheres. Essa possível consequência do trabalho feminino foi também estipulada na mesma portaria, a qual afirmava que o desprezo pelo lar e pela vida doméstica traria dificuldades.

Neste ponto, equivocam-se muitas jovens que, aspirando estudos profissionais, técnicos ou superiores, subestimam as suas próprias capacidades e inclinações de gosto feminino, desprezando qualquer preparação para a vida doméstica: e, no entanto, por sua maior preparação geral, mais fácil e profundamente poderiam alcançar-lhe os problemas e plenamente resolvê-los. (BRASIL, 1946, p. 659).

Ainda que as orientações dessa portaria se voltassem à normatização do ensino de Economia Doméstica, em nível secundário, de certa forma, elas serviram como base para discussões da criação da escola e tornaram-se um amparo legal para a implementação da EDDJ.

A portaria foi publicada pela A Violeta e, de acordo com Maria Dimpina (1946a, p. 11), “[...] nesse mesmo modelo que Cuiabá terá em breve, assim esperamos, um curso doméstico, donde irradiará aos lares esse gosto pela casa, que vai fugindo aos poucos do programa da educação feminina [...]”. Conjeturamos que tenha sido nesses modelos que a instituição cravou suas bases.

As informações sobre as futuras instalações da EDDJ foram publicadas pela imprensa local antes mesmo de sua inauguração. As edições da revista *A Violeta* de 1946 foram dedicadas especialmente para informação das ações sobre a inauguração da escola. Dimpina (1946a), por exemplo, expôs que a Escola Doméstica disponibilizaria para as mulheres,

[...] curso especial que se destina à cultura feminina, tendo como função precípua o preparo da mulher para o lar, o que não inibe o desempenho de outros cargos dependentes de instrução, uma vez que o programa das escolas domésticas visa o preparo intelectual de par com o das prendas inerentes à função principal da mulher, que, ou seja esposa, mãe e educadora, tem grandes responsabilidades perante a família e a sociedade, para o desempenho das quais precisa de um preparo adequado (DIMPINA, 1946a, p. 5).

Como podemos ver nas palavras de Dimpina (1946a), as mulheres deveriam frequentar o curso para compreender sua missão com o lar e para obter um “preparo adequado”. Para ela, a educação feminina precisaria de readequações, não somente no que diz respeito à profissionalização, mas também como uma forma de ensinar-lhes as atividades do lar. Dito isso, Dimpina salientou que a instituição seria um estabelecimento em que as moças receberiam,

[...] aulas práticas de puericultura, enfermagem, culinária, cuidados com o vestuário confecção e conservação do mesmo, tudo enfim que, sendo necessário à sua educação a habilite para seu grato mister que, quer queiram quer não, é o de ser dona de casa (DIMPINA, 1946b, p. 9).

Outra análise possível é que Dimpina (1946b) parece insistir na concepção de que o lar deveria estar sob o comando da mulher, o que nos parece um pouco contraditório, pois Dimpina, como vimos, era funcionária pública, diretora de escolas, redatora de revista, professora, enfim, ocupava cargos que até então eram pouco acessíveis para as mulheres. Isso nos leva a reafirmar que existia um interesse de Dimpina em formar mulheres das classes populares para o trabalho doméstico nas casas das famílias da elite, e que tivessem um pouco mais de “refinamento”, uma vez que elas, após concluírem o curso, teriam alguns conhecimentos de leitura, escrita e etiqueta.

Nos anos de 1950, normalmente denominados como anos dourados, a classe média brasileira estava em ascensão. Os influxos da industrialização trouxeram mudanças e possibilidades educacionais para mulheres e homens, contudo, vivia-se ainda resquícios de um passado, no qual as mulheres eram “donas de casa” e continuavam restritas ao núcleo doméstico. A colocação da mulher “[...] era definida a partir dos papéis femininos tradicionais, ocupações domésticas e o cuidado dos filhos e do marido e das características

próprias da feminilidade, como instinto materno, pureza, resignação e doçura [...]”. (PINSKY, 2018, p. 608).

Portanto, era preciso, na visão das idealizadoras da EDDJ, sócias do GLJLA e pertencentes à elite de Cuiabá, que as mulheres que fossem trabalhar em seus lares tivessem, no mínimo, conhecimento das primeiras letras, mas que conhecessem normas de etiquetas, maneiras de servir a mesa, corte e costura, cuidados com a higiene.

Outro fato a ser destacado é que, para Dimpina (1946b), mesmo que a mulher “moderna” passasse a ocupar outros espaços, os cuidados com o lar seriam atribuídos a ela como uma obrigação e responsabilidade feminina, muito embora ela mesma fosse bem instruída e educada para funções que excediam aquelas restritas ao âmbito doméstico.

Em 1946, não só A Violeta publicou sobre as futuras instalações da EDDJ, mas outros periódicos também o fizeram. O jornal O estado de Mato Grosso (1946a), por exemplo, publicou uma notícia intitulada “Cuiabá terá uma Escola Doméstica”, informando sobre sua inauguração e a abertura das matrículas.

Em comemoração ao 30º aniversário da fundação do Grêmio Literário Julia Lopes que transcorre a 26 do corrente, será inaugurada, nesta data a Escola Doméstica “Dona Júlia” que funcionará sob a direção de nosso confrade D. Maria Lobo Duarte, diretora da “A Violeta”. Encontra-se abertas as inscrições para matrícula da 1ª série da referida escola. (JORNAL O ESTADO DE MATO GROSSO, 1946a, p. 4).

A EDDJ, antes mesmo da inauguração, já estava com as matrículas abertas para o ingresso da primeira turma. Possivelmente, esse fato objetivava divulgar as vagas da instituição e estimular as matrículas. Outro motivo poderia ser a necessidade de cumprir algumas normas e prazos para obter os recursos financeiros necessários ao funcionamento da instituição escolar.

Outra informação que consta no excerto e merece nossa atenção é que a direção da EDDJ estava sob controle de Maria Dimpina. Isso nos permite inferir que Dimpina dominava todos os espaços e discussões da inserção de tal escola em Cuiabá, desde as primeiras ideias de implementação, até a inauguração, ficando sob sua responsabilidade a administração e direção da instituição.

Às vésperas da inauguração da EDDJ, Dimpina, em um texto intitulado “A Escola Doméstica a meus Conterrâneos” salientou que estava “[...] perto de chegar ao termo de uma campanha que iniciamos desde nossa mocidade com muito ardor: a fundação de um curso para a educação da mulher cuiabana segundo o programa adotado pela Escola Doméstica de

Natal [...]” (DIMPINA, 1946b, p. 9). O excerto confirma que houve efetiva atuação de Dimpina para a construção da EDDJ.

Uma das primeiras doações de recursos financeiros que a instituição recebeu procedeu de Filinto de Almeida¹⁶, esposo de Júlia Lopes de Almeida, patrona do GLJLA e da EDDJ. Filinto doou a quantia pouco tempo antes de seu falecimento, que ocorreu em 28 de janeiro de 1945. As sócias do GLJLA receberam “[...] a bela oferta do Snr. Filinto de Almeida de saudosa memória, doando, para A Violeta iniciar a obra, que idealizará, da Escola Doméstica, a dez mil cruzeiros [...]” (DIMPINA, 1945, p. 3). Compreendemos, que Filinto, em memória à Júlia Lopes, sua esposa, doou a quantia de 10 mil cruzeiros, em agradecimento pela homenagem e pelos anos de amizade com Dona Júlia e as sócias do GLJLA.

De fato, os recursos financeiros doados por Filinto foram recebidos pelo GLJLA e constam na ata da sessão inaugural da EDDJ: “[...] Filinto de Almeida doou a quantia de dez mil cruzeiros (Cr\$ 10.000,00), para o fundo inicial daquela obra [...]”. (DIÁRIO OFICIAL DE MATO GROSSO, 1950, p. 8).

As informações da inauguração da EDDJ que circularam por Cuiabá chamaram a atenção de algumas pessoas que se solidarizaram com a construção da escola. No início de 1946, o GLJLA recebeu um recurso financeiro de Benjamin Adese¹⁷ para ajudar nas futuras despesas da instituição.

Está nesta capital o Snr Benjamin Adese que, em um gesto de delicada filantropia, deu-nos a quantia 500 cruzeiros, auxilio á escola Doméstica por nós patrocinada a que será em breve instalada nesta capital. Ao snr Benjamin Adese nossa visita, com os agradecimentos pelo valioso donativo (A VIOLETA, 1946a, p. 15).

Em 1946, foram contabilizados os recursos para que as sócias do GLJLA e idealizadoras da EDDJ pudessem inaugurar a instituição. Verificamos que os auxílios recebidos provinham de pessoas que possuíam um poder aquisitivo superior. Podemos pensar que havia interesses entre as doações e as ações que poderiam ocorrer na escola, como, por exemplo, a formação de domésticas, costureiras, cozinheiras, entre outras carreiras, para que mulheres das classes populares pudessem atuar nas casas das famílias tradicionais cuiabanas. É possível também ponderar que a criação dessa escola se voltou ao interesse de receber determinadas dotações orçamentárias de instâncias municipais, estaduais ou federais.

¹⁶ Filinto de Almeida (Francisco Filinto de Almeida), jornalista e poeta, nasceu no Porto, Portugal, em 4 de dezembro de 1857, e faleceu no Rio de Janeiro, RJ, em 28 de janeiro de 1945. Casou-se com a romancista Júlia Lopes de Almeida, em 28 de novembro de 1887, em Lisboa. Fonte: <https://www.academia.org.br/academicos/filinto-de-almeida/biografia> Acesso em 15 nov. 2020.

¹⁷ Benjamin Adese – Advogado atuava nesse período no Sul de Mato Grosso. Região que atualmente é o estado de Mato Grosso do Sul.

Em 26 de novembro de 1946, em Cuiabá, finalmente foi fundada uma escola destinada, exclusivamente, ao sexo feminino, a Escola Doméstica Dona Júlia – EDDJ, também nomeada em homenagem à romancista carioca Júlia Lopes de Almeida¹⁸. A fundação da instituição representava a concretização de um projeto idealizado por Maria Dimpina Lobo Duarte com as sócias do GLJLA.

A inauguração da instituição foi um momento festivo e marcado por uma cerimônia da qual participaram representantes do governo do estado e do município de Cuiabá. A cerimônia foi presidida pelo Padre João Augusto, que deu “[...] ao estabelecimento a bênção litúrgica [...]”. (DIMPINA, 1946c, p. 1).

Compreendemos que a igreja católica esteve presente na organização da EDDJ, uma vez que a ênfase do projeto católico escolar atribuía significativa importância à ordem, ao nacionalismo, ao patriotismo, entendendo que as mulheres deveriam ser submissas aos maridos e às famílias. Talvez o apoio à EDDJ tenha seguido essa intenção de manter suas bases evangelizadoras, como podemos observar nas palavras de Dimpina (1945, p. 5) para quem era nas “[...] bases religiosas que estava a finalidade da escola [...] confiada nas promessas que fez Jesus quando na terra ensinava a lei do amor, da caridade e do trabalho, exemplificados nos três augustos membros da Casa de Nazaré, Jesus e seus Santíssimos pais [...]”.

A fala de Dimpina (1945), ao citar a família da Casa Nazaré representada por Jesus e seus pais, Maria e José, ressaltou que o modelo ideal de família seria aquele que fosse semelhante à de Jesus, que tinha a virgem Maria como representação da mulher pura, mãe zelosa e protetora, pois “[...] a pureza era fundamental para a mulher, num contexto em que a imagem da Virgem Maria era o exemplo a seguir [...]” (SOIHET, 2018, p. 390). Há que considerar, contudo, que o período em estudo transcorria em tempos de mudanças nos quais as mulheres já buscavam outros espaços de atuação, desse modo, é perceptível tais desdobramentos da sociedade para que houvesse o retorno das mulheres para as escolas femininas.

Ester Buffa (2011, p. 63), apontou que as mudanças sociais vivenciadas no período refletiram nas escolas católicas devido à “[...] nova condição da mulher na sociedade que não mais se satisfaz com um diploma de ornamento cultural do dote matrimonial e quer um

¹⁸ Júlia Lopes de Almeida (1862-1934) foi jornalista e autora de livros. Quando começou sua longa carreira de mais de quarenta anos como jornalista e escritora, ainda encontrou grande oposição, mas foi adquirindo renome e prestígio. [...] Em suas crônicas, fez campanhas em defesa da cidade, da educação da mulher, do divórcio, da exposição de flores, assim como fizera a defesa da abolição e da república (TELLES, 2018, p. 435).

diploma com o qual possa inserir-se no mercado de trabalho como profissional preparada e competente [...]”. Há, portanto, nesse período, a necessidade de a igreja católica tentar manter suas bases religiosas na educação feminina, haja vista as novas exigências para o mercado de trabalho. A EDDJ, munida dessa ideologia, alicerçava-se nos preceitos da igreja católica para a composição dos saberes escolares.

Podemos perceber que Dimpina era católica, ligava-se à igreja e tentava difundir, pela EDDJ, essa evangelização que aprendera a seguir. Maria Dimpina, imbuída nas atividades filantrópicas de Cuiabá e nas ações sociais, em especial, como ajudante nos atos feitos pela igreja, representava aquela que poderia conjugar a igreja católica à formação das mulheres.

Nossa reflexão encontra apoio em Almeida (2007), para quem a religião sempre esteve presente na formação das mulheres, inculcando na escolarização feminina normas difundidas pelos ideais católicos, uma vez que a “[...] religião seja de qualquer origem sempre foi decisiva na definição de padrões comportamentais femininos – o catolicismo, ao impor às mulheres a imagem da virgem e mãe [...]” (ALMEIDA, 2007, p. 66). A relação estabelecida com a igreja católica manteve um ideal, seguindo para a formação doméstica das mulheres na EDDJ.

3.2 Escola Doméstica: Uma Casa de Família

A sessão inaugural da escola foi publicada pela imprensa local e constatada pela redação do jornal O estado de Mato Grosso (1946b, p. 1), descrevendo que na inauguração da EDDJ houve “[...] grande interesse em nosso meio, vendo-se presentes ao ocorrido ato, além das pessoas mais representativas do nosso mundo social, o Exmo. Sr. Interventor Federal e demais altas autoridades estaduais e federais [...]”. A notícia confirmou que houve significativa movimentação na inauguração da instituição.

Ao desatar a fita que dava acesso à cozinha, o Interventor Federal José Marcelo Moreira oficializou a inauguração da instituição e proferiu: “[...] não vos admireis, Snrs, o porquê deste meu gosto. A cozinha deve ser o salão de honra da mulher, queremos elevá-la em Cuiabá à altura que ela merece [...]” (DIMPINA, 1946c, p. 5).

Chama atenção o ato conduzido pelo interventor que simbolizava, portanto, os espaços nos quais a mulher estava apta a atuar. Parece-nos que sua fala partia do pressuposto de que o homem era o provedor dos lares e que, portanto, ocupava os espaços públicos e outros de poder. Para além disso, claro está o estabelecimento do distanciamento entre homens e mulheres, representado pelo ato de indicação do lugar destinado às mulheres, evidenciado a

manutenção das normas sociais em vigor na época, isto é, uma sociedade patriarcal e conservadora, à qual convinha que a mulher continuasse nos espaços do lar, ou no máximo atuando em profissões condizentes com o “natural feminino”.

Essa concepção encontra apoio nos estudos de Perrot (2007, p. 136), que descreveu o receio de “[...] mulheres em público, as mulheres em movimento [...]”. Para ela, a movimentação feminina causava espanto e desordem na sociedade, desse modo, o conservadorismo buscava contê-las em espaços privados como o lar, os conventos, os abrigos, as cozinhas.

Outra análise possível a respeito da presença do interventor na inauguração é que a presença masculina representava uma parceria com o estado, com a finalidade de captar recursos e apoio para que a instituição fosse aceita pelas autoridades e mesmo pela população feminina cuiabana.

O prédio no qual foi inaugurada a EDDJ foi doado à instituição em 1945. Maria de Arruda Müller, presidente da LBA, salientou que a comissão estadual da LBA “[...] comprou a Casa à Rua Pedro Celestino [...] para a instalação da Escola Doméstica, já desaparecida”. (MÜLLER, 1994, p. 166).

Conjecturamos que Maria de Arruda Müller, como presidente da LBA, sócia do GLJLA e também esposa do Interventor Federal Júlio Müller do período, tenha sido uma importante influenciadora nos recursos enviados à EDDJ, em especial, com a doação do prédio onde funcionou a instituição, isto porque “[...] a pessoa que poderia conseguir donativos, por ter se casado com um político eminente, interventor do estado de Mato Grosso, Sr. Júlio Müller, é exatamente Maria Müller [...]”. (COSTA, 2016, p. 166). Havia, portanto, intrínseca relação estabelecida entre Müller e a EDDJ.

Em 1945, o interventor de Mato Grosso era Júlio Müller, esposo de Maria de Arruda Müller, que apoiou sobremaneira o GLJLA e as reformas da casa doada para o funcionamento da EDDJ. Conforme salientou Dimpina (1946b, p. 13), o “[...] Bacharel Júlio Müller que como interventor e amigo da instrução mandou fazer eficiente adaptação e conserto da Casa [...]”. Tal casa foi sede da EDDJ no ano seguinte, em 1946.

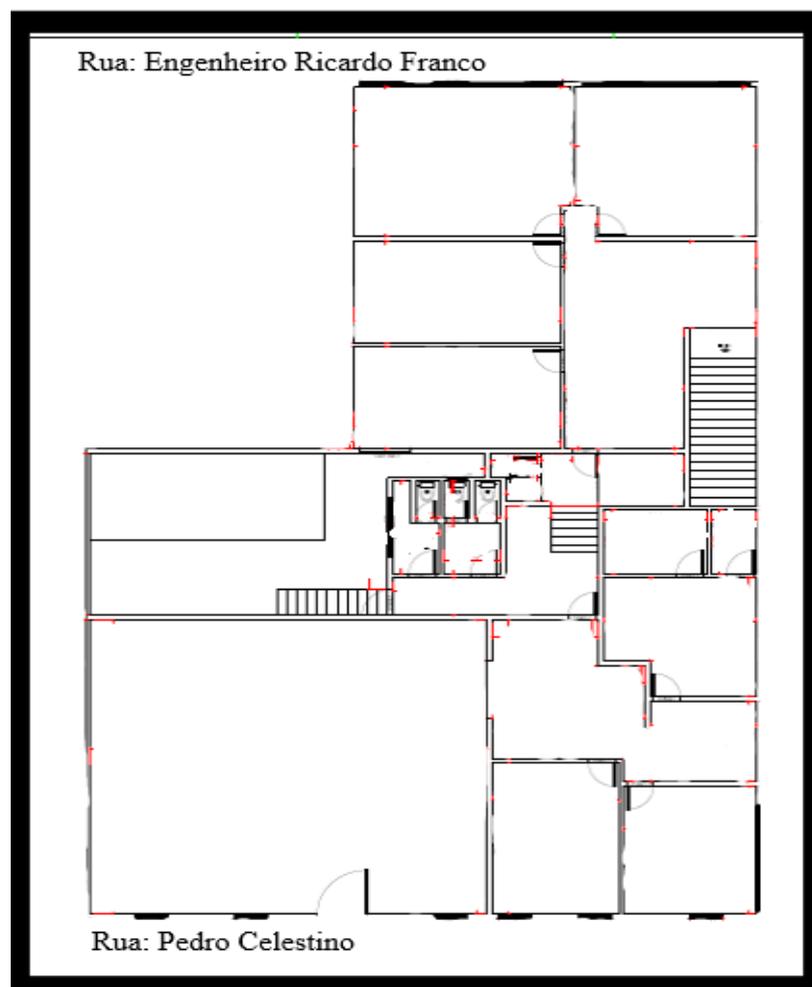
O prédio destinado à instalação da EDDJ foi caracterizado como “casa”. Inferimos que a ideia de casa pode ter sido usada por pelo menos dois motivos. O primeiro deles era configurar a instituição escolar com as características de uma casa, de um lar, remetendo à concepção de responsabilidade das mulheres pelos afazeres domésticos, isto é, a escola seria a extensão de uma casa convencional, com cozinha e espaços para que as alunas pudessem aprender conteúdo específicos como arte culinária, corte e costura e ordem doméstica. O

segundo motivo talvez fosse para referenciar o espaço que não era composto por uma arquitetura comum às escolas tradicionais, com várias salas, pátio espaçoso com jardinagem, entre outros.

Podemos comprovar que uma escola doméstica deveria proporcionar à mulher uma educação escolar de acordo com os “[...] dotes naturais e a instituição escolar deveria funcionar como um segundo lar, a extensão do espaço privado. [...] Uma Escola Doméstica é uma casa de família.”, como dito por Rodrigues (2007, p. 74). Desse modo, era provável que a instituição em sua arquitetura remetesse a uma casa.

A partir das fontes coletadas ao longo deste estudo é possível afirmar que o prédio doado pela LBA para a instalação da EDDJ estava localizado na rua Pedro Celestino nº 32, no centro de Cuiabá, cujo espaço continua com a mesma estrutura original, salvo algumas pequenas reformas.

Figura 3 - Planta Baixa do Prédio que foi sede da EDDJ



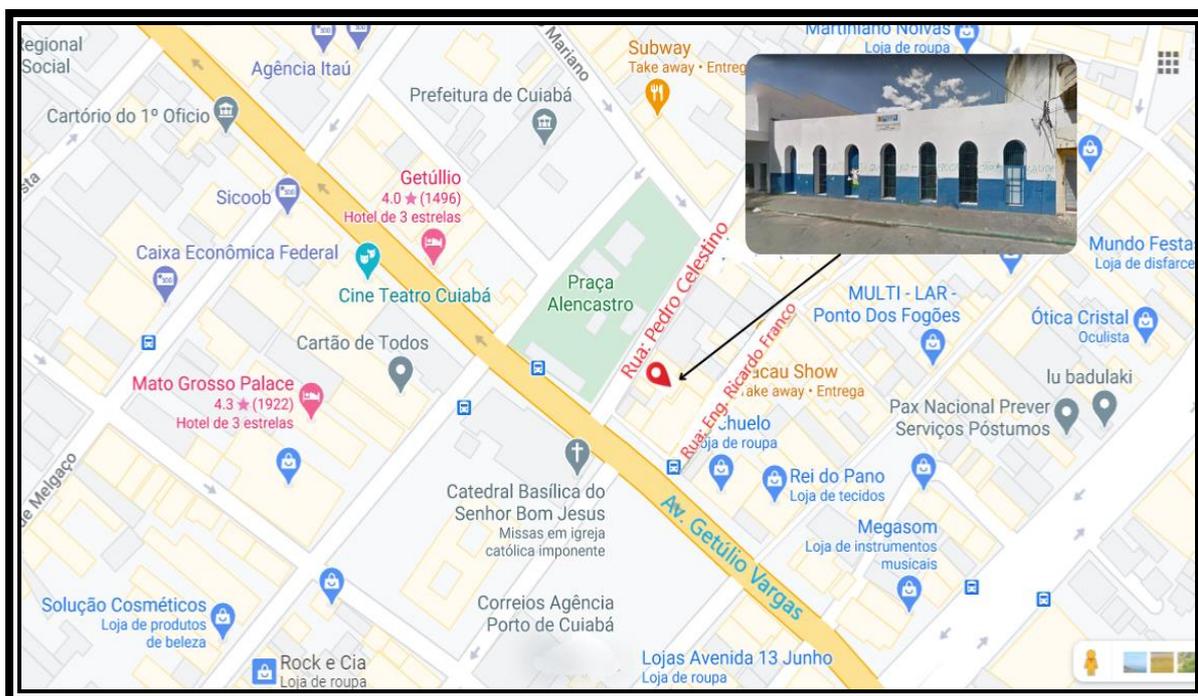
Fonte: 21ª Companhia Independente de Cuiabá.¹⁹

¹⁹ Adaptado pela pesquisadora. A planta foi cedida às pesquisadoras pelos Dirigentes da Polícia Militar de Mato Grosso, da 21ª Companhia Independente de Cuiabá. A figura foi editada usando o “Paint 3D”. A planta

A figura acima mostra a planta do prédio que foi sede da EDDJ. O prédio sofreu algumas adaptações, porém boa parte da arquitetura e do prédio permaneceram no formato original. A parte da frente da planta, na qual há uma porta, está de frente para a praça Alencastro e a prefeitura de Cuiabá e as instalações do prédio se estendem até a rua Engenheiro Ricardo Franco. As poucas repartições eram divididas entre as salas de aula, a cozinha e os espaços das atividades práticas da EDDJ. Como era um espaço pequeno, agrupava reduzido número de estudantes.

O prédio, no qual funcionou a EDDJ, foi sede de outros órgãos do município de Cuiabá. Maria de Arruda Müller (1994) salientou que, em 1994, outra instituição escolar funcionou no prédio, a Creche São Francisco de Assis. Foi também sede do Banco do estado de Mato Grosso – BEMAT. Atualmente, desde fevereiro de 2020, esse prédio é um posto da Polícia Militar de Mato Grosso, da 21ª Companhia Independente de Cuiabá. Na figura a seguir, é possível visualizar a localização da EDDJ.

Figura 4 – Localização do prédio onde funcionou a EDDJ



Fonte: Google Maps, 2021²⁰.

original está em processo de adaptações para as novas instalações do posto da Polícia Militar, portanto foram retiradas da planta as metragens dos espaços para que a imagem pudesse ficar mais legível.

²⁰ A figura foi elaborada pela pesquisadora, por meio de Print da plataforma de mapas e localizações “Google Maps”. Na sequência editamos o print no “Print 3D” e acrescentamos a imagem do prédio onde funcionou a EDDJ. Por fim, utilizamos o “Canva” para inserir o formato retangular da imagem e o símbolo da localização da instituição.

O local de funcionamento da EDDJ não foi escolhido aleatoriamente. Nas adjacências da EDDJ funcionavam pequenos comércios e havia intensa circulação de pessoas, o que provavelmente facilitava o acesso das moças à instituição escolar e aos cursos que, porventura, fossem ofertados. Para além disso, a EDDJ localizada no centro da cidade poderia representar uma instituição que chamasse a atenção da população que ali frequentava.

Nosella e Buffa (1996), ressaltaram que a construção de um prédio, a arquitetura que o envolve, o local onde está construído, nunca é por acaso, mas, sim, de acordo com ideias, valores e potencialidades de uma determinada sociedade, na qual “[...] o significado dos elementos da composição de um edifício, mas, na verdade, cada elemento materializa concepções, opções, valores e preocupações humanas [...]”. (NOSELLA; BUFFA, 1996, p. 42). As preocupações com a instalação da EDDJ partem de ideias elaboradas a fim de atender aos interesses de famílias tradicionais de Cuiabá.

3.3 Educação para as Mulheres na EDDJ: “Formar não só donas de casa, mas também domésticas”

A Escola Doméstica inaugurada tinha princípios das famílias mais abastada de Cuiabá, sócias do GLJLA e, principalmente de Maria Dimpina, que participou ativamente de todos os processos de implementação da instituição. Para ela, não havia nada de mais útil para a mulher do que a formação doméstica, “[...] o que pode haver de mais útil ou mais proveitoso que as instruir nessa ciência, [...] a educação da mulher para aquilo que ela sempre tem necessidade de ser – a dona de casa?” (ARINAPI, 1919, p. 1). Ou seja, independentemente da posição social ou do trabalho fora do lar do qual se ocupe, a mulher deveria ser dona de casa ou, ainda, compreender quais eram suas responsabilidades perante a casa.

Muitas mulheres passaram a ocupar outros espaços, que não o doméstico. Porém, o lar continuava sendo responsabilidades femininas e caberia a elas a escolha de uma mulher para trabalhar em seus lares. Desse modo, as mulheres das famílias mais abastadas de Cuiabá planejaram e organizaram uma instituição doméstica para a formação da mão de obra doméstica, onde iriam adquirir a formação adequada para atuar em suas casas.

A maioria das mulheres do GLJLA eram funcionárias públicas e, portanto, necessitavam de ajudantes para o serviço doméstico. Contudo, em publicações da revista *A Violeta*, Arinapi salientou que o despreparo era uma razão para a falta de doméstica “[...] está provado porque há deficiência de pessoal para os serviços domésticos: o motivo é porque, encontrando dificuldades para fazer, os fazem de má vontade [...]”. (ARINAPI, 1930, p. 3).

Pela ótica de Dimpina, as mulheres que apareciam para os trabalhos não tinham o preparo adequado aos costumes preconizados por essas mulheres, por esse motivo, precisavam formar-se.

Desse modo, educá-las aos moldes dessa população abastada era a solução adequada, como Dimpina expôs claramente em uma das publicações. Para ela, a formação da mão de obra doméstica era “[...] um clamor geral de todas. E para atender a esse clamor que em breve a Escola para a formação doméstica da mulher [...]”. (DIMPINA, 1945, p. 3). Dimpina, como vemos, representava os ideais de uma parcela de mulheres das famílias tradicionais de Cuiabá que compartilhavam dos mesmos interesses, ou seja, a formação adequada para as domésticas.

Essas mulheres eram membros do GLJLA que exerciam algumas funções públicas, como professoras, funcionárias públicas, esposas de políticos. Como, por exemplo, Maria de Arruda Müller, que era esposa do Interventor Federal Júlio Strinberg Müller, Maria Dimpina que era funcionária pública em Cuiabá, ou seja, eram representantes de famílias influentes de Cuiabá e, de certo modo, influenciavam e ditavam as normas para as mulheres cuiabanas. Essas mulheres também precisavam de outras mulheres que trabalhassem em sua casa como doméstica e que tivessem uma “formação adequada”, consoante os padrões que estipulava. Portanto, trataram de fundar uma escola que preparassem mulheres para os trabalhos também em suas próprias casas.

Os interesses de Dimpina com a formação da mão de obra doméstica eram óbvios. Para ela havia falta de profissionais adequadas para o serviço doméstico, pois “[...] apareciam as ajudantes, porém sem nenhum preparo para dominar, com sabedoria, os serviços aos quais se propunham. A partir dessa realidade fundou a Escola Doméstica [...]”. (FREIRE, 1999, p. 172).

A EDDJ, desse modo, formaria a “doméstica perfeita” que trabalharia para essas mulheres. A escola se responsabilizou como ponderou Freire (1999), por ensinar as mulheres para “[...] trabalhar com economia, qualidade rara no profissional dessa área; ensinava boas maneiras no trato, assiduidade, pontualidade, asseio consigo e no serviço, respeito aos patrões [...]”. Portanto, compreendemos que era preciso, “adestrar” as domésticas e ensinar os bons modos.

Trabalhadoras do povo, mulheres pobres, empregadas domésticas “[...] eram consideradas profundamente ignorantes, irresponsáveis e incapazes, tidas como mais irracionais que as mulheres das camadas médias e altas [...]”. (RAGO, 2018, p. 589). Isso nos parece de acordo com o pensamento das integrantes do GLJLA, para quem as mulheres do

povo não tinham a formação para o trabalho nos afazeres domésticos como pretendido por elas e não eram sequer capazes de trabalhar em seus lares.

Dimpina (1945, p. 2), expressou claramente que as domésticas precisavam de formação adequada, pois havia uma incerteza “[...] da conduta moral daquela que deve substituir em casa a dona que se ausenta [...]”. Há de se destacar a desconfiança em relação à conduta dessas mulheres, essa incerteza sobre a conduta das domésticas era muito comum no período não pelo fato de haver furto em suas residências, mas pela recorrente situação que as domésticas enfrentavam de abusos sexuais, morais de seus patrões, e ainda assim eram delas a má conduta.

Muito embora a população feminina dedicasse suas vidas aos trabalhos braçais, como empregadas domésticas, eram vistas como pessoas propícias à degeneração moral, ou seja, “[...] a empregada doméstica e as várias profissões femininas eram estigmatizadas e associadas a imagens de perdição moral, de degradação e prostituição [...]”. (RAGO, 2018, p. 589). Enfim pela ótica das mulheres abastadas, a escolha de uma doméstica deveria ser cautelosa, pois uma doméstica poderia ser uma ameaça para suas famílias.

De fato, as ideias de Dimpina para a formação da mão de obra doméstica incluía uma educação das mulheres para torná-las condizentes com essa moral e boa conduta esperadas, uma vez que prevalecia a ideia de que era “[...] entre as classes desafortunadas que se deve proporcionar tal educação, pois que é dela que sai o grosso das prostitutas: são as operárias, modistas, etc. que contribuem maiormente para classe das meretrizes”. (RAGO, 2018, p. 589).

Na EDDJ, portanto, as moças seriam educadas de maneira “correta”, coerente com as condutas esperadas pelas mulheres das famílias mais abastadas de Cuiabá. As mulheres ali formadas seriam as empregadas educadas e instruídas para os afazeres domésticos nas casas das famílias e, assim, provavelmente teriam a conduta esperada pelas mulheres das famílias abastadas cuiabanas.

Como a ideia de reforçar os princípios norteadores da EDDJ, Dimpina publicou na coluna “A Crônica” de A Violeta, a proposta da instituição, que estava dividida em dois princípios. O primeiro era de uma “[...] escola doméstica e o preparo de domésticas”. Nessa divisão, Dimpina (1943, p. 2) assegurou que “[...] o primeiro refere-se à dona-de-casa, rica ou pobre, a quem devem ser dados conhecimentos teóricos e práticos de enfermagem, culinária, puericultura, tudo, enfim, que for preciso para que ela faça do lar o ambiente feliz sob sua direção eficaz [...]”.

Conforme o primeiro princípio, havia moças que buscavam os conhecimentos do lar para sua própria formação, ou seja, não precisariam atuar como doméstica, mas ao se matricular na EDDJ, buscavam aprender para serem administradoras de seus lares e ensinar suas domésticas, isto é, o ensino doméstico para essas moças “[...] era o adestramento para o lado prático e provável da vida”. (DIMPINA, 1950, p. 2). Chamou-nos a atenção a palavra “adestramento” utilizado por Dimpina. Para ela, as moças deveriam ser domesticadas, treinadas como desejavam as gestoras da EDDJ.

O segundo princípio referia-se ao preparo das domésticas para os serviços exclusivamente do lar “[...] se para o primeiro há necessidade incontestável de uma instalação dispendiosa, o preparo de domésticas se liga de tal forma ao serviço de assistência escolar e hospitalar que eles se completam [...]”. (DIMPINA, 1943, p. 2).

Desse modo, podemos inferir que a escola de ensino doméstico em Cuiabá se constituiu de forma distinta e, por vezes, com a segregação das alunas. Assim, parte das alunas seriam formadas para servir como domésticas nas casas das famílias mais ricas, ou seja, mulheres a serem adestradas. Outras moças seriam formadas para compreender como organizar um lar, comandar suas tarefas domésticas, ou seja, uma formação para as moças das classes mais abastadas.

Como podemos comprovar, a EDDJ não se dedicou a uma formação emancipadora, intelectual das domésticas, mas moldou-se por um modelo de ensino conservador, embasado nas concepções das próprias mulheres que a dirigiam e nela ministravam aulas.

O programa de ensino do curso doméstico buscava atender aos objetivos de suas gestoras, ou seja, conhecimento especializado para formação de mão de obra doméstica. “[...] A nossa escola, tal como a idealizamos e como pretendemos que seja, não será apenas de aulas práticas de culinária e serviços domésticos, mas como uma, preparadora de serviçais para serem mais tarde operárias assalariadas [...]”. (DIMPINA, 1946b, p. 12). Uma formação que pudesse servir também para profissionalizá-las nos serviços domésticos.

A EDDJ foi vista pelas mulheres mais abastadas de Cuiabá como uma solução para esse problema da falta de mão de obra e, também, como solução para as moças ricas que precisavam dos conhecimentos domésticos para manutenção do lar. A escola em pouco tempo de discussão foi implementada, pois o proposto era educar as moças para atender às exigências das senhoras de Cuiabá, como salientado por Dimpina (1943, p. 3), para “[...] pôr fim na crise de mulheres para serviços domésticos; é este, o remédio para a salvação dessas moças que constituem para vós mesmos um trabalho insano de educação, vós que vos demorais longe do lar, ocupados em vossos afazeres cotidianos [...]”. O trabalho insano abria

espaço para o ensino adequado da mão de obra, assim as mulheres que permaneciam tempos fora de seus lares não se preocupariam com a decência que o lar estava governado.

Por fim, a escola surgiu a partir de interesses de mulheres abastadas em Mato Grosso e voltou-se à formação da mão de obra doméstica para essa mesma população. A EDDJ representava uma ideia de formação feminina articulada aos interesses de mulheres, cujo poder econômico era significativo, às famílias tradicionais e às elites religiosas.

4 ORGANIZAÇÃO ESCOLAR: SABERES E PROGRAMA DE ENSINO

Ao analisarmos a história da EDDJ, evidenciamos que criação da instituição para a formação de mulheres para os afazeres domésticos, em Cuiabá, foi marcada pelos interesses de uma parcela de mulheres abastadas da capital. Os interesses para a fundação dessa instituição estavam vinculados principalmente à formação de trabalhadoras domésticas.

Considerando o ensino doméstico ofertada na EDDJ e o estatuto da instituição, a escola destinava-se “[...] à educação da mulher para o lar e para sociedade [...]”. (DIÁRIO OFICIAL DE MATO GROSSO, 1950, p. 5). A informação transcrita do Diário Oficial de Mato Grosso (1950) permite-nos analisar pelo menos dois fatos: o primeiro é que a EDDJ buscava atender aos interesses de mulheres das classes sociais mais favorecidas, com a formação de mão de obra doméstica qualificada ao atendimento dessa população.

O segundo fato que podemos apontar é que a instituição formava especificamente mulheres para cozinhar, lavar, passar, organizar, costurar, enfim, todo o trabalho de que um lar precisava. A escola era um espaço de formação de mão de obra doméstica para que mulheres atuassem em lares abastados. As mulheres de famílias mais abastadas justificavam que assim colaboravam para que mulheres do povo não ficassem desocupadas.

A participação ativa de algumas mulheres, como Maria de Arruda Müller e Maria Dimpina, foi essencial para que a EDDJ fosse fundada e para sua manutenção. Foram elas que buscaram junto ao governo do estado de Mato Grosso, os recursos financeiros necessários à fundação e organização da instituição.

Ao longo dos anos, a construção e a organização da instituição não se configuraram como algo fácil para suas idealizadoras, como descrito nas páginas da revista *A Violeta*. Desde o início era mencionado que não havia recursos financeiros suficientes, mesmo após a inauguração da instituição em Cuiabá, muito embora haja relatos de que a instituição funcionava contando com os recursos financeiros disponibilizados pela LBA e com subsídios proporcionados pelo governo de Mato Grosso e, também, pela prefeitura de Cuiabá, o que nos leva a uma certa dúvida em relação a essas narrativas, pois esses seriam argumentos para que as gestoras recebessem mais recursos financeiros para a instituição.

Nossa desconfiança é logo evidenciada, pois como vimos, a LBA, por intermédio de Maria de Arruda Müller, esposa de Júlio Strübing Müller, interventor federal de Mato Grosso, doou à EDDJ a “casa”, permitindo, assim, que a escola começasse a funcionar.

Após o início das atividades, as dirigentes da instituição continuaram a solicitar recursos para manter a EDDJ em funcionamento. Maria Dimpina, em 1947, encaminhou um ofício a ALMT, requerendo do governo estadual auxílio financeiro para a instituição. O documento foi enviado à Diretoria de Expediente do Governo – DEG, por João Gervásio Viegas, diretor da DEG, em 6 de agosto de 1947, registrado como processo de nº 14 e protocolado pelo nº 627/47.

O diretor da DEG, munido do ofício encaminhado por Dimpina, apresentou à ALMT um documento no qual expôs a relação do governo com a instituição, salientando que o governo estadual “[...] a não ser o fornecimento de água e luz, não presta nenhum auxílio material à referida escola”. (VIEGAS, 1947, p. 25). Com essa justificativa, Viegas (1947), de acordo com as informações obtidas por Maria Dimpina, fez um balanço da despesa mensal da EDDJ, a fim de estipular um valor para que o governo do estado pudesse subsidiar recursos para a escola, e assim a instituição pudesse cobrir as suas despesas.

[...] o balanço do mês de julho último, que me foi mostrado pela sua operosa diretora, constatei ter a escola despendido, só com pagamento do pessoal, a importância de Cr\$5.050,00 e com compras para confecção de trabalhos manuais a soma de Cr\$ 188,60 além das despesas miúdas, para as aulas de arte culinária, na importância de Cr\$ 465,55. (VIEGAS, 1947, p. 25).

A EDDJ precisaria de aproximadamente Cr\$ 6.000,00 para custear as despesas equivalente a um mês de atividade. Em 8 de outubro de 1947, o governador do estado Arnaldo Estevão de Figueiredo enviou ao poder legislativo um ofício aprovando o recurso requerido pela DEG em razão do pedido de Maria Dimpina. O governador aprovou e passou a incluir no orçamento do estado a subvenção para a EDDJ.

Senhores membros do poder legislativo, tenho a honra de passar a mãos de vossas excelências, acompanhado do respectivo processo nº 627/47, da Diretoria de Expediente do Governo, o anexo projeto de lei, que autoriza o governo do estado a conceder a partir do exercício de 1948, uma subvenção de Cr\$ 6.000,00 (seis mil cruzeiros) a escola Doméstica “Dona Júlia”, desta capital. (FIGUEIREDO, 1947, p. 1).

Parece-nos que os recursos disponibilizados até 1947 eram suficientes para o atendimento das necessidades da instituição, mesmo porque a EDDJ já havia recebido recursos provenientes de doações e, posteriormente, iria cobrar mensalidades das estudantes. Ainda que a instituição já tivesse sido contemplada com outros recursos, a diretora Maria Dimpina continuou solicitando mais subsídios financeiros aos poderes municipais e estaduais, enviando cartas e ofícios para solicitá-los.

Posteriormente, e, com a EDDJ já em funcionamento, a diretora e o corpo docente solicitaram recursos para a prefeitura de Cuiabá, a qual os disponibilizou em 1948, no valor de mil cruzeiros (Cr\$1.000,00), como publicado, “[...] prefeito municipal, apoiado pela ilustre câmara doou à escola a partir de abril a dezembro próximo passado a quantia de Cr\$ 1.000,00 mensal”. (A VIOLETA, 1948a, p. 13). Nas fontes coletadas, só pudemos encontrar registro dessa doação à EDDJ efetuada pela prefeitura de Cuiabá.

Podemos comprovar, portanto, que a EDDJ recebeu dessa prefeitura a quantia de Cr\$ 9.000,00 (nove mil cruzeiros) em 1948. Provavelmente, continuou recebendo, o que equivaleria, então, a Cr\$ 12.000,00 (doze mil cruzeiros) no ano seguinte. Essa inferência se faz necessária ao analisar as fontes acima citadas, porém não foi possível localizar documentos que comprovassem os valores doados nos anos seguintes pela prefeitura.

Em 1948, o governador do estado Arnaldo Estevão de Figueiredo encaminhou o relatório anual à assembleia legislativa, no qual informou sobre a EDDJ e incluiu no orçamento do estado uma nova leva de recurso financeiro para a instituição. Registrada sob “[...] A lei n.º 67 concedeu aquela Escola uma subvenção de Cr\$ 24.000,00 (vinte e quatro mil cruzeiros) anuais [...]” (FIGUEIREDO, 1948, p. 10). O relatório apresentado fez a disponibilização de recurso financeiro à EDDJ.

Podemos comprovar que o recurso anual de fato foi destinado à escola, pois nesse mesmo ano, em A Violeta foi publicitada uma informação intitulada “O governador e a escola” na qual confirmou o auxílio concedido pelo governo estadual à EDDJ, em 1948.

Dr. Arnaldo de Figueiredo, excelentíssimo governador do estado, já mandou pagar a quantidade de Cr\$6.000.00 equivalentes no primeiro trimestre da verba de Cr\$ 24.000,00 que a assembleia se dignou em incluir no orçamento atendendo a mensagem que lhe foi enviado pelo governo sempre solícito e zeloso pelo bom funcionamento da escola. (A VIOLETA, 1948a, p. 13).

Parece-nos razoável admitir que foi solicitado mais auxílio financeiro para o governo do estado, que aprovou a verba de Cr\$ 24.000,00, para acrescentar no orçamento do estado. Ressaltamos, ainda, que o recurso de Cr\$ 24.000,00, aprovado em 1948, não foi entregue de uma só vez para a instituição, mas em parcelas trimestrais de Cr\$ 6.000,00 ao longo de 1948.

Analisando as fontes citadas, compreendemos que a EDDJ recebeu uma quantidade de recursos financeiros significativos ao longo desses três anos de funcionamento da primeira turma do ensino doméstico, o que seria suficiente para sua manutenção, uma vez que as demais despesas, como infraestrutura, água, energia, eram custeadas pelo estado, pelo município e pela LBA. Portanto, podemos notar que a EDDJ não carecia de tantos recursos

financeiros, o que, de certo modo, aponta para o interesse pessoal das dirigentes ao fundarem e manterem-se à frente da instituição, atuando como gestoras e professoras.

Outro aspecto para nossa análise é que os ofícios e os requerimentos enviados por Dimpina foram aceitos e os recursos necessários foram conseguidos para a instituição, ainda que a escola não se configurasse como municipal e/ou estadual. A distribuição de recursos ocorreu de forma rápida, sem contestações, pois as solicitantes, as sócias do GLJLA, eram mulheres conhecidas de Cuiabá, eram das classes mais abastadas, logo, os recursos cedidos eram em função da influência social que tinham ou do que elas e suas famílias representavam em Cuiabá.

4.1 Programa de ensino

O modelo de ensino implementado na EDDJ foi organizado a partir dos princípios instituídos no programa de ensino da Escola Doméstica de Natal – EDN, pois ela representava os conceitos das escolas da Suíça e isso chamou a atenção das mulheres que futuramente construiriam uma Escola Doméstica em Cuiabá.

A EDN foi apresentada à Maria Dimpina por Júlia Lopes de Almeida, no final dos anos de 1919. Junto com o programa de ensino da EDN, Dona Júlia enviou fotografias das salas de aulas da instituição. Na coluna “A Crônica” da revista A Violeta, Dimpina expôs sua opinião sobre a carta enviada a ela:

Tenho em mãos, com muito prazer, o prospecto da Escola Doméstica de Natal, que me foi gentilmente enviado pela Exma. Sra. D. Júlia Lopes de Almeida. [...] Ao lê-lo com explícitas notas sobre uma escola doméstica, ao ver as fotografias de diversas aulas, capacitei-me de que a Escola Doméstica é a resolução dum grande problema de engrandecimento pátrio [...]. (ARINAPI, 1919, p. 1).

Parece-nos que, na visão de Dimpina, escolas, como a Doméstica de Natal, eram a solução de problemas relacionadas à formação feminina. Em Cuiabá, por exemplo, para as idealizadoras da EDDJ, a falta de uma escola doméstica era considerada como um problema, o motivo da escassez de domésticas especializadas para os serviços domésticos. Desse modo, Dimpina ansiava por uma escola de ensino doméstico “[...] a moldes da Escola Doméstica de Natal, uma das melhores, senão a que me tem sido apontada como a melhor do gênero em nosso país [...]”. (DIMPINA, 1945, p. 4). Tal escola doméstica, para Dimpina, seria o melhor modelo a ser implementado na capital de Mato Grosso, pois a instituição representava um ideal de formação doméstica das mulheres.

A Escola Doméstica de Natal, admirada pelas sócias do GLJLA, em especial por Maria Dimpina, foi inaugurada em Natal, capital do Rio Grande do Norte, em 1914, orientada por um modelo europeu de ensino. Otavio Tavares (1945), salientou que a EDN significou um feito positivo para o RN.

[...] o espírito de abençoado de transformar a mulher numa criatura capaz de responder por todas as missões que o lar impõe. [...] um índice de grandeza mental, um celeiro de futuras mães de família que, num curso digno de ser imitado em todo país, adquirem instrução científica e se preparam para a vida prática (TAVARES, 1945, p. 36).

Para Tavares (1945), o modelo de ensino da EDN oferecia um programa de acordo com as escolas da Suíça. Outro aspecto que nos chama a atenção é que a instituição foi “celeiro de futuras mães”, ou seja, a escola foi considerada como uma “fábrica” de instrução dos bons modos, da moral, da mãe perfeita, que poderia ser uma mulher completa no lar. A EDN, de fato, se tornou conhecida em vários lugares e, conforme citado por Tavares, a instituição serviu como modelo para outras escolas domésticas do país, assim nela se espelhou a EDDJ.

Andrea Gabriel Rodrigues (2007, p. 83), salientou que o modelo europeu, que embasava o programa da Escola Doméstica de Natal, chamava a atenção de todo o país, pois estava “[...] destinada a formar um novo tipo de mulher civilizada para uma nova sociedade que despontava com os primeiros indícios de desenvolvimento social e econômico [...]”. A EDN, de certa forma representava uma ideia de uma instituição além de seu tempo, como uma escola moderna e de princípios europeus.

A EDN foi constituída a partir de discussões e planejamentos advindas da Liga de Ensino do Rio Grande do Norte -LERN. Maria Dimpina (1944, p. 1), ressaltou que de acordo com a LERN “[...] a necessidade de introduzir moldes racionais, práticos e eficientes ao ensino e à educação, levou alguns lúcidos espíritos, no Rio Grande do Norte, a se interessarem particularmente pelo árduo problema da instrução e educação da mulher [...]”. A EDN representou a consagração de um projeto “inovador” criado pelos intelectuais que a idealizaram.

Compreendemos que o programa de ensino da Escola Doméstica de Natal serviu como uma espécie de direcionamento ao da EDDJ, o qual visasse à formação integral das moças. Desse modo, conforme afirmou Dimpina (1944), a EDDJ teve seu programa de ensino,

[...] nos moldes da escola doméstica de natal, cujo programa nos enviara, centro de cultura educacional da mulher que percorre da sala á cozinha, ao jardim, á horta, dirigindo seu lar com a eficiência de quem para isto se preparou; liceu onde as nossas jovens irão cultivar o espírito afim de serem

realmente a mulher inteligente, acompanhando o progresso cultural da sociedade [...]. (DIMPINA, 1944, p. 1).

É razoável admitir que havia uma certa admiração de Júlia Lopes de Almeida, Maria Dimpina e demais socias do GLJLA, por uma educação que era dada no exterior, que as famílias cuiabanas não tinham. Compreendemos, portanto, que o programa de ensino da instituição foi planejado tendo em mente uma formação que ocorria na EDN.

O estatuto da EDDJ foi publicado no Diário Oficial do estado de Mato Grosso somente em 1950, quatro anos depois da inauguração da escola. Na publicação, consta que o programa da EDDJ estava embasado no “[...] programa da escola doméstica de Natal, com adaptações às necessidades do meio social”. (DIÁRIO OFICIAL DE MATO GROSSO, 1950, p. 5), o que evidencia que o conselho de Dona Júlia foi seguido pelas sócias do GLJLA.

O governador do estado de Mato Grosso, Arnaldo Estevão de Figueiredo, em sua mensagem de 13 de junho de 1948, evidenciou que a EDDJ, minuciosamente, organizou o programa de ensino, vejamos: “[...] o programa de ensino foi cuidadosamente, elaborado, com base no conhecimento e acatado no estabelecimento similar de natal, fundação do Governo José Augusto [...]” (FIGUEIREDO, 1948, p. 64). Portanto, evidenciamos que o programa não é o mesmo da EDN, mas a instituição era como um modelo de educação doméstica a ser seguido. De acordo com os interesses das mulheres das famílias mais abastadas de Cuiabá, a instituição adotou um plano de ensino mais modesto se comparado ao da EDN. Assim, estabeleceram-se um modelo de programa, a organização e a modalidade de ensino.

João Gervásio Viegas, diretor da Diretoria de Expediente do Governo - DEG, salientou sobre a modalidade de ensino que embasava a instituição. De acordo com ele, a EDDJ visava “[...] proporcionar às jovens que lhe forem confiadas, esmerada educação social, intelectual, como complemento da primária e estudos de caráter técnico ou doméstico propriamente dito [...]”. (VIEGAS, 1947, p. 2). Aqui é possível comprovar o caráter técnico da EDDJ, uma vez que a intenção era formar domésticas capacitadas para atuar nas casas de famílias.

Portanto, as moças precisavam ter o ensino primário para poder participar das atividades e aulas que ocorriam na instituição, uma vez que a EDDJ tinha caráter técnico, ou seja, uma formação específica para mão de obra doméstica. Era necessário que as alunas tivessem o mínimo de escolaridade para poderem acompanhar as aulas de Costura, Bordado, Cozinha e outras atividades do lar.

Cabe aqui uma reflexão sobre a modalidade e nível de ensino pretendidos para essa instituição, pois, de acordo com Maria Dimpina, a escola seria um “[...] estabelecimento onde

a mulher irá cultivar o espírito nos moldes de um curso secundário [...]”. (DIMPINA, 1946b, p. 9). O anunciado por Dimpina não nos dá uma certeza de qual era a modalidade de ensino, porém ao que nos parece, é que a instituição tentou se adequar aos preceitos atribuídos aos cursos secundários ou se aproximar deles.

Os decretos-lei federais promulgados entre 1942 e 1946 visavam organizar o funcionamento dos tipos de ensino existentes do Brasil por meio das Leis Orgânicas de Ensino. A Lei Orgânica do Ensino Secundário, já apresentada neste texto, Decreto-Lei nº 4.244, de 9 de abril de 1942, previa a organização dos estabelecimentos de ensino secundário, os cursos, as disciplinas e o ensino secundário feminino. No capítulo III, um dos aspectos, que nos leva a analisar a relação do modelo de ensino da EDDJ com o ensino secundário é o Artigo 25 do capítulo III, que trata do ensino secundário feminino.

1. É recomendável que a educação secundária das mulheres se faça em estabelecimentos de ensino de exclusiva frequência feminina.
2. Nos estabelecimentos de ensino secundário frequentados por homens e mulheres, será a educação destas ministrada em classes exclusivamente femininas. Este preceito só deixará de vigorar por motivo relevante, e dada especial autorização do Ministério de Educação.
3. Incluir-se-á, na terceira e na quarta série do curso ginásial e em todas as séries dos cursos clássico e científico, a disciplina de Economia Doméstica. (BRASIL, 1942, p. 8).

A EDDJ atendia apenas a mulheres e em conformidade com o previsto para secundário feminino no decreto-lei. As disciplinas inseridas no programa de ensino da instituição eram as mesmas nos três anos de estudo, porém, cada disciplina recebeu uma orientação diferente para cada ano cursado, ou seja, estipulavam-se os conteúdos e as atividades que deveriam ser aprendidas pelas moças em cada ano de estudo, como veremos no quadro abaixo.

Quadro 4 - Programa de ensino da EDDJ

Disciplinas	Programa 1º Ano	Programa 2º Ano	Programa 3º Ano
Matemática	Preliminares – algarismos, operações fundamentais e provas. Números primos e múltiplos. Divisibilidade máximo divisor e mínimo múltiplo comum. Frações decimais e ordinárias. Sistema métrico.	Revisão da matéria do 1º ano. Potenciação, radiação e números complexos.	Porcentagem, juros e descontos. Regra de três simples e composta, balancetes.
Geografia do Brasil	Preliminares, divisão da geografia, noções indispensáveis de cosmografia. Denominações geográficas	Corografia do Brasil. O estado de Mato Grosso. População, clima variável.	Revisão dos anos anteriores. Litoral, indústria: algodão, cana de açúcar, criação e pesca.

	dadas as terras e as águas – Geografia física e política do Brasil.		
História do Brasil	Descobrimto do Brasil, primeiros habitantes do Brasil, colonização. Governo Geral e domínio espanhol.	Revisão do 1º ano. Guerra Holandesa, rivalidade entre portugueses e brasileiros. Bandeirantes.	Transmigração da família real de Bragança pra o Brasil, independência do Brasil, abdicação de dom Pedro, guerra do Paraguai, escravidão e proclamação da república.
Educação Social e Cívica	Pátria, governo, formas de governo, poderes públicos, comparação entre governo absoluto e constitucional entre a monarquia e a república	Revisão do 1º ano. Vantagens da democracia, voto, matrimônio, divórcio e desquite.	Revisão dos anos anteriores. Liberdade da palavra e da imprensa. Alfabetização. O papel da mulher na educação social. Comunismo seus perigos e desvantagens.
Ordem e Economia Doméstica	Cumpra especialmente dirigir a vida íntima do estabelecimento serviços de mesa: sala de refeições asseios gerais do estabelecimento. Arrumação da sala de visita, a direção dos empregados subalternos, fiscalização de compras, direção prática do lar. Jardim, horta, criações. Habitação, escolha, higiene, aquisição. Móveis: sua aquisição e limpeza. Arranjos do lar. Combate dos animais nocivos. Compras: sua arte e economia. Escrituração. Roupas, compras, conservação, limpeza. Lavagem, passamento a ferro e engomar.	O programa se repete.	O programa se repete.
Arte Culinária	Teoria: pratos próprios para merenda da escola água e bebidas de caldo de frutas. Chocolate café e chá. Valor alimentício do leite, pão e sua fabricação. Valor alimentício das frutas e dos legumes.	Teoria: Fogo e água, aplicação da teoria no preparo dos alimentos. Estudo detalhado do leite e seus produtos. Ovos, carnes, peixe, aves, vegetais, cereais, bolos e massas.	Teoria: Gorduras, proteínas, minerais, condimentos, pães e massas ligeiros, combinações de alimentos. Arranjos de cardápio. Comportamento na

	Bolos simples. Ovos. O arranjo da cozinha. Cuidado com as comidas. Compras de alimentos. Prática: Preparação de cardápios diferentes, sopas, carnes, legumes e sobremesa.	Utensílios de cozinha. Horário da dona-de-casa e classificação dos alimentos. Prática: Preparo de 12 cardápios diferentes, sopas, carnes, legumes e sobremesa. compras. O papel da ajudante de dona-de-casa.	mesa. Prática: 24 lições de 4 horas para o preparo de 24 cardápios diferentes. Pratos de mais difícil confecção. Confeitarias.
Educação Física	O fim natural dessa parte do curso é dar agilidade, resistência e vigor ao corpo. A cultura física obrigatória é ministrada durante o período escolar.	O programa se repete.	O programa se repete.
Corte e Costura	Medidas necessárias: molde básico de blusa, blusa simples, saia simples, manga simples e com punho. Vestido esporte manga lisa sem pence, blusa drapéé. Blusa de gola alta, blusa de transpasse, blusa sem costura, blusa com mangas quimono, blusa com manga japonesa, manda para tailleur. Capas, golas, saias godet com pala, vestido de soirée. Camisas, pijamas e cuecas.	O programa se repete.	O programa se repete.
Português	Ditado, leitura, conhecimento de sílabas, acentuação, verbos. Conhecimento prático de sujeito e predicado.	Regras práticas de ortografias. Verbos irregulares, leitura expressiva e ditado. Exercício de análise carta acerca de assuntos familiares.	Correções de uma carta, colocação de pronomes oblíquos, verbos. Requerimento para alistar-se eleitora. Resposta de um ofício, requerimentos, ofícios de comunicação. Mudança de tratamento em uma carta.
Higiene de Alimentos e Puericultura	Alimentação, vitaminas, sais, fase da vida humana, leite, ovos. Diferença entre leite de vaca e da cabra, e entre estes o da mulher. Cuidados para ter bons dentes, cálcio, fósforo. Alimentos práticos energéticos e protetores e propriedade de carne.	Revisão do 1º ano. Alimentação da criança de 1 a 6 anos. Alimentação da criança de 6 meses a 1 ano. Alimentação da criança de 1 a 13 anos. Marcha e fala, peso e balança. Digestão. Respiração banho da criança recém-	Celulose. Alimentação da criança no primeiro dia de nascido. Aparelho da visão. Alimentação. Aparelho circulatório e respiratório. Cuidados que devemos ter com as gorduras. Higiene para que as crianças

		nascido, dentes, fase da vida humana, alimentação do trabalhador e refeição da manhã.	sejam sadias. Vacinas. Temperatura, pulsação, função do alimento, cuidados com a água. Puericultura, seu fim e ramos que abrange. Socorro médico de urgência. Modos de pensar as feridas, contusões, etc.
Trabalhos Manuais	Bordados, pontos de crochê, tricô, costura à mão. Consertos de utilização de roupas usadas.	O programa se repete.	O programa se repete.

Fonte: Diário Oficial de Mato Grosso (1950)²¹.

Em todos os anos, além de conteúdos novos, havia também uma revisão e uma ampliação dos conteúdos dos anos anteriores. Todas as disciplinas compostas no programa de ensino da EDDJ eram aplicadas em todos os anos do curso doméstico e permaneciam inalteradas o ano todo.

Entretanto, a organização das aulas era diferente e as disciplinas eram ofertadas em dois turnos “[...] das 7 às 11 horas – as alunas recebem em geral, aulas teóricas e práticas, de matemática, geografia e história do Brasil, Educação Social e Cívica, Ordem e Economia Doméstica, Arte Culinária e Educação física. Das 13 às 17 horas – Corte e Costura, Português, Higiene de Alimentos e Puericultura, Trabalhos Manuais” (DIÁRIO OFICIAL DE MATO GROSSO, 1950, p. 5). O período matutino concentrava uma quantidade maior de disciplinas em relação ao período vespertino.

Para cada disciplina, a ementa descrevia o que deveria ser trabalhado nas aulas para cada ano em estudo. Ao se tratar das disciplinas estritamente para a formação doméstica, temos: Arte Culinária; Trabalhos Manuais e Corte e Costura; Ordem e Economia Doméstica; Higiene de Alimentação e Puericultura.

A disciplina de Arte Culinária nos chamou a atenção por ser a única disciplina que foi dividida entre os saberes teóricos e práticos. Na parte teórica, as moças precisavam compreender valor alimentício, compras de alimentos, medidas das receitas, combinações de

²¹ Quadro elaborado pela pesquisadora e as informações para a construção do quadro foram retiradas do Programa de ensino da instituição, publica pelo Diário Oficial de Mato Grosso (1950, p. 5).

pratos, arranjos de cardápios, o manuseio dos utensílios de cozinha, entre outras, especificidades que foram implementadas nos três anos do curso.

Já a parte prática da disciplina aparecia como lições, ou seja, eram as avaliações da aula. Nessa parte da disciplina as alunas precisavam preparar cardápios diferentes, para todo tipo de comida e a dificuldade no preparo de cardápios aumentava de acordo com o ano em que a aluna estava. Ainda na disciplina de Arte Culinária, no segundo ano, eram ministrados conteúdos para formar “ajudante de dona de casa”.

As disciplinas de Trabalhos Manuais e Corte e Costura aparecem separadamente no quadro, entretanto, para nossa análise, elencamos que elas tenham recebidos noções similares. Nessas disciplinas, as mulheres aprendiam no primeiro ano medidas necessárias para a produção de roupas de todo tipo, masculina, feminina, adultos e infantil, e também a consertar roupas, bem como os trabalhos de bordado, de agulhas e costura a mão, entre outras. As noções aprendidas no primeiro ano, para ambas as disciplinas, eram ofertadas para o segundo e terceiro ano, isso ocorria, pois eram essenciais para a formação doméstica feminina. No caso das domésticas, poderiam posteriormente tornar-se costureiras e retirar dali o sustento de sua família.

A disciplina de Ordem e Economia Doméstica abrangia a questão de organização, direção e administração da casa, uma vez que perpassava desde a vida íntima doméstica, o controle das empregadas até a economia do lar.

As disciplinas de Higiene de Alimentos e Puericultura foram elencadas pela própria instituição como as que deveriam ser ministradas em conjunto. Pensamos que isso ocorreu pelo fato de estar ligado à limpeza dos alimentos, à alimentação e ao cuidado com as crianças, as disciplinas recebiam orientações diversificadas para cada ano em estudo.

Por ser uma instituição que visava formar precisamente a mão de obra doméstica, a oferecer disciplinas que permaneciam nos três anos de curso com a mesma orientação era importante para que as moças não só as aprendessem, mas para, de fato, apropriassem-se dos conhecimentos e poderem os aplicar na prática com todas as suas especificidades.

No programa de ensino da EDDJ, como vimos, prevalecia a oferta de disciplinas para os afazeres domésticos e que conseqüentemente tinham uma carga horária maior. Porém, não somente essas disciplinas compuseram a EDDJ, havia também disciplinas como: Matemática, Geografia do Brasil, Educação Social e Cívica, Educação Física e Português, que se assemelhavam às do ensino das escolas tradicionais, visto que era preciso compreender essas noções básicas para saber medir, escrever, planejar cardápios, criar refeições, por exemplo.

Na disciplina de Matemática, as moças aprenderiam, no primeiro ano, noções preliminares, os algarismos, números primos e múltiplos, sistema métrico e frações. No segundo ano, havia uma revisão da matéria aplicada no primeiro ano. Para o terceiro ano, o grau de dificuldade aumentava, as moças deveriam apropriar-se dos saberes de porcentagem, juros e descontos.

Na disciplina de Geografia do Brasil, também recebiam no primeiro ano, noções preliminares de divisão geográfica, denominações geográficas dadas as terras e as águas e, também, geografia física e política. No segundo ano, estudavam especificamente as questões geográficas do estado de Mato Grosso. No terceiro ano, havia uma revisão dos anos anteriores e um estudo sobre as indústrias de algodão, cana de açúcar, criação e pesca no Brasil.

Na disciplina de História do Brasil, as moças aprendiam no primeiro ano sobre o descobrimento do Brasil e seus primeiros habitantes. No segundo ano, além de uma revisão do primeiro ano, era trabalhado sobre as guerras. Para o terceiro ano, eram ensinadas as questões de migração, independência do Brasil, escravidão e Proclamação da República.

Na Educação Física, o mesmo conteúdo do primeiro ano era contemplado no segundo e terceiro anos. Essa disciplina tinha como objetivo dar agilidade, resistência e vigor ao corpo.

Considerando a disciplina Português, no primeiro ano, as moças aprendiam as primeiras noções da língua portuguesa, como: conhecimento das sílabas, acentuação, verbos, entre outros. No segundo ano, regras práticas de ortografia, verbos irregulares, exercício de análise de carta acerca de assuntos familiares. No terceiro ano, aprendiam as noções de colocação de pronomes oblíquos, verbos. Além de outros assuntos, como requerimento, ofícios, mudança de tratamento em uma carta.

Entre as disciplinas apresentadas no quadro acima, destacamos Educação Social e Cívica. Elas aparecem juntas no quadro e a oferta das disciplinas foram diversificadas ao longo dos três anos. Ao contemplarmos essas disciplinas, observamos que elas advêm das ideias de uma parcela privilegiada da sociedade, visando formar cidadãos conscientes, participativas, responsáveis, e ainda, enfatizando a noção de patriotismo.

4.2 A Matrícula na EDDJ

Em 1947, no primeiro ano do curso, com duração de três anos, a chamada para a matrícula trazia as seguintes exigências: a “[...] candidata deve preencher as seguintes

condições além de saúde, vacina e boa conduta: a) Idade mínima de 14 anos; b) haver completado o ensino primário”. (DIÁRIO OFICIAL de MATO GROSSO, 1946, p. 8).

Sobre as condições para a matrícula na EDDJ, Saúde e Vacinação em dia, eram exigências necessárias para as moças que procuravam pelo curso doméstico na EDDJ. Esse requisito também fazia parte de matrículas em outras instituições tradicionais de Mato Grosso. De acordo com o Regulamento do Ensino Normal em Mato Grosso, no que diz respeito às matrículas, o Art. 12 prescrevia que “[...] para admissão ao curso de qualquer dos ciclos do ensino normal serão exigidos do candidato: [...] Sanidade física e mental; [...] Bom comportamento social e atestado de vacina [...]” (MATO GROSSO, 1948, p. 2). Acreditamos que estar com o cartão de vacinação em dia e com boa saúde tenha sido pressuposto instituído pelo próprio Ministério da Educação e Saúde

A boa conduta e o comportamento social das moças também eram requisitos para ingressar no curso doméstico, vemos também que essas características eram exigências para o ingresso no curso Normal de Mato Grosso. A EDDJ, desde seu início, queria entre suas estudantes um modelo de mulher: “boas moças” e “mulheres de família”. As moças precisariam seguir regras e condutas, ou seja, “dar-se ao respeito”. Com isso, as boas moças de boas condutas eram “[...] as que se portavam corretamente, de modo a não ficarem mal faladas. Tinham gestos contidos, respeitavam os pais, preparavam-se adequadamente para o casamento [...]” (PINSKY, 2018, p. 610).

Lembramos que a boa conduta, nesse aspecto, parte de outra questão. Nesse período, as domésticas eram consideradas mulheres que não tinha boa conduta, que tinha relações com os patrões, na verdade, as domésticas eram assediadas e abusadas sexualmente na casa de muitas famílias. Entretanto, a doméstica era vista como seres de conduta duvidosa. Desse modo, a EDDJ buscava por esse tipo de boa conduta, moças cuiabanas que não representassem dúvida às suas patroas

Não conseguimos comprovar efetivamente como a EDDJ organizou o curso e em qual modalidade, contudo, é possível ponderar que a instituição observava algumas orientações de admissão aos cursos, previstos pela Lei Orgânica do Ensino Secundário como instituído no Artigo 31.

Art. 31. O candidato à matrícula na primeira série de qualquer dos cursos do que trata esta lei, deverá apresentar prova de não ser portador de doença contagiosa e de estar vacinado.

a) ter pelo menos onze anos, completos ou por completar, até o dia 30 de junho. b) ter recebido satisfatória educação primária. (BRASIL, 1942, p. 4).

Portanto, quanto às matrículas, podemos inferir que havia condições específicas para estudantes, como, por exemplo, ter concluído o ensino primário, ter boa conduta, ser vacinada. Desse modo, compreendemos que a EDDJ buscou basear-se nos pressupostos da Lei Orgânica do Ensino Secundário. Compreendemos também que a escola possivelmente não estava de acordo com as leis e normas instituídas pelo, mas que, de alguma maneira, utilizou-se dessas normas para compor um modelo de ensino próprio.

Publicadas pelo jornal A Cruz, as matrículas para o ingresso na instituição aconteceram na primeira quinzena de março de 1947 e foi noticiado que “[...] encerramos a 15 do corrente, a matrícula das alunas da escola doméstica “D. Julia”. Matrículas para única série existente [...]” (A CRUZ, 1947a, p. 4). De acordo com o capítulo VII da Lei Orgânica do Ensino Secundário, nº 4.244/42, no 35º artigo “Da Matrícula”, “[...] A matrícula far-se-á na primeira quinzena de março [...]” (BRASIL, 1942, p. 9). Outro aspecto que se relacionava ao ensino secundário. No primeiro ano de funcionamento da EDDJ, apenas uma turma estava em atividade. Compreendemos, portanto, que a EDDJ tenha sido inaugurada no final de 1946 e, apenas no ano seguinte, iniciaram as aulas.

Como vimos, as fontes apontam que a EDDJ seguia os pressupostos estabelecidos pela Lei Orgânica do Ensino Secundário, porém muitas alterações eram feitas no modelo de ensino da EDDJ, que nos indica que a instituição apenas em algumas descrições se assemelhavam à lei e em outros momentos a EDDJ seguia um modelo próprio se distanciando dos preceitos estipulados pelo Ministério da Educação e Saúde. Ou seja, por vezes, a EDDJ não se amparava em um decreto ou lei que a tornava reconhecida pelo Ministério da Educação e Saúde, isso também trouxe consequências para a instituição.

No início das atividades da instituição apenas uma turma foi formada, em 1947. De acordo com o publicado em A Violeta (1946b), a escola estava “[...] funcionando com o número limitado de alunas trinta nesta fase experimental. [...] isto porque as alunas existentes são mantidas pela Legião e as despesas exigem este limite [...]”. (A VIOLETA, 1946b, p. 7). A oferta de apenas uma turma e com um número limitado de vagas devia-se aos recursos financeiros que seriam suficientes para suprir as despesas referentes apenas a 30 alunas.

As fontes recolhidas para essa pesquisa não nos permitiram localizar o número de estudantes que se matricularam na EDDJ nos anos de 1948 e 1949, mas acreditamos que possivelmente abriu a mesma quantidade de vagas do ano de 1947, ou seja, 30 vagas. Assim como ilustrado no quadro abaixo.

Quadro 5 - Estudantes na EDDJ

EDDJ 1947 a 1949				
Ingressantes	1947	1948	1949	Concluintes
1º ano	30	* ²²	09	-
2º ano	-	-	13	-
3º ano	-	-	13	13
Total	30	-	35	13

Fonte: A Violeta, de 1949b²³.

Em 1947, ingressaram 30 alunas no 1º ano. Essa turma concluiu o curso doméstico de três anos em 1949, porém apenas 13 das 30 estudantes concluíram o curso doméstico de três anos.

As fontes coletadas não nos permitiram identificar quantas alunas estavam matriculadas em 1948, mas em 1949 identificamos que a turma que ingressou em 1948 só tinha 13 alunas no 2º ano e que em 1949 havia ingressado apenas 9 alunas. Possivelmente a instituição continuou ofertando o curso doméstico e as alunas ingressantes em 1948 e 1949 concluiriam o curso nos anos seguintes. Portanto, em 1949 somente 13 alunas formaram no curso doméstico.

Referente ao número de alunas, o governador do estado, Arnaldo Estevão de Figueiredo (1949), destacou que “[...] desde a data de sua fundação, tem sido normal, variando o número de seus alunos de 30 para 70”. (FIGUEIREDO, 1949, p. 26). É possível compreender que não houve, ao certo, registro da quantidade de alunas por turmas.

De acordo com as informações do quadro, em 1949 havia 35 alunas matriculadas nos três anos, ou seja, 9 alunas no primeiro ano, 13 alunas no segundo ano e 13 alunas no terceiro ano (concluintes do curso doméstico). Portanto, a mensagem apresentada pelo governador do estado indicando uma variação no número de alunas de 30 para 70 alunas por turma não confere, o que temos é um total de 35 alunas somando os três anos de atividades na instituição.

²² Não foi possível esclarecer quantas estudantes ingressaram na Instituição em 1948, mas possivelmente ofertou-se a mesma quantidade de vagas de 1947, ou seja, 30 vagas. Mas não podemos dizer quantas se matricularam.

²³ Elaborado pela pesquisadora, 2021.

Isso permite-nos afirmar que as informações não coincidem, ou seja, a mensagem apresentada pelo governador do estado de Mato Grosso é diferente do que foi publicado pela revista *A Violeta*, conforme Quadro 5. Compreendemos ainda que o governador do estado recebia essas informações da direção da EDDJ, que possivelmente não permitia a ele descrever um número certo de alunas na instituição, para justificar os investimentos que o próprio governo fazia na escola.

Parece-nos razoável admitir que, possivelmente, a Diretoria Geral da Instrução de Mato Grosso, órgão responsável por receber as informações das escolas de Mato Grosso, não recebia informações da própria gestão da escola sobre o número de alunas que se matriculavam na instituição. Confirmamos que possivelmente, a gestora da instituição não informava à Diretoria Geral da Instrução, assim continuava a receber recursos financeiros para o ingresso de 30 alunas por ano.

4.3 Corpo Docente

A EDDJ, como vimos, foi idealizada por mulheres que faziam parte do GLJLA. Essas mulheres atuavam como professoras, funcionárias públicas, esposas de políticos e faziam parte das famílias mais abastadas de Cuiabá. A organização da EDDJ partiu dos princípios instituídos por essas mulheres, desde a administração da escola até o corpo docente foi escolhido por elas.

No início, para a seleção de professoras, Dimpina salientou que “[...] a dificuldade maior é encontrar professoras técnicas para o desempenho do programa [...]”. (DIMPINA, 1944, p. 5). As dificuldades dividiam-se em dois eixos: o primeiro em relação à formação docente específica para atuar na instituição e o segundo em relação à falta de recursos para contratação de professoras, uma vez que desejavam contratar profissionais de outras localidades. Conforme salientou Dimpina, não foi possível trazer de São Paulo “[...] uma técnica para este fim condições imperiosas desse momento não nos permitiram realização desse desejo [...]” (DIMPINA, 1946c, p. 3). Pensamos que a ideia de buscar professoras em outros estados, principalmente em São Paulo, poderia trazer algo novo para incrementar o ensino na instituição.

Ao procurarem contratar uma técnica para a escola, possivelmente desejavam alguém que as ajudassem na organização da EDDJ, uma auxiliar ou secretária para atender às exigências de escrituração e outros aspectos de uma instituição escolar. Contudo, isso não ocorreu, provavelmente porque as próprias dirigentes não queriam dispensar de recursos

financeiros para a contratação e outra possibilidade é de que as técnicas de outras localidades não estavam dispostas a vir para o Centro-Oeste.

Assim, as gestoras da EDDJ optaram por “[...] escolher nesta capital mesmo um corpo docente dentre o qual sairia a diretora da escola [...]” (DIMPINA, 1946c, p. 3). Desse modo, o corpo docente da EDDJ foi construído com as mulheres que já atuavam em Cuiabá e a primeira delas foi Maria Dimpina, que ocupou o cargo de diretora e assumiu a escolha das professoras.

A escolha do corpo docente seguiu uma organização específica, publicada na coluna “Outras informações” da edição 304-305 de A Violeta do 1944, na qual constava que o “[...] corpo docente, escolhido não somente por causa do preparo, mas também por causa da influência moral e social, que possa exercer sobre o corpo docente [...]”. (A VIOLETA, 1944, p. 13).

Desse modo, o corpo docente foi composto por mulheres das famílias tradicionais, cuiabanas, conhecidas pela atuação na capital, aquelas “bem-vistas” na sociedade e que poderiam representar os interesses das famílias mais abastadas de Cuiabá, uma vez, que a própria escola era dirigida por essas mulheres.

A felicidade presidiu a escolha: Fomos buscar no recesso dos lares a professora para a lugar. D. Ecila pimenta, senhorinhas Angelina Torquato, Pepe de Siqueira, Amélia Pereira Leite, foram verdadeiros diamantes que sem dá muito trabalho. A professora Alice Freire estudou sua matéria na Capital da República, Inteligência e preparo garantem o êxito de sua missão. (DIMPINA, 1946b, p. 6).

A escolha das professoras se deu não só pela formação intelectual, mas também pela maneira como essas mulheres eram, perante as atividades, consideradas femininas de cunho doméstico, mulheres que saberiam organizar, coordenar, administrar tanto a sala de aula quanto o lar, como exposto em outra publicação.

A Senhorita Amélia Pereira Leite, por diversos motivos, foi escolhida para subdiretora que é uma como a verdadeira dirigente do estabelecimento. Sem diminuir o mérito de outras ela apresentava uma razão mais forte a dona de casa com residência mais perto da escola, e com um curso aperfeiçoado dentro do seu lar que outra cousa não é senão uma Escola Doméstica em toda acepção do termo. (DIMPINA, 1946c, p. 7).

Evidenciamos a visão conservadora da diretora em relação à profissionalização feminina, pois muitas vezes salientou que as atividades e afazeres do lar deveriam ser delegadas às mulheres: era delas as responsabilidades por suas famílias e seus lares.

Boa parte das professoras que ocuparam o cargo, na EDDJ, eram sócias do GLJLA e a escolha do corpo docente da EDDJ foi realizada entre as próprias sócias, mulheres oriundas das famílias tradicionais e que ocupavam espaços privilegiados na sociedade, consideradas aptas para ensinar, às mulheres do povo, conhecimentos de acordo com as premissas religiosas, boas maneiras, noções do lar doméstico, consoantes seus ideais.

Aliás, quem mais, além dessas mulheres, poderiam ensinar as domésticas para atuarem em seus próprios lares? Compreendemos que a escolha das professoras estava de acordo com as necessidades das próprias mulheres que procuravam domésticas bem formadas, ou que fossem consideradas aptas a ensinar as moças para atuarem nas casas das mulheres mais ricas. O corpo docente era composto de sete professoras, entre as quais dividiam as aulas, como demonstrado a seguir.

Quadro 6 - Professoras e disciplinas ministradas

Professoras	Disciplinas
Aline Huguene de Siqueira (Pepe)	Arte culinária
Alice Freire	Higiene de alimentação e puericultura
Senhorinha de Campos	Matemática e geografia
Angelina Torquato	Trabalhos manuais e consertos de roupas
Amelia Pereira Leite	Ordem doméstica e Economia doméstica
Ecila de Arruda Pimenta; Violeta Blanco	Corte e Costura, Educação física
Maria Dimpina	História e educação social e cívica Português

Fonte: A Violeta, 1946²⁴.

O quadro nos permite analisar a quantidade de professoras em relação ao total de disciplinas do programa de ensino da instituição. É possível compreender que houve um total de onze disciplinas e uma quantidade de sete professoras, desse modo, justifica-se a necessidade que algumas professoras tiveram de ministrar mais de uma disciplina. Como é o caso das professoras: Alice Freire, Angelina Torquato, senhorinha de Campos e, também, de Maria Dimpina, que dividiu as funções de diretora e professora, bem como, Amélia Pereira Leite, como subdiretora e professora.

²⁴ Quadro elaborado pela Pesquisadora, 2020.

Compreendemos, portanto, que o corpo docente trabalhava em sua função principal, lecionar, além de ajudar com a manutenção e organização escolar, desempenhando funções na secretaria, na administração, na cozinha, entre outras para as quais não pudemos localizar documentos comprobatórios.

Maria Dimpina, a principal idealizadora da EDDJ, assumiu a direção da instituição desde a inauguração da escola até os anos de 1949, quando formou a primeira turma de moças do curso doméstico, dividiu nesse período a direção com Amélia Pereira Leite, conforme quadro abaixo.

Quadro 7 - Diretoras da EDDJ

Ano	Diretora	Subdiretora
1947	Maria Dimpina Lobo Duarte	Amélia Pereira Leite
1948	Maria Dimpina Lobo Duarte	Amélia Pereira Leite
1949	Maria Dimpina Lobo Duarte	Amélia Pereira Leite

Fonte: A Violeta, 1946²⁵.

Esse quadro apresenta as diretoras da EDDJ no período de 1946 a 1949. A instituição contava com uma diretora e também com uma subdiretora. Esse fato era incomum no Brasil. Na maioria das escolas, apenas uma diretora ficava responsável pela administração da escola, diferente da EDDJ, que contou praticamente com duas diretoras simultaneamente que se responsabilizavam pelas questões administrativas e organizacionais. Há que se pensar os motivos pelos quais houve a necessidade da inclusão de mais uma “diretora”, provavelmente desempenhava o papel de secretária, visto que, em momento algum, identificamos contratação de uma.

A inclusão de uma subdiretora na escola nos indica alguns caminhos. Amélia Pereira Leite era filha de João Carlos Pereira Leite, desembargador, político e em 1916 era proprietário do jornal O Povo (MENDONÇA, 1919, p. 164). Essas informações parecem justificar o fato de Amélia Pereira Leite ser subdiretora, era filha de uma influente pessoa e fazia parte de uma das famílias mais abastadas de Cuiabá.

Ao final de 1949, Maria Dimpina deixou as atividades da EDDJ e passou a não exercer nenhuma atividade. A saída de Dimpina da direção da instituição foi anunciada pelo Jornal Estado de Mato Grosso (1950, p. 5), com o título “Dimpina deixou a direção da Escola

²⁵ Quadro elaborado pela pesquisadora, 2020.

Doméstica”, descrevendo que, “[...] por motivos que dizem respeito à minha saúde, passo nesta data à minha substituta professora Aline Huguney de Siqueira, o cargo de diretora desta Escola [...]”. Logo após a saída de Dimpina, a professora Aline Huguney de Siqueira assumiu o cargo de diretora da instituição.

A saída de Dimpina da instituição alegando motivos de saúde parece ser um pretexto para deixar a instituição, uma vez que ela poderia se afastar por alguns meses por meio de uma licença da escola. Há de se pensar também que Maria Dimpina tenha decidido deixar a instituição, pois era funcionária Pública Federal, atuava como Postalista dos Correios e Telégrafos (FREIRE, 1990, p. 160), e trabalhava na EDDJ, o que poderia configurar acúmulo de funções, o que não era lícito.

A EDDJ, com a saída de Maria Dimpina, passou a ser dirigida por Aline Huguney de Siqueira, sobrinha do prefeito de Cuiabá no período, Leonel Huguney de Siqueira. Isso nos fez perceber que Amélia Pereira Leite, que era subdiretora, não assumiu o cargo de diretora da instituição com a saída de Dimpina, comprovando que também deixara a instituição.

O que podemos perceber também é que, com a saída de Dimpina, não houve mais o cargo de subdiretoria, o que comprova que o cargo de subdiretora era desnecessário e que Dimpina, à frente da EDDJ, organizava e estipulava regras para a instituição de acordo com seus ideias e interesses pessoais.

4.4 Cotidiano escolar

Considerando os aspectos do cotidiano da EDDJ de 1946 a 1949, muitas foram as ações desenvolvidas pelas docentes e gestoras para que a instituição pudesse continuar ofertando suas aulas. Entre essas atividades podemos citar: a confecção de produtos para venda, divulgação pela revista *A Violeta* sobre as atividades desenvolvidas na escola a fim de aumentar o número de alunas e recursos financeiros. Essas ações também adotadas para divulgar a instituição em funcionamento.

Ao longo do primeiro ano do curso doméstico na EDDJ, iniciado em 1947, as moças participavam das aulas teóricas e realizavam uma variedade de atividades práticas. Nas aulas práticas, confeccionavam os trabalhos de corte e costura, na cozinha, praticavam arte culinária e cozinhavam diversos pratos, uma exigência para a avaliação no curso. Nas dependências da escola havia “[...] exposições mensais dos produtos das diversas classes como sejam, costuras, trabalhos, produtos de culinária: salgados, massas, pratos excelentes e saborosos [...]”. (A

VIOLETA, 1947, p. 15). Essa atividade era um trabalho avaliativo individual para compor as notas das alunas e posteriormente eram expostas na própria instituição as atividades práticas produzidas por elas.

Essas atividades eram prestigiadas não somente pelas alunas e professoras, mas pela sociedade cuiabana. As portas da instituição eram abertas para que a população, a imprensa e as autoridades fossem prestigiar aquele momento, como informado pela A Violeta, “[...] A Diretora da Escola empenha-se para que ela seja visitada pelas Autoridades, pela imprensa, por todos os que se interessam pela obra educacional que ali está sendo posta em prática [...]”. (A VIOLETA, 1947, p. 15).

O empenho de Dimpina, para que a instituição fosse visitada, em especial pelas autoridades e a imprensa, partia de interesses bem definidos, por exemplo, a relação entre as autoridades de Cuiabá com a EDDJ representava um possível meio de distribuição de recursos financeiros para a escola. A relação com a imprensa, por sua vez, era para colocar a EDDJ em evidência, tornando-a, assim, conhecida e podendo atrair novas alunas.

Compreendemos que a ideia de exposição mensal das atividades produzidas pelas alunas continuou ao longo do curso doméstico e com a mesma proposta de incluir a autoridades e a imprensa nessas exposições. Uma notícia publicada pelo jornal A Cruz (1949), nos apresenta as ações ocorridas na instituição.

Fomos obsequiados pela diretora da Escola Doméstica D. Julia com excelente prato frio. Recomenda-se o progresso das alunas desse benemérito educandário feminino na difícil técnica culinária e que satisfaria ao paladar exigente do mais requintado da cultura da arte Brillat-Savarin. (A CRUZ, 1949, p. 5).

Como idealizado por Dimpina, a presença da imprensa era a forma eficaz de informar, por todo o estado, como eram o cotidiano e as ações desenvolvidas no interior dessa instituição, as notícias eram uma maneira de expandir as ideias da EDDJ. O jornal A Cruz publicou por várias vezes informações da EDDJ. Era importante que Dimpina mantivesse relação harmoniosa com a editoração do jornal, pois A Cruz poderia divulgar para vários lugares e chegar a diferentes pessoas informações sobre a EDDJ. A Violeta, como vimos, era um periódico que circulava entre algumas pessoas das classes mais abastadas, por isso, a divulgações da EDDJ por outros jornais fazia parte dos interesses de Dimpina.

No segundo semestre de 1947, a diretora e as professoras da instituição adotaram novas medidas para a exposição dos trabalhos das alunas na EDDJ. Com o fluxo de pessoas durante as exposições mensais na instituição, passaram a comercializar os trabalhos produzidos pelas alunas da EDDJ. Desse modo, no mês de setembro iniciou “[...] o serviço,

sob encomendas, dos produtos das classes de costura, trabalhos manuais e culinária [...]” (A VIOLETA, 1947, p. 16). Possivelmente essa tenha sido uma das ações pensadas pelas professoras para ajudar na manutenção das atividades educativas da EDDJ.

Outra estratégia que pode ter sido colocada em prática visando arrecadar recursos financeiros para a instituição era a aceitação de novas alunas mediante contribuição mensal. Desde as primeiras matrículas, já havia sido levantada a possibilidade de pagamento de mensalidade, contudo, isso não ocorreu de imediato. Foi no primeiro ano do primeiro curso doméstico, conforme noticiado pelo jornal A Cruz (1947c, p. 3), que a EDDJ aceitou, no final de 1947, estudantes “[...] mediante contribuição mensal, alunas para corte, costura, trabalhos manuais, arte culinária. Confecciona vestidos e roupas de senhoras, bordados tricô e ourives [...]”. Houve, portanto, uma seleção das matérias pelas quais seria cobrada mensalidade, contudo, não foi possível localizar²⁶ informações que comprovem esses valores.

A notícia exposta no excerto acima nos leva a indagar sobre os motivos pelos quais apenas algumas matérias seriam cobradas, caso houvesse novas alunas. Uma possível resposta seria que provavelmente as matérias selecionadas eram as matérias que necessitavam de mais materiais, logo, de mais recursos financeiros para a sua compra. Acreditamos ainda que bordar, costurar, saber cozinhar bem eram os principais motivos para a formação das mulheres, matérias que mais chamavam a atenção da população; portanto, as que deveriam ser pagas.

Entre 1946 e 1949, a vida escolar na EDDJ era bastante ativa como vimos. Além das ações feita pela própria escola, com a exposição das atividades, as alunas e professoras também participavam de várias ações filantrópicas e religiosas de Cuiabá. Ao final do segundo ano letivo na instituição, em 1948, movidas pelas ações sociais, as professoras e diretoras da EDDJ buscaram uma maneira de celebrar o fim do ano letivo. Dimpina (1948b) publicou em A Violeta toda a ação desenvolvida pelas alunas, em um texto intitulado “Como se pode fazer o Bem na Escola Doméstica Dona Júlia”, salientando que juntamente com as professoras tiveram,

[...] a feliz ideia da distribuição de roupas a pessoas pobres, crianças e velhos, roupas confeccionadas pelas próprias alunas da referida escola, assim seria um modo bastante prático de conseguirmos que as alunas que precisava de trabalho, confeccionando dezenas de roupas de feitios vários, tomassem gosto pela costura [...]. (DIMPINA, 1948b, p. 14).

²⁶ Seguindo as orientações da Organização Mundial da Saúde, que prescreveu medidas de distanciamento social visando diminuir o contágio pelo Covid-19, fomos impossibilitadas de fazer pesquisas nos arquivos, pois o mesmo encontra-se fechado desde abril de 2020.

Ao longo de nossos estudos vimos que as ações sociais e filantrópicas fizeram parte da vida das mulheres mais abastadas. Como as idealizadoras da EDDJ pertenciam a esse núcleo social, era de se esperar que a formação feminina na instituição perpassasse por esses espaços de “ações solidárias”. No entanto, o que nos chama atenção nessa “boa ação” dessas mulheres da EDDJ é que Dimpina reforçava um de seus interesses nesse momento, pois ao tratar de “ajudar” os menos favorecidos, mostrava à população os ideais da escola: uma instituição de formação de mulheres bondosas, caridosas.

As ações sociais e filantrópicas desenvolvidas pelas professoras, diretoras e alunas da EDDJ estavam firmadas nos ideais de atuação social feminina no período, bem como: a formação de mulheres religiosas, bondosas, patriotas, “um anjo da caridade”. Almeida (1998), salientou que o atribuído nesse período ao sexo feminino, “[...] colocavam as mulheres como responsáveis por toda beleza e bondade que deveriam impregnar a vida social [...]”. (ALMEIDA, 1998, p. 18). Dimpina, sabendo dos ideais das famílias abastadas de Cuiabá, buscava formar esse modelo de alunas.

A ideia de manter uma instituição que prezava por uma formação de mulheres bondosas, caridosas para o lar era divulgada em várias notícias de jornais como vimos ao longo de nossos estudos, em especial, em A Violeta.

A revista A Violeta agiu como o principal meio de divulgação dos cursos que aconteciam naquela Escola Doméstica, desse modo, em 1948 e 1949, divulgou expressivamente propagandas sobre o curso doméstico na instituição. A intensa divulgação pela EDDJ ocorreu devido à necessidade de convencer mais mulheres a se matricularem, bem como uma maneira a mais de chamar a atenção da sociedade para que contribuíssem financeiramente com a instituição.

Figura 5 – Divulgação da EDDJ



Fonte: A Violeta, 1948c.

A figura acima apresenta uma das primeiras divulgações sobre a EDDJ publicada pela revista *A Violeta*. Nesse período era esperado que as moças se casassem e construíssem família, sinônimo de felicidade para as mulheres. Desse modo, a imagem dos bordados, do crochê, do quarto organizado e com colchas, exposta na divulgação, remetia à ideia de que a escola era um estabelecimento de ensino no qual as moças pudessem aprender a bordar, costurar, a manusear os trabalhos com linha e agulha.

“Um lar para sua felicidade” reforçava os caminhos que as mulheres deveriam percorrer. O anúncio deixava claro que as mulheres precisavam preparar-se para administrar seu futuro lar, somente assim encontrariam felicidade, salientando que a felicidade feminina dependia de um lar, de construir família, e assim incutia na cabeça das jovens um ideal de vida e formação, ao mesmo tempo, que as estimulava a matricular-se na EDDJ.

As prendas domésticas seriam o principal componente da fórmula para a “felicidade” e o esperado “[...] desempenho nas tarefas domésticas, especialmente cozinhar bem, era visto como uma garantia de conquista do esposo e manutenção do casamento”. (PINSKY, 2018, p. 627). Compreendemos, portanto, que o anúncio de *A Violeta*, informou aquilo que foi considerado como os caminhos para a construção da felicidade feminina.

Entre as divulgações que foram publicadas em A Violeta, os anúncios que prevaleceram e permaneceram com frequência nas páginas da revista foram as informações das disciplinas ministradas na EDDJ. Outro exemplo desses anúncios que elencamos importante para nossa análise chama a atenção para o futuro das moças.

Figura 6 - Aula de Corte e Costura



Fonte: A Violeta, 1948c.

A figura acima apresenta as aulas de Corte e Costura que aconteciam na EDDJ. O anúncio publicado em A Violeta traz imagens que retratam mulheres, meninas bem-vestidas de roupas com detalhes, modelo das roupas usadas no período. A ilustração foi exposta pela revista como uma forma de chamar a atenção das moças para que se matriculassem na EDDJ, uma vez que ali seria o local ideal para que a mulher pudesse aprender a confeccionar as roupas da moda, a vestir sua família e, quem sabe, uma profissão como costureira ou mesmo modista.

Parece-nos razoável salientar que o que era considerado como um “bom futuro” para as moças era constituir uma família. O núcleo familiar, a destreza no cuidar, no zelar, no

cozer era atributos importantes para uma mulher, o futuro não relacionava a uma formação emancipadora, mas a um modelo específico de mãe, esposa, filha, doméstica, aluna. O chamado da divulgação determina “[...] um padrão de mulher específico, cujas características eram moldadas para formar uma moça de família, uma moça voltada para o casamento, a mulher dócil, gentil, boa mãe [...]” (FERREIRA, 2014, p. 268). Uma mulher que seria cuidadora de sua família, responsável inclusive pela confecção das roupas. Além da costura, do bordado, a Arte Culinária era um elemento importante para a formação doméstica das mulheres que futuramente trabalhariam nas casas das famílias mais abastadas.

Figura 7 - Aula de Arte Culinária



Fonte: A Violeta, 1948c.

A figura acima descreve a aula de Arte Culinária, reforçando a ideia de que a família deveria ter uma boa alimentação e que essa função ficaria a cargo da mulher. A informação publicada em A Violeta nos leva a confirmar os ideais da criação dessa instituição para a formação das mulheres, em especial a formação da mão de obra doméstica.

Notamos, ainda, que a informação sobre a Aula de Culinária ressaltava que a escola seria o local para a doméstica e também para aquelas que precisavam do curso para aprender e

posteriormente ensinar suas domésticas, pois ensinar as domésticas eram exclusividades femininas, por isso, é possível confirmar que a escola foi criada pelas próprias mulheres das famílias mais abastadas de Cuiabá, que precisavam de uma doméstica para seu lar.

Há de se pensar também que a escola foi idealizada por mulheres que, por vezes, ausentavam-se de seus lares para os trabalhos públicos e precisavam de domésticas. Nesse contexto é possível compreender a disparidade entre os sexos. Ainda que a mulher estivesse fora de seus lares, apenas outra mulher poderia tomar conta da casa em sua ausência, não há relatos de que a casa ficaria sob os cuidados dos maridos. Por isso, era preciso de uma formação completa, assim a escola visava à formação doméstica feminina, desde Corte e Costura, até Arte Culinária e Economia Doméstica.

Outra análise possível sobre essas divulgações é que a revista A Violeta era um periódico que tinha como diretoria as mesmas mulheres que idealizaram a EDDJ, em especial, Dimpina, que foi a mulher que mais publicou sobre a escola na revista. Sabendo disso, compreendemos que os argumentos usados nos anúncios, indicando que a EDDJ era uma boa escola, a instituição ideal para a formação doméstica, serviu não só para cooptar alunas para estudar na escola, mas também para arrecadar mais recurso financeiro de outras pessoas para a instituição.

Como vimos, houve entre 1946 e 1949 publicações que promoviam a EDDJ e, em 1949, foi divulgado por Maria Dimpina o resultado das formandas da primeira turma do curso doméstico, iniciado em 1947. Na publicação Dimpina informou apenas o resultado do terceiro ano do curso e as aprovações com distinção e aprovadas plenamente.

Quadro 8 - Alunas que formaram na EDDJ (1949)

Concluintes do Curso Doméstico			
Aprovada com distinção	Nota	Aprovadas plenamente	Nota
Alda Moreia	10	Ana Luiza Natalia Nobre	9,9
Inês Tosca Capriata	10	Inês do Espirito Santo	9,9
Maria Auxiliadora de Oliveira	10	Maria Emília Alves Ferreira	9,8
Maria Lisbôa da Silva	10	Eunice Leonor Peixoto de Azevedo	9,7
Astrogilda Natália Nobre	10	Oscarina da Costa Botelho	9,7
		Peurosa Alves Bispo	9,6
		Ana Luiza Guimarães	9,5
		Dorotea Xavier	9,3

Fonte: A Violeta, de 1949b²⁷.

²⁷ Quadro elaborado pela Pesquisadora, 2020.

No quadro apresenta que havia duas formas de aprovação: aprovadas com distinção para aquelas estudantes com nota máxima e aprovadas plenamente para as demais. Um fato nos chamou a atenção para as diferenças entre as notas: apenas décimos entre uma e outra. Podemos compreender que das trinta vagas ofertadas e, como descrito, foram todas ocupadas no início do curso, apenas treze moças concluíram o curso.

Para Silva e Ferreira (2020), essa evasão no número de alunas se dá, pois, com o avanço da industrialização, as “[...] mulheres passaram a trabalhar fora de seus lares, as mudanças nas mentalidades femininas e o questionamento relacionado ao ‘lugar’ ocupado por elas, fez com que as mulheres buscassem ocupar outros espaços para além do lar [...]”. (SILVA; FERREIRA, 2020, p. 16). A mudança na mentalidade feminina fez também com que as mulheres buscassem outros meios de sobrevivência e autonomia.

Em 1949, ao final do primeiro curso doméstico de três anos, Maria Dimpina publicou a seguinte informação “[...] recebemos, a grata notícia que a nossa Augusta Assembleia Legislativa notará a Lei que permite ao Governo do estado o encampamento da Escola doméstica Dona Júlia. É uma grande conquista Para Mato Grosso [...]” (DIMPINA, 1949a, p. 21). Compreendemos, portanto que a EDDJ, ainda não era credenciada nem reconhecida e isso possivelmente tenha sido prejudicial para a continuidade das atividades na EDDJ.

Parece-nos razoável admitir que a evasão das alunas da EDDJ no decorrer dos anos tenha sido ocasionada também por essa falta da oficialização da escola, uma vez que isso garantiria a colação de grau com a certificação do curso, que poderia ter uma validação maior, que as moças pudessem trabalhar não só como domésticas nas casas de família, mas também em outros meios, como nas fábricas.

A certificação do curso foi representada por uma lembrança, entregue pelos paraninfos da turma, como salientado por Dimpina (1949b, p. 16), “[...] a sessão de entrega de prêmios como lembrança desses anos de feliz convívio naquele ambiente familiar foi presidida pelo Exmo. snr. Dr governador do estado paraninfo da turma com professor filogônio Correia [...]”. De fato, o que ocorreu na cerimônia de encerramento do curso de três anos foi a entrega de uma “lembrança”, como uma forma de concluir, encerrar a primeira turma de moças do curso doméstico na EDDJ.

Ainda sobre a diplomação que não era feita na instituição por falta da oficialização pelo estado, Dimpina, ressalta que, mesmo na falta dessa diplomação, a instituição continuava com a sua missão de formar boas domésticas e donas de casa. “[...] A messe foi boa e a colheita promete, não importa que a diplomação seja conferida só depois da oficialização da

Escola [...]” (DIMPINA, 1950, p. 4). Desse modo, comprova-se que a escola não disponibilizava para as alunas um diploma de conclusão de curso, nem sequer um atestado que pudesse lhes assegurar tal formação, a não ser a lembrança que fizeram o curso.

As palavras de Dimpina ao dizer que “não importa que a diplomação não seja conferida” nos leva analisar os interesses que englobavam a não oficialização da instituição. A instituição recebeu muito recurso financeiro, ainda que não fosse oficializada pelo estado ou município. Assim, podemos perceber que a oficialização da instituição não faria diferença significativa, pois receberia recurso de qualquer maneira. Desse modo, há de se pensar que a instituição até então (1949) ainda não era oficializada, por motivos de interesses das próprias idealizadoras ou também porque a EDDJ não apresentara uma modalidade de ensino exata e condizente com o estipulado pelo Ministério da Educação e Saúde.

Analisamos ainda que, ao oficializar a instituição, a escola sairia do controle das mulheres abastadas de Cuiabá, o que não seria interessante, haja vista que a escola fora criada para atender às necessidades dessa população. Outra ideia possível é que com a diplomação, as moças passariam a ocupar outros espaços de trabalho, de certa forma, alcançariam uma emancipação, o que também não era viável pela ótica das mulheres abastadas que precisavam de mão de obra doméstica para atuar especificamente em suas residências.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa foi iniciada em maio de 2019, quando no Arquivo Público de Mato Grosso localizamos um documento informando que em Cuiabá havia, em 1946, uma Escola Doméstica. Enveredamos na busca por fontes sobre a “Escola Doméstica Dona Júlia”. Em relação a pergunta de pesquisa “como se deu a criação e fundação dessa escola doméstica em Cuiabá, Mato Grosso, na região Centro-Oeste Brasileira? Qual era a formação ofertada para as mulheres na EDDJ? É possível elencar considerações a respeito da pergunta que nos moveu ao longo da pesquisa.

O recorte da pesquisa iniciou-se em 1946, quando foi inaugurada a EDDJ na capital de Mato Grosso. Finalizamos a pesquisa, em 1949, pois nesse ano encerrou a primeira turma do curso doméstico de três anos. O conjunto de fontes que localizamos nos permitiu recontar a trajetória da criação e implementação da EDDJ.

Essa escola foi criada, em 1946, originária de interesses de mulheres das famílias abastadas de Cuiabá, que alegavam a falta de domésticas qualificadas para atuar em seus lares, quando elas estivessem atuando em outros ofícios fora de sua casa. As discussões sobre a implementação dessa instituição, em Cuiabá, já haviam sido iniciadas muitos anos antes de sua inauguração, porém a escola só conseguiu ser implementada na capital em outubro de 1946.

Sob forte influência e sob gestão de mulheres de famílias abastadas de Cuiabá, a instituição iniciou suas atividades. Essas mulheres, sócias do GLJLA, reivindicavam uma instituição para a formação doméstica das mulheres da cidade, por vezes, essas discussões eram publicadas em A Violeta, revista que se dedicava a publicar periodicamente assuntos sobre a EDDJ. Maria Dimpina, uma das sócias do GLJLA, publicava em “A Crônica”, coluna de A Violeta, sobre a escola doméstica, tornando-se a principal idealizadora da instituição.

Maria Dimpina foi a primeira diretora da EDDJ e travou inúmeras discussões em favor da formação da mão de obra doméstica que pudesse atender às mulheres das classes mais abastadas de Cuiabá. Compreendemos que as lutas travadas por Dimpina iam ao encontro de seus interesses pessoais, pois ela era uma das mulheres que necessitava de outras mulheres para atuar em sua casa no trabalho doméstico.

As próprias mulheres, membros do GLJLA e principalmente Dimpina, construíram o modelo de ensino e organizaram as disciplinas necessárias para a formação de domésticas. A

escola ofertava disciplinas específicas para a formação doméstica como: Ordem e Economia Doméstica; Arte Culinária; Corte e Costura; Higiene de Alimentos e Puericultura; e Trabalhos Manuais. Além dessas, ofereciam outras disciplinas que se assemelhavam às das escolas tradicionais como: Matemática; Português; Geografia do Brasil; História do Brasil; Educação Social e Moral e Educação Física.

Em atenção aos objetivos específicos, considerando normas e legislações que instituíram a EDDJ, ao analisar os documentos sobre a modalidade de ensino da EDDJ, podemos concluir que a instituição tentou seguir as normas legais estabelecidas pelo Decreto-Lei nº 4.244, de 9 de abril de 1942, a Lei Orgânica do Ensino Secundário, mas houve inúmeras mudanças na modalidade de ensino da EDDJ, que a distanciou das medidas instituídas pelo Ministério da Educação e Saúde. Isso nos leva a concluir que a EDDJ não se adequou às modalidades de ensino previstas no Brasil. O que evidenciamos foi um modelo próprio instituído a partir da orientação dessas leis sem, contudo, efetivar realmente as normativas vigentes, o que impossibilitou que o curso fosse reconhecido.

Concluimos, portanto, que não adequação às normativas contribuiu para a evasão de alunas, bem como pela não certificação da EDDJ e, conseqüentemente, a não diplomação que confirmasse grau a suas formandas. Estar fora dos parâmetros legais para a modalidade de ensino contribuiu para o fechamento da instituição, pois a escola não ofertou um programa de ensino que fosse certificado pelo Ministério da Educação e Saúde, apenas esses parâmetros serviram como base, mas não como modalidade de ensino fixada na EDDJ.

Em relação à formação ofertada para as mulheres na instituição pesquisada, acreditamos ser possível uma resposta à hipótese que levantamos de que a instituição priorizava interesses de uma determinada parcela da sociedade, em particular, de mulheres de famílias tradicionais, situadas na elite cuiabana. Desse modo, consideramos que a criação da EDDJ foi um meio pelo qual essas mulheres das classes mais favorecidas, juntamente com o GLJLA, encontraram para priorizar a formação de “serviçais” domésticas que iriam trabalhar em suas próprias casas.

Consideramos que os objetivos da EDDJ iam ao encontro dos ideais de uma população mais abastada de Cuiabá. A solicitação de recursos destinados à EDDJ era prontamente atendida, como demonstrado ao longo da dissertação, o que só era possível, porque a frente da instituição estavam mulheres que transitavam na classe mais abastada de Cuiabá. Dimpina solicitava recursos aos poderes municipais e estaduais e prontamente os recebia, algo que pode estar diretamente associado à influência que as famílias das mulheres que atuavam na EDDJ tinham na sociedade cuiabana.

Desse modo, concluímos que a EDDJ servia ainda para a manutenção de outras atividades desenvolvidas pelas sócias do GLJLA, como por exemplo, custear a publicação da revista A Violeta, que pode ter se beneficiado desses recursos.

Justificamos que nosso estudo apresenta relevância, pois coloca em destaque discussões sobre a história da educação feminina e nos permite conhecer melhor a nossa própria história e registrar a trajetória de instituições que formaram mulheres e que ainda estão invisibilizadas. Pretendemos, ainda, no âmbito do grupo de pesquisa, no GPHEG, publicar os resultados da pesquisa.

A história da escolarização de mulheres brasileiras, à qual nos dedicamos, tem uma importância significativa para os estudos na área da Educação, pois é possível analisar como era concebida a formação para mulheres, e por extensão, como era a vida das mulheres, cujo processo de escolarização de alguma forma influenciou e ainda influencia as relações entre homens e mulheres na sociedade atual. Enfim, tratamos de pesquisar essa história para trazer uma compreensão de uma sociedade na qual homens e mulheres atuam e devem atuar em condições de igualdade ou de forma mais equânime, na qual direitos e deveres sejam divididos igualmente.

Além disso, nossa pesquisa também é relevante por apresentar um estudo inédito. Em nossas buscas não foi possível localizar nenhuma pesquisa que trouxesse como objeto de pesquisa e discussão a Escola Doméstica Dona Júlia.

Ao longo de nossa pesquisa, nos deparamos com inúmeras dificuldades, principalmente em 2020, pois fomos impossibilitadas de percorrer os Arquivos Públicos de Mato Grosso, uma vez que no final de 2019, o mundo foi surpreendido pela Pandemia do Novo Coronavírus, SARS-CoV-2, descoberto em Wuhan na China. As síndromes respiratórias causadas por esse vírus se disseminam rapidamente. Pessoas, uma vez contaminadas, apresentam sintomas variados da infecção que vão de leves a grave, podendo provocar óbitos.

Com isso, foi decretado isolamento social, obedecendo às recomendações da OMS. Municípios e estados brasileiros mantiveram em funcionamento apenas algumas atividades essenciais. Escolas, comércios, bibliotecas fecharam. Não foi possível, por exemplo, localizar registros sobre o ingresso de alunas nos anos de 1948 e 1949. Igualmente, não localizamos documentos referentes à lembrança de conclusão de curso, fotos da instituição, enfim, lacunas que possivelmente impulsionarão outras pesquisas.

Inquietações que surgiram ao longo de nosso estudo que não foram respondidas ou que não eram nosso objetivo, como por exemplo, qual o destino dessas moças que concluíram

o ensino doméstico, atuaram como domésticas ou apenas em suas casas? A instituição permaneceu por mais anos em atividade e conseguiu formar outras moças? Por que nas edições de A Violeta não foi possível localizar nenhuma foto das estudantes ou mesmo das aulas e do prédio escolar no qual foi ofertada a formação? Questões para as quais ainda é preciso mais pesquisas.

Uma possível resposta é que, por ser considerada uma escola para domésticas, não era interessante pela ótica das mulheres mais abastadas divulgar imagem dessas pessoas na revista A Violeta ou mesmo de uma escola que formava domésticas, publicação que circulava entre as elites cuiabanas.

Quanto ao tempo de atuação da EDDJ, é possível que a escola tenha encerrado suas atividades pouco tempo depois da conclusão da primeira turma do curso doméstico, pois ainda nos três primeiros anos percebemos que a instituição já sofria com as matrículas insuficientes e que não alcançavam a oferta de vagas. A não oficialização da escola e o não atendimento das leis e normas instituídas pelo Ministério da Educação e Saúde, poderia ter levado ao encerramento das atividades educacionais.

Enfim, o estudo desenvolvido sobre a Escola Doméstica Dona Julia, sua origem, trajetória e formação feminina, permitiu-nos conhecer parte da história da educação feminina em Cuiabá, bem como analisar que as mulheres idealizadoras da EDDJ ocuparam espaços de prestígio na sociedade, e essas gestoras da instituição, de alguma forma, exerciam a emancipação feminina.

As gestoras e professoras da EDDJ, contudo, tiveram a oportunidade de ofertar outro modelo de instituição, no qual prevalecesse, por exemplo, um ensino que permitisse às estudantes, também ocupar outros espaços que não o doméstico. Porém, nas fontes analisadas constamos a divulgação e permanência de ideias conservadoras, atadas a modelo dos ideais das famílias tradicionais e religiosos de Cuiabá e Mato Grosso, pois a escola que propuseram não apresentou caminhos para emancipação de outras mulheres.

Essa escola representava uma disparidade entre as próprias mulheres, ou seja, haveria uma escola para ensinar a população menos favorecida e uma escola que preparava as mulheres das famílias mais abastadas, enfim, a EDDJ era uma escola na qual as “patroas” ditavam o lugar para outras mulheres menos favorecidas.

A EDDJ era, antes de tudo, um espaço restrito para a propagação de conhecimentos voltados para os afazeres domésticos, ainda que, timidamente ofertasse algumas atividades que poderiam levar as mulheres à uma profissionalização, a exemplo, aulas de corte e costura que poderiam possibilitar que essas mulheres se interessassem por serem modistas ou

trabalhassem nas indústrias manufatureiras de vestimentas ou artigos para cama e mesa que começavam a proliferar.

A conclusão que chegamos é que esses ideais tradicionais, segregadores e excludentes de formação das mulheres fracassou, pois, a escola proposta pelas mulheres do Grêmio Literário Júlia Lopes de Almeida, com o claro intuito de formar as serviçais domésticas para atuar em seus lares, ficou em atividade por pouco tempo, como nos mostraram as fontes e as próprias ações de Dimpina que se desvinculou da instituição logo após as mulheres da primeira turma de alunas na EDDJ terem concluídos seus estudos.

O fechamento da instituição foi de certa forma uma ação positiva para o que estava em curso na educação das mulheres. As mulheres nesse período passaram a avançar nos estudos e cada vez mais se profissionalizar, ocupar outros espaços e se tornar autossuficientes. O fechamento da EDDJ, abriu portas para novos horizontes e possibilidades de formação emancipadora para as mulheres.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Jane Soares de. **Mulher e Educação: a paixão pelo possível**. São Paulo: UNESP, 1998.
- ALMEIDA, Jane Soares de. **Ler as letras: por que educar meninas e mulheres?** São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo: Campinas: Autores Associados, 2007.
- ALVES, Laci Maria Araújo. **Nas trilhas do Ensino**. Cuiabá, Edufmt, 1998.
- AMARAL, Célia Chaves Gurgel. **Fundamentos da Economia Doméstica: perspectiva da condição feminina e das relações de gênero**. Fortaleza, 2002.
- BARBOSA, Jane Cássia. **Escola Doméstica Maria Auxiliadora de Cuiabá: Escolarizar as Mulheres para Costurar, Bordar e Cozer (1951-1965)**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Mato Grosso: Programa de Pós-Graduação em Educação, Cuiabá, 2019. Acesso em 20 de março de 2020.
<http://www1.ufmt.br/ufmt/unidade/userfiles/publicacoes/c7acd612efb6aec7d08d24dea3a7e423.pdf>
- BASTOS, Maria Helena Camara; GARCIA, Tania Elisa Morales. **Leituras de Formação – Noções de Vida Doméstica (1987)**: Félix Ferreira Traduzindo Madame Hippeau Para a Educação da Mulheres Brasileiras. História da Educação. Pelotas, ASPHE/FaE/UFPel – 77-92, 1999.
- BACELLAR, Carlos. **Uso e mau uso dos arquivos**. In: PINSKY, Carla Bassanezi. (Org). **Fontes históricas**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2008.
- BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**. Tradução: Sérgio Milliet. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.
- BESSE, Susan Kent. **Modernizando a Desigualdade: Reestruturação da Ideologia de Gênero no Brasil, 1914-1940**. Tradução: Lólio Lourenço de Oliveira. São Paulo: Edusp, 1999.
- BITTENCOURT, Faneide Pinto França. **Escola Doméstica Nossa Senhora Da Anunciação: A Formação de Meninas para servir a Deus, à família e ao lar - Ananindeua/PA (1949-1971)**. Dissertação de Mestrado. Pará, 2016. Acesso em 9 de setembro de 2019.
http://ccse.uepa.br/ppged/wp-content/uploads/dissertacoes/09/faneide_pinto_frana_bittencourt.pdf.
- BUFFA, Ester. O público e o privado na educação brasileira do século XX. In: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Camara (Org.). **Histórias e memórias da educação no Brasil (século XX)**. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2011. 3 v.
- BURKE, Peter. **A Escola dos Annales (1929- 1989): a Revolução Francesa da historiografia**. Tradução Nilo Odalia. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997.
- BRAUDEL, Fernand. **Escritos Sobre a História**. Tradução: Tereza Cristina Silveira da Mota. Flamarion: Paris, 1969.

BLOCH, Marc. **Apologia da História ou O Ofício de Historiador**. Tradução: André Telles. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

CERTEAU, Michel de. **A Escrita da história**. Trad. Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

COSTA, Eliete Huguene de Figueiredo. **Revista A Violeta: a verbo-visualidade e o entrecruzamento de vozes**. Tese de Doutorado - Faculdade de Filosofia, Comunicação, Letras e Artes, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2016. Acesso em 18 de novembro de 2019.

<https://tede2.pucsp.br/handle/handle/19544>

CUSTÓDIO, Regiane Cristina. **A Era Vargas em Mato Grosso: o Jornal “A Cruz” e a Representação do Ideal de Educação**. **Revista Educação e Fronteiras On-Line**, Dourados/MS, v.8, n.24 p.56- 66, set./dez. 2018. Acesso em 18 de fevereiro de 2021. <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/educacao/article/view/10255>

FERREIRA, Nilce Vieira Campos; SOUZA, Cleicinéia Oliveira; LUNA, Nathalia Martins. **História da Educação No Centro Memória Viva do Instituto de Educação da Universidade Federal de Mato Grosso - UFMT/Campus Cuiabá**. *In* recurso eletrônico] / FERREIRA, Nilce Vieira Campos Ferreira,; FRANCO, Neil; LÓPEZ PÉREZ, Oresta. (ORG). **História da Educação, ensino e itinerários formativos nas Regiões Centro - Oeste e Norte brasileiras**. 1. ed. Cuiabá: Editora Sustentável; Porto Velho: EDUFRO, 2020.

FERREIRA, Nilce Vieira Campos. **Economia Doméstica: ensino profissionalizante feminino no Triângulo Mineiro (Uberaba/MG- 1953-1997)**. Ed. Paco Editorial: Jundiaí, 2014.

FREIRE, Nilza Queiroz. **Maria Dimpina**. Revista do Instituto histórico e geográfico de MT – RIHGMT. Cuiabá, 1999.

GELES, Yésica Paola Montes. **Luta pela formação de professoras normalistas: escola normal de instrutoras de Bolívar (1874-1930)**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Mato Grosso: Programa de Pós-Graduação em Educação. Cuiabá, 2017. Acesso em 20 de junho de 2019.

<http://www1.ufmt.br/ufmt/unidade/userfiles/publicacoes/e717e7c6dc1d788ceb8f5ede794e5b8c.pdf>.

GINZBURG, Carlo. **Sinais, raízes de um paradigma indiciário**. In: **Mitos, emblemas e sinais: morfologia e história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. p. 143-180.

GRECHI, Henrique; PENNA, Helena B. Rossi. **Economia doméstica e puericultura de acordo com os programas oficiais**. São Paulo: Editora Melhoramentos. 1954.

GONÇALVES NETO, Wenceslau; CARVALHO, Carlos Henrique de. **Instituições escolares e história da educação brasileira: análise dos CBHE e do NEPHE - Quaestio - Revista de Estudos em Educação**, v. 22, n. 1, p. 51 -71, 14 abr. 2020.

JUNIOR, Décio Gatti; PESSANHA, Eunize Caldas. **História da Educação, Instituições e Cultura Escolar: conceitos, Categorias e Materiais Históricos**. In: JÚNIOR, Décio Gatti;

FILHO, Geraldo Inácio (Org.). **História da Educação em perspectiva, ensino, pesquisa, produções e novas investigações**. Campinas, SP: autores associados; Uberlândia, MG: Edufu, 2005.

LE GOFF, Jacques. **A História Nova**. Tradução Eduardo Brandão. Martins Fontes, São Paulo, 1990a.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Tradução Bernardo Leitão. Campinas, (SP): Editora da UNICAMP, 1990b.

LOURO, Guacira Lopes. **Prendas e antiprendas: uma escola de mulheres**. UFRGS, RS, 1987.

LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na sala de aula. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). **História das mulheres no Brasil**. 10. ed. 6ª reimpressão São Paulo: Contexto, 2018. p. 443-48.

LOURO, Guacira Lopes; MAYER, Dagmar. **A Escolarização do Doméstico: a construção de uma escola técnica feminina (1946-1970)**. Cad. Pesq: São Paulo, n. 87, p. 45-57, nov. 1993.

LUZ, Rosemary da. **Treinamento em Serviço: formação de professoras e professores não titulados no projeto logos II em Alta Floresta, Mato Grosso (1980-1993)**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Mato Grosso: Programa de Pós-Graduação em Educação, Cuiabá, 2018. Acesso em 20 de junho de 2019.
<http://www1.ufmt.br/ufmt/unidade/userfiles/publicacoes/4cd25c09e1821439abe9521d229610ae.pdf>

MAGALHÃES, Justino. A História das Instituições Educativas em Perspectiva. In: JÚNIOR, Décio Gatti; FILHO, Geraldo Inácio (Org.). **História da Educação em perspectiva, ensino, pesquisa, produções e novas investigações** Campinas, SP: autores associados; Uberlândia, MG: Edufu, 2005.

MATTOS, Sandra Jung de. **Trabalhos de agulha e prendas domésticas: educação feminina mato-grossense (1889 - 1910)**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Mato Grosso, Instituto de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação. Cuiabá, 2018. Acesso em 20 de junho de 2019.
<http://www1.ufmt.br/ufmt/unidade/userfiles/publicacoes/8decfa28a2b3b2fa7c24f167af0f649e.pdf>

MENDONÇA, Estevão. **Datas Mato-grossenses**. Cuiabá, 1919.

MINAYO, Maria Cecília Souza. **Avaliação por triangulação de métodos: Abordagem de Programas Sociais**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2010.

MÜLLER, Maria de Arruda. **Cuiabá ao Longo de 100 anos**. Cuiabá, 1994.

NADAF, Yasmin Jamil. **Sob o Signo de uma Flor**. Rio de Janeiro: Sate, 1993.

NOSELLA, Paolo; BUFFA, Ester. **Schola Mater: A Antiga Escola Normal de São Carlos**. São Carlos, SP: Editora da UFScar, 1996.

NOSELLA, Paolo; BUFFA, Ester. **Instituições Escolares: por que e como pesquisar.** Campinas, SP: Editora Alínea, 2009.

OPAS, Organização Pan-americana de saúde; OMS - Organização Mundial da Saúde. **Corona vírus.** 2020. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/topicos/coronavirus> Acesso em 15 de novembro de 2020

OLIVEIRA, Tatiana Pantoja. **Público/Confessional, Cultura Escolar e Formação de Habitus: a Escola Doméstica De Macapá/AP (1951-1964).** Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) – Universidade Federal do Amapá. Amapá, 2016. Acesso em 2 de outubro de 2019.

<https://www2.unifap.br/ppgmdr/files/2016/03/DISSERTA%c3%87%c3%83O-DE-MESTRADO-TATIANA-PANTOJA-OLIVEIRA.pdf>.

PADILHA, Ana Caroline de Bassi. **Alinhavando Memórias: Domesticidades e Pedagogias de Gênero no Curso de Corte e Costura da Escola Técnica De Curitiba (Anos 1940 A 1960).** Tese de Doutorado (Doutorado em Tecnologia e Sociedade) - Programa de PósGraduação em Tecnologia e Sociedade. Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Curitiba, 2019. Acesso em 20 de abril de 2020. <http://repositorio.utfpr.edu.br/jspui/handle/1/4213>

PADILHA, Ana Caroline de Bassi; SANTOS, Marinês Ribeiro. Entre Panelas, Fogões e Aventais: o ensino de práticas domésticas na Escola Técnica de Curitiba nos anos 1940 e 1950. **Revista Femismo**, Vol.5, nº 2 e 3, Maio - Dez. 2017. -UFU.

PERROT, Michelle. **As mulheres ou os silêncios da história.** Tradução: Viviane Ribeiro. São Paulo: Edusc, 2005.

PERROT, Michelle. **Minha História das Mulheres.** Tradução: Angela Maria da Silva Côrrea. São Paulo: Contexto, 2007.

PEDRO, Joana Maria. Mulheres do Sul. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). **História das mulheres no Brasil.** 10. ed. 6ª reimpressão São Paulo: Contexto, 2018. p. 278-321.

PINSKY, Carla Bassanezi. Mulheres dos anos Dourados. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). **História das mulheres no Brasil.** 10. ed. 6ª reimpressão São Paulo: Contexto, 2018. p. 607-639.

PRADO, Fernanda Batista do. **Entre o Oratório e a Profissão de Professoras: na escola normal rural Nossa Senhora Auxiliadora em Porto Velho/RO (1930- 1946).** Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Mato Grosso, Instituto de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Cuiabá, 2017. Acesso em 20 de junho de 2019. <http://www1.ufmt.br/ufmt/unidade/userfiles/publicacoes/d090b30f3fc69fa3e841cbd378fb14fa.pdf>

RAGO, Margareth. Trabalho Feminino e Sexualidade. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). **História das mulheres no Brasil.** 10. ed. 6ª reimpressão São Paulo: Contexto, 2018. p. 578-606.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Tradução: Alain François [et. al.]. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

RODRIGUES, Marilu Marqueto. **Professoras e professores normais rurais em Mato Grosso: entre Várzea Grande e Ponta Porã na Fronteira do Estado (1940-1974)**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Mato Grosso, Instituto de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Cuiabá, 2019. Acesso em 20 de junho de 2019. <http://www1.ufmt.br/ufmt/unidade/userfiles/publicacoes/3e649a13343521a78bc5721c9af6e43f.pdf>.

RODRIGUES, Andréa Gabriel Francelino. **Educar para o lar, Educar para Vida: Cultura escolar e modernidade educacional na Escola Doméstica de Natal (1914-1945)**. Tese de Doutorado (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, 2007. Acesso em 15 de outubro de 2019. <https://repositorio.ufrn.br/jspui/handle/123456789/14542>.

SANFELICE, José Luís. **História, Instituições Escolares e Gestores Educacionais**. Revista HISTEDBR. Online, Campinas, nº Especial, p. 20-27. ago, 2006. Disponível em: http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/22e/art4_22e.pdf Acesso em 06 de março de 2020.

SAVIANI, Dermeval: et al. **O legado educacional do século XX no Brasil**. 2ª Edição Revisada e ampliada. Autores Associados. Campinas, SP. 2004.

SILVA, Gabriella Moura; FERREIRA, Nilce Vieira Campos. Formação feminina na escola doméstica dona Júlia – Cuiabá-MT (1946-1949). **Linhas Críticas**, v. 26, p. 1-18, 3 set. 2020. <https://periodicos.unb.br/index.php/linhascriticas/article/view/31382/27502>

SOIHET, Rachel. Mulheres pobres e violência no Brasil Urbano. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). **História das mulheres no Brasil**. 10. ed. 6ª reimpressão São Paulo: Contexto, 2018. p. 362-400.

SOUZA, Cleicineia Oliveira de. **Entre o evangelho e o ensino rural: Educação feminina no Instituto Nossa Senhora do Carvalho no Vale do Guaporé (Guajará-mirim/MT/RO 1933-1976)**. 2017. 162 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Mato Grosso, Programa de Pós-graduação em Educação, Mato Grosso. 2017. Acesso 20 de junho de 2019. <http://www1.ufmt.br/ufmt/unidade/userfiles/publicacoes/01dc138fb5ccf74430e8d3888c9215e6.pdf>

SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena Maria Bousquet; COSTA, Vanda Maria Ribeiro. 1939. **Tempos de Capanema**. São Paulo: Paz e Terra. Fundação Getúlio Vargas, 2000.

TELLES, Norma. Escritoras, Escritas, Escrituras. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). **História das mulheres no Brasil**. 10. ed. 6ª reimpressão São Paulo: Contexto, 2018. p. 401-442.

TUZZO, Simone Antoniacci; BRAGA, Claudomilson Fernandes. O Processo de Triangulação da Pesquisa Qualitativa: O Metafenômeno Como Gênese. **Revista Pesquisa Qualitativa**. São Paulo (SP), v. 4, n.5, p. 140-158, ago. 2016.

VERÍSSIMO, José. **A Educação Nacional**. 3. ed. Editora Mercado Aberto: Porto Alegre, 1985.

WERNECK, Guilherme Loureiro; CARVALHO, Marília Sá. **A pandemia de COVID-19 no Brasil: crônica de uma crise sanitária anunciada**. Caderno Saúde Pública. Editorial, 2020. Disponível em <https://www.scielosp.org/pdf/csp/2020.v36n5/e00068820/pt> Acesso em 15 de novembro de 2020.

Fontes Documentais

Periódicos

ARINAPI. Crônica. **A Violeta**. Cuiabá, 25 de dezembro de 1918. Ano II, Ed. nº 43.

ARINAPI. Crônica. **A Violeta**. Cuiabá, 30 de outubro de 1919. Ano III, Ed. nº 59.

ARINAPI. Crônica. **A Violeta**. Cuiabá, 18 de abril de 1921. Ano V, Ed. nº 80.

ARINAPI. Crônica. **A Violeta**. Cuiabá, 30 de abril de 1930. Ano XIV, Ed. nº 177.

BELLA Iniciativa. **A Violeta**. Cuiabá, 25 de dezembro de 1918b. Ano II, Ed. nº 43.

BENJAMIN Adese. **A Violeta**. Cuiabá, jan-fev, de 1946a. Ano XXVII, Ed. nº 327-328.

DIMPINA, Maria. Crônica. **A Violeta**. Cuiabá, julho de 1943. Ano XXVI, Ed. nº298.

DIMPINA, Maria. Crônica. **A Violeta**. Cuiabá, março de 1944. Ano XXVI, Ed. nº304-305.

DIMPINA, Maria. Crônica. **A Violeta**. Cuiabá, fev-Mar.de 1945. Ano XXVII, Ed. nº317-318.

DIMPINA, Maria. Educação Doméstica. **A Violeta**. Cuiabá, jan-fev, de 1946a. Ano XXVII, Ed. nº 327-328.

DIMPINA, Maria. Escola Doméstica Dona Júlia: meus conterrâneos. **A Violeta**. Cuiabá, set-out, de 1946b. Ano XXVII, Ed. nº 335-336.

DIMPINA, Maria. Crônica. **A Violeta**. Cuiabá, 30 de novembro de 1946c. Ano XXVII, Ed. nº 337.

DIMPINA, Maria. Como se pode fazer o Bem na Escola Doméstica Dona Júlia. **A Violeta**. Cuiabá, 05 de julho de 1948. Ano XXVII. Ed. nº 345.

DIMPINA, Maria. Escola Doméstica Dona Júlia: quem luta com fé, vence a batalha com Glória. **A Violeta**. Cuiabá, 30 de outubro de 1949a. Ano XXXVII. Ed. nº330.

DIMPINA, Maria. Escola Doméstica Dona Júlia. **A Violeta**. Cuiabá, 30 de dezembro de 1949b. Ano XXXVII. Ed. nº331.

DIMPINA, Maria. Crônica. **A Violeta**. Cuiabá, 31 de março de 1950. Ano XXVIII. Ed. n° 333.

ESCOLA Doméstica “Dona Júlia”. **A Violeta**. Cuiabá, 7 de setembro de 1947. Ano XXVII, Ed. n° 342.

ESCOLA Doméstica. **A Violeta**. Cuiabá, 31 de agosto de 1948c. Ano XXVII, Ed. n°343

ESTATUTOS do Grêmio Literário. **A Violeta**. Cuiabá, 15 de abril, 1918a. Ano II, Ed. n°30.

GOVERNO e a Escola. **A Violeta**. Cuiabá, 31 de maio de 1948a. Ano XXVII, Ed. n°344.

NOTÍCIAS da Imprensa. **A Violeta**. Cuiabá, 30 de novembro de 1946b. Ano XXVII, Ed. n° 337.

OUTRAS informações. **A Violeta**. Cuiabá, março de 1944. Ano XXVI, Ed. n° 304-305.

SESSÃO Inaugural o Grêmio Literário Júlia Lopes. **A Violeta**. Cuiabá, 15 de janeiro, 1917. Ano I, Ed. n°3.

Jornais

A POSIÇÃO da Mulher da Organização Política e Social. **O Estado de Mato Grosso**. Cuiabá, 24 de junho de 1941. Ano II, Ed. n° 511

Disponível em:

<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=098086&Pesq=%22passaram%20a%20dar%22&pagfis=2174>

A VIOLETA. **A Cruz**. Cuiabá, 24 de dezembro de 1916. Ano VII. Ed. n° 307.

Disponível em

<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=765880&pesq=a%20violeta&pasta=ano%20191&pagfis=1246>

AS MÃES Sem Fé; Filhos Ímpios e Descrentes. **A Cruz**. Cuiabá, 8 de julho de 1951. Ano XLII. Ed. n°1.965. Disponível em

<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=765880&pesq=matrim%C3%B4nio%20em%20fim&pasta=ano%20194&pagfis=7915>

UIABÁ terá uma Escola Doméstica. **O Estado De Mato Grosso**. Cuiabá, 20 de novembro, 1946a. Ano VII. Ed. n° 1.523. Disponível em:

<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=098086&pesq=a%20posi%C3%A7%C3%A3o%20da%20mulher&pasta=ano%20194&pagfis=7192>

ESCOLA Doméstica “Dona Júlia”. **Diário Oficial de Mato Grosso**. Cuiabá, 26 de novembro de 1946. Ano LVI n° 9.826. Arquivo Público de Mato Grosso 1946.

ESCOLA Doméstica. **O Estado de Mato Grosso**. Cuiabá, 1 de dezembro, 1946b. Ano VII. Ed. n° 1.526. Disponível em:

<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=098086&pesq=a%20posi%C3%A7%C3%A3o%20da%20mulher&pasta=ano%20194&pagfis=7210>

ESCOLA Doméstica “D. Julia”. **A Cruz**. Cuiabá, 30 de março de 1947a. Ano XXXVII. Ed. nº 1.758. Disponível em:

<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=765880&pesq=matrim%C3%B4nio%20em%20fim&pasta=ano%20194&pagfis=7132>

ESCOLA Doméstica “D. Julia”. **A Cruz**. Cuiabá, 19 de outubro de 1947c. Ano XXXVII. Ed. nº 1.782. Disponível em

<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=765880&Pesq=escola%20dom%20c3%a9stica&pagfis=7223>

ESCOLA Doméstica D. Júlia. **A Cruz**. Cuiabá, 04 de setembro de 1949. Ano XL, Ed. nº1.876. Disponível em

<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=765880&Pesq=escola%20dom%20c3%a9stica&pagfis=7594>

ESCOLA Doméstica “Dona Júlia”. **Diário Oficial de Mato Grosso**. Cuiabá, 23 de abril de 1950. Ano LIX nº 10.889. Arquivo Público de Mato Grosso, 1950.

MATRIMÔNIO em Fim. **A Cruz**. Cuiabá, 7 janeiro de 1945. Ano XXXV. Ed. nº 1.659. Disponível em

<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=765880&pesq=matrim%C3%B4nio%20em%20fim&pasta=ano%20194&pagfis=6736>

OS DIREITOS das Mulheres. **A Cruz**. Ano XX. Ed. nº1775. Cuiabá, 31 de agosto de 1947b. Disponível em:

<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=765880&pesq=matrim%C3%B4nio%20em%20fim&pasta=ano%20194&pagfis=7200>

O ENSINO no Brasil. **Correio Paulistano**. São Paulo, 29 de julho de 1941. Ano LXXXVIII. Ed. nº26195. Disponível em:

http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=090972_09&pasta=ano%20194&pesq=ensino%20no%20brasil&pagfis=7427

Decretos

BRASIL. **Decreto-Lei n. 4.244 de 09 de abril de 1942. Lei Orgânica do ensino secundário**. Diário Oficial da União, 1942. Disponível em:

<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-4244-9-abril-1942-414155-publicacaooriginal-1-pe.html>

BRASIL. **Decreto-Lei n. 4.073, 30 de janeiro de 1942. Lei Orgânica do ensino Industrial**. Diário Oficial da União, 1942. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/del4073.html

BRASIL. **Decreto-Lei n. 8.530, 2 de janeiro de 1946. Lei Orgânica do ensino Normal**.

Diário Oficial da União, 1946. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-8530-2-janeiro-1946-458443-publicacaooriginal-1-pe.html>

BRASIL. **Decreto-Lei n. 8.529, 2 de janeiro de 1946. Lei Orgânica do ensino Normal.** Diário Oficial da União, 1946. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-8529-2-janeiro-1946-458442-publicacaooriginal-1-pe.html>.

BRASIL. **Decreto-Lei n. 9.613, 20 de agosto de 1946. Lei Orgânica do ensino Agrícola.** Diário Oficial da União, 1946. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/de19613.htm#:~:text=DEL9613%2D46&text=DECRETO%2DLEI%20N%C2%BA%209.613%2C%20DE%2020%20DE%20AGOSTO%20DE%201946.&text=Art.,profissional%20dos%20trabalhadores%20da%20agricultura.

MATO GROSSO. **Decreto n. 590, 31 de dezembro de 1948. Regulamento do Ensino Normal do Estado de Mato Grosso.** Diário Oficial de Mato Grosso, 1948. Arquivo público de Mato Grosso.

Leis

BRASIL. **Plano Nacional para Educação – Questionário para um inquérito.** Ministério da Educação e Saúde. 1936.

BRASIL. **Portaria nº14 de 7 de janeiro de 1946.** Ministério da Educação e Saúde. Brasília, 1946.

Mensagem

FIGUEIREDO, Arnaldo Estevão. **Mensagem apresentada à Assembleia legislativa do estado**, por ocasião do início da Legislatura de 1947. Arquivo Público de Mato Grosso, 1947.

FIGUEIREDO, Arnaldo Estevão. **Mensagem Apresentada à Assembleia Legislativa do estado**, por ocasião do início da legislatura de 1948. Arquivo Público de Mato Grosso, Cuiabá, 1948.

FIGUEIREDO, Arnaldo Estevão. **Mensagem Apresentada à Assembleia Legislativa do estado**, por ocasião do início da legislatura de 1949. Arquivo Público de Mato Grosso, Cuiabá, 1949.

Relatório

DIRETORIA GERAL DA INSTRUÇÃO PÚBLICA DE MATO GROSSO. **Relatório Referente ao ano de 1942.** Arquivo Público de Mato Grosso, Cuiabá, 1942.

Outros

ABU-MERHY, Nair Fortes. A Economia Doméstica e a Reforma Capanema. **Revista Cultura Política.** Ano 3, número. 23. 1943.

ALMEIDA, Antonio Figueira. **Educação Doméstica.** Departamento de ensino. Rio de Janeiro, 1938.

CAPANEMA, Gustavo. **Discurso proferido na comemoração do centenário do colégio Pedro II.** 1937.

CAPANEMA, Gustavo. **Projeto da Lei Orgânica do Ensino Secundário.** Ministério da Educação e saúde. 1942.

TAVARES, Otávio. **Opiniões Valiosas sobre a Escola Doméstica.** Liga de Ensino do Rio Grande do Norte. Natal, 1945.

VIEGAS, João Gervásio. Livro **Ata.** Diretoria de Expediente do Governo – DEG. Registro nº 14, protocolo nº62/47, 06 de agosto de 1947. Instituto Memória da Assembleia Legislativa, 1947.